

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2024**

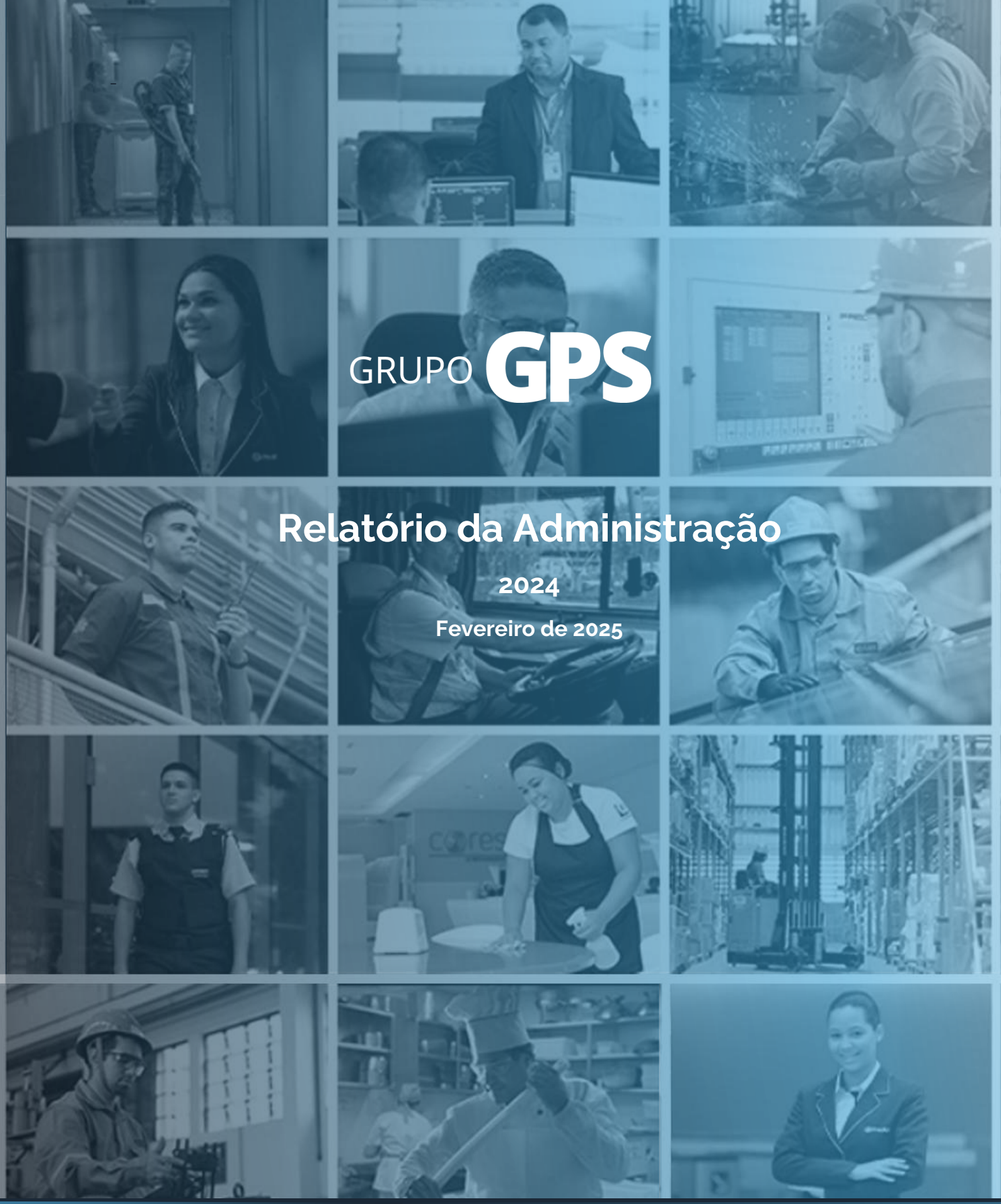
GPS Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	22
Balanços patrimoniais	28
Demonstrações dos resultados	29
Demonstrações dos resultados abrangentes	30
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	31
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	32
Demonstrações do valor adicionado	33
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	34
Declaração dos diretores	133



GRUPO GPS

Relatório da Administração

2024

Fevereiro de 2025

Conferência de Resultados

Sexta-feira, dia 28 de fevereiro
Em Português e Inglês:
10h00 (BRT)
08h00 (NYT)

Apresentadores

Luis Martinez - **Presidente**
Marcelo Hampshire - **Vice-Presidente Corporativo, TI e M&A**
Gustavo Otto - **Vice-Presidente de Operações**
Marita Bernhoeft - **Diretora de RI**

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025 - A GPS Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia") em conjunto com suas controladas ("Grupo GPS") anunciam seus resultados do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Sobre o Grupo GPS

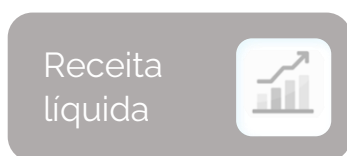
O Grupo GPS é líder no setor de serviços terceirizados – *facilities*, segurança, logística *indoor*, engenharia de utilidades, serviços industriais, alimentação, mão de obra temporária, *field marketing* e serviços de infraestrutura.

Atuamos em todo o Brasil com um abrangente portfólio de soluções, servindo a 4.820* Clientes e contando com mais de 190* mil colaboradores diretos.

Com mais de 60 anos de atuação, seguimos em um processo constante e robusto de crescimento, sustentado por um modelo de negócio ágil e sólidos princípios de gestão empresarial.

Nossa estratégia de crescimento combina a vertical orgânica, focada no desenvolvimento de novos Clientes e na ampliação dos serviços e soluções junto à base atual de Clientes, com a vertical inorgânica, através da aquisição e integração de empresas que favoreçam o ganho de escala e a maior penetração em regiões ou serviços convergentes com o nosso modelo de gestão empresarial.

1. Destaques de 2024



- R\$ 14.774 milhões no ano;
- 39% acima de 2023;
- 6% de crescimento orgânico frente a 2023.



- R\$ 1.496 milhões no ano;
- 24% superior a 2023;
- 10,1% de margem em 2024.



- R\$ 783 milhões no ano;
- 7% superior a 2023;
- 5,3% de margem líquida em 2024.

* Os números de colaboradores e Clientes consideram a estimativa de 28 mil colaboradores e 450 Clientes advindos da GRSA.

O ano de 2024 foi marcado pela aquisição e integração de sistemas da operação da GRSA, que foi concluída em dezembro de 2024.

Esta operação representa a maior aquisição dentre as 53 já realizadas pelo Grupo GPS, e um passo importante para o nosso crescimento no segmento de soluções de alimentação.

Os resultados da GRSA foram incorporados a partir de junho e, para melhor compreensão e análise, apresentamos de forma destacada os números consolidados da GRSA do trimestre e consolidado dos sete meses.

A fase de integração de sistemas foi concluída com sucesso e, durante o primeiro trimestre de 2025 faremos a estabilização de todos os processos para garantir a integridade dos dados e a perfeita implementação dos processos da GPS.

O ritmo de expansão de receita orgânica através da conquista de novos contratos e Clientes foi afetado pelo ambiente mais competitivo e pressão dos Clientes por redução de preços. Neste contexto, nossa prioridade é preservar a margem de cada contrato e manutenção de preços equilibrados, o que resultou em um crescimento orgânico mais lento neste período.

Seguimos com nossa disciplina comercial para acelerar o crescimento orgânico do ano, equilibrando a rentabilidade e o ganho de novos contratos e Clientes.

2. Capacidade operacional, portfólio de serviços e Clientes

Somos mais de 190 mil* colaboradores diretos, servindo a 4.820* Clientes em todo o território nacional. Nossos 552 gerentes de contrato estão concentrados na entrega dos serviços e no aprimoramento do relacionamento com os nossos Clientes, para assegurar um elevado nível de satisfação, refletido em nosso índice de 75% de NPS*, apurado até 31 de dezembro de 2024, considerando que essa pesquisa é atualizada semestralmente.



* Os números de colaboradores e Clientes consideram a estimativa de 28 mil colaboradores e 450 Clientes advindos da GRSA.

Seguimos concentrados em aperfeiçoar nosso modelo de gestão e promover o desenvolvimento de nossos colaboradores, fortalecendo, assim, nossa cultura de empresariamento.

Para alcançar esse objetivo, priorizamos a capacitação das nossas equipes e a atração e retenção de profissionais comprometidos com o “espírito de servir” aos nossos Clientes.

O investimento contínuo na digitalização dos nossos processos é essencial para atingir essa missão e destacamos duas ferramentas proprietárias que têm sido muito eficazes no ganho de eficiência operacional e na preservação do meio ambiente.

- GPSvc é o nosso aplicativo de gestão de pessoas através do qual atraímos e recrutamos profissionais que sustentam a expansão de nossos contratos, garantimos o treinamento atualizado e frequente das equipes, e, proporcionamos a cada colaborador o controle e a gestão do seu dia a dia na “palma da mão”. A tabela abaixo demonstra a quantidade de registros gerados e assinados através do aplicativo e as estimativas de impacto ambiental:

GPSvc	2024	2023
Contratos	2.915.475	1.857.372
Currículos	1.632.694	1.196.272
Folha de Ponto	4.594.001	2.927.829
Documentos	13.534.094	9.325.353
Treinamentos	24.276.763	7.444.065
Economia CO2 (kg)	732.541	463.000
Água economizada (l)	52.324.362	33.071.424
Árvores poupadas	10.465	6.614

* Base dezembro/24

* Cada 10 mil folhas A4 = 1 árvore; 1 folha A4= emissão de cerca de 0,007KG de CO2 e consumo de cerca de 0,5 litros de água.

- GPS Vista é o nosso aplicativo de gestão das operações de forma remota e em tempo real, garantindo visibilidade, controle e melhoria contínua da performance e qualidade dos serviços. A tabela abaixo detalha a quantidade de ordens de serviço geradas na ferramenta e as estimativas de impacto ambiental:

GPS Vista	2024	2023
Ordens de serviço	30.203.585	13.800.738
Relatórios gerenciais	119.088	105.180
Economia CO2	36.614	20.986
Água economizada (l)	2.615.310	1.499.002
Árvores Pougadas	523	300

* Base dezembro/24

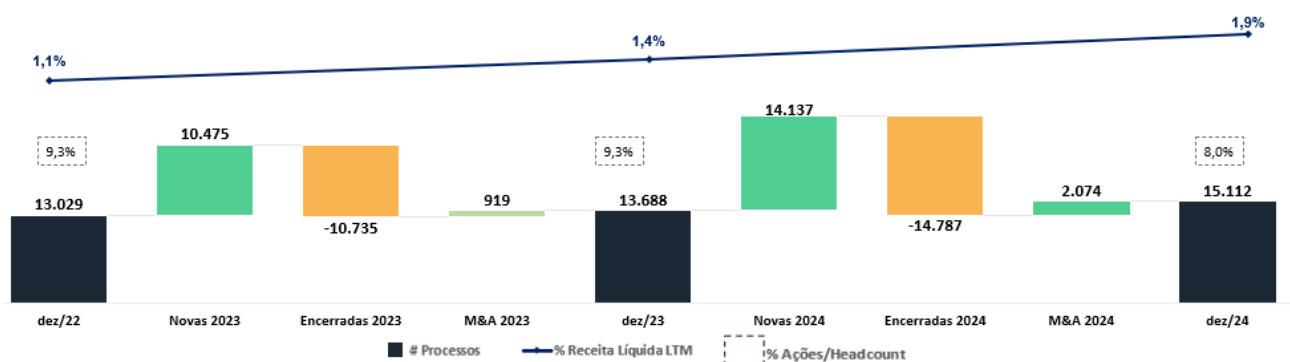
* Cada 10 mil folhas A4 = 1 árvore; 1 folha A4 = emissão de cerca de 0,007KG de CO2 e consumo de cerca de 0,5 litros de água.

Monitoramos continuamente o risco trabalhista, reconhecendo sua importância tanto para a continuidade dos nossos negócios como para a segurança empresarial dos nossos Clientes. Assegurar boas práticas de gestão nos permite manter nossa despesa trabalhista* sob controle.

No decorrer de 2024 tivemos o impacto de várias ações originadas de empresas adquiridas, o que elevou a despesa trabalhista* para 1,9% da receita líquida.

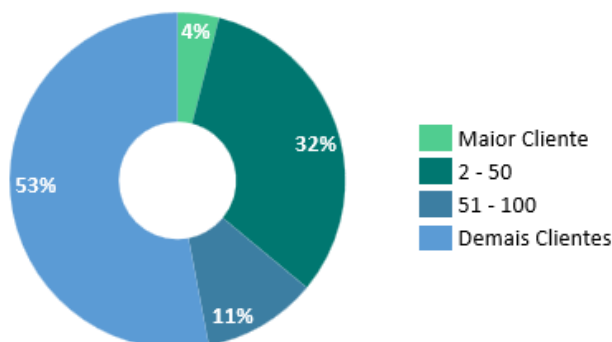
* Despesa trabalhista = provisão para contingências trabalhistas + pagamento ações trabalhistas (nota 36.da DF).

% Despesa trabalhista sobre receita líquida e % de ações trabalhistas sobre total de colaboradores

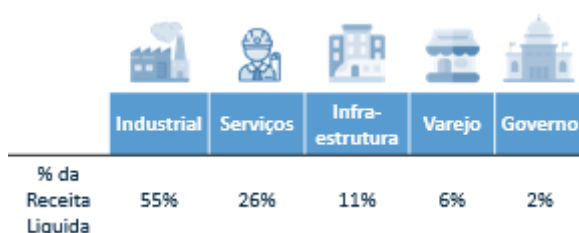


Nossa base de Clientes se mantém bastante diversificada e com baixo nível de concentração de receita.

Concentração da receita líquida por # de Clientes (2024)



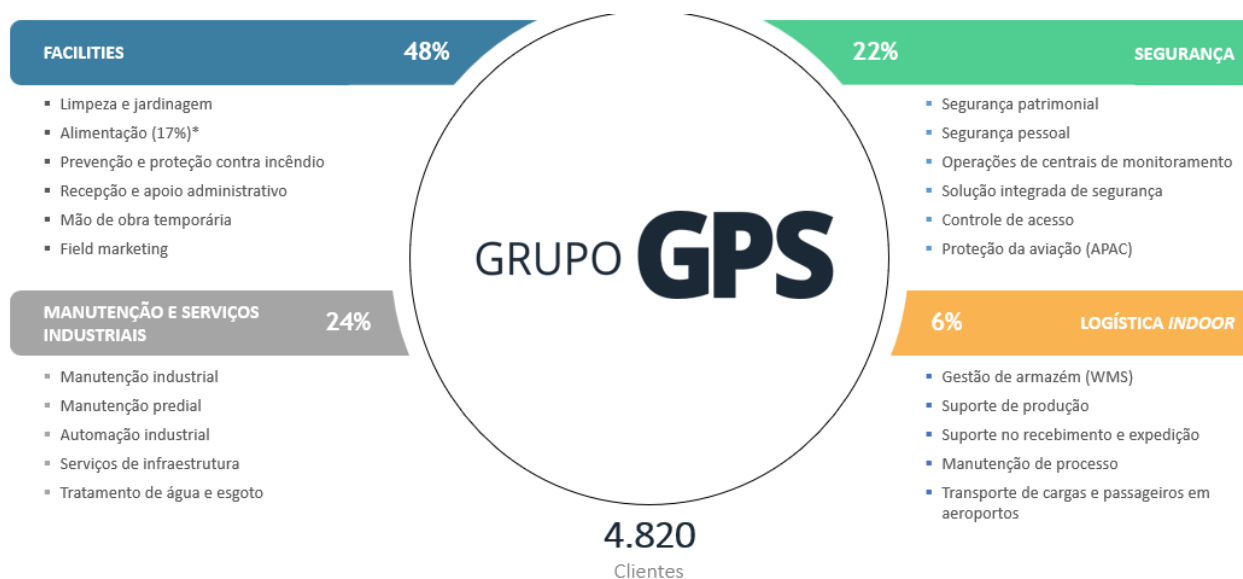
Concentração da receita líquida por setor (2024)



Temos evoluído cada vez mais para um conceito “one stop shop” em serviços, alinhado com a nossa estratégia de construir relações duradouras e consistentes com nossos Clientes.

Ao oferecer ao Cliente várias soluções, aprofundamos nossa relação comercial e operacional e criamos oportunidades variadas de crescimento dentro da nossa própria carteira de Clientes.

Distribuição de receita líquida por linha de solução (2024)

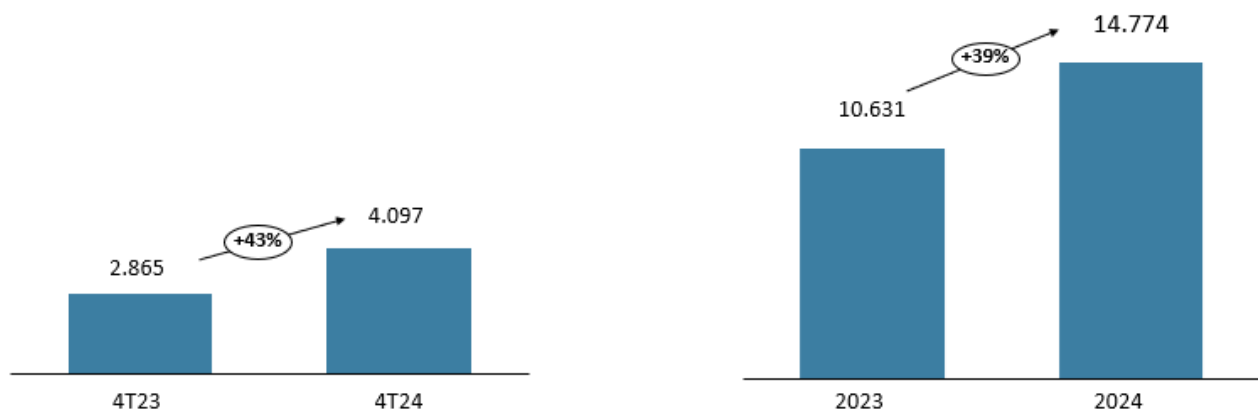


*Considera a receita dos meses de junho a dezembro da GRSA.

3. Receita líquida

- Receita líquida no 4T24 de R\$ 4.097 milhões, 43% superior a receita do 4T23;
- Receita Líquida em 2024 de R\$ 14.774milhões, 39% superior a receita de 2023.

Os gráficos abaixo apresentam a evolução da receita líquida trimestral e anual. Os valores estão representados em milhões de reais.



As tabelas abaixo apresentam a evolução da receita líquida trimestral e anual, com abertura por receita orgânica e inorgânica. Os valores estão representados em milhões de reais.

Receita líquida R\$ mi	Empresas	4T24 (a)	4T23 (b)	Δ (a) / (b) - 1	2024 (c)	2023 (d)	Δ (c) / (d) - 1
Orgânica*	Grupo GPS	2.743	2.614	5%	10.831	10.199	6%
Inorgânica (2023)	Engie/Compart/Campseg/TLSV/Trademark	245	251	-2%	1.087	432	152%
Inorgânica (2024)	Control/Invictus/Lyon/Marfood/GRSA	1.108	-	-	2.856	-	-
Receita líquida total		4.097	2.865	43%	14.774	10.631	39%

* A receita líquida orgânica inclui as safras até 2022 (inclusive), conforme detalhado na N.E. 35 (c).

O ambiente mais competitivo e a pressão dos Clientes por menores preços, trouxeram impactos de retenção e conquistas de contratos, com reflexos negativos no ritmo do crescimento orgânico do período.

O desafio do crescimento orgânico é manter o equilíbrio entre a rentabilidade dos contratos e a expansão de receita, de tal forma que as margens se mantenham consistentes ao longo do tempo. Em ambientes mais pressionados por menores preços, a prioridade da Companhia tem sido a manutenção da rentabilidade, uma vez que as margens não tendem a se recompor ao longo da vida dos contratos. Vale ressaltar ainda o impacto da safra de 2022. O crescimento orgânico sem a safra 2022 foi de 9,6% no trimestre e de 9,3% no ano.

No contexto da safra 2022, além dos ajustes de contratos que fazemos após a integração, o negócio de mão de obra temporária sofreu uma redução de demanda estrutural, após a pandemia de COVID.

4. Programa de Aquisições

Conforme comentado anteriormente, o quarto trimestre foi marcado pela integração das operações da GRSA, cujos resultados estão refletidos a partir de junho de 2024.

Relacionamos abaixo as aquisições integrantes do programa de M&A de 2024, que somam R\$ 4.221 milhões de receita bruta apurada nos 12 meses anteriores a assinatura dos contratos de compra e venda.

Empresa	Data	Receita 12 meses (R\$mi)	Situação	Detalhes	Programa M&A
LYON	Assinatura	20/10/23	Sistemas integrados	Gestão de RH em projetos e obras	2024
	Fechamento	15/01/24			
	Go live	01/04/24			
CONTROL	Assinatura	27/10/23	Sistemas integrados	Manutenção de rede elétrica	2024
	Fechamento	18/01/24			
	Go live	01/05/24			
MARFOOD	Assinatura	23/11/23	Sistemas integrados	Alimentação e hotelaria marítima	2024
	Fechamento	01/02/24			
	Go live	01/06/24			
INVICTUS	Assinatura	27/10/23	Sistemas integrados	Segurança	2024
	Fechamento	09/02/24			
	Go live	01/06/24			
GRSA	Assinatura	27/03/24	Sistemas integrados	Alimentação	2024
	Fechamento	31/05/24			
	Go live	01/01/25			

5. EBITDA e EBITDA ajustado ex-IFRS16

A tabela abaixo apresenta a composição do cálculo do EBITDA, conforme Resolução CVM 156/2022 e o EBITDA ajustado ex-IFRS 16.

EBITDA R\$ mi	4T24 (a)	4T23 (b)	Δ (a) / (b) - 1	2024 (c)	2023 (d)	Δ (c) / (d) - 1
Lucro líquido	239	252	-5%	666	646	3%
IR / CSLL	102	95	7%	288	269	7%
Resultado Financeiro	73	23	215%	324	223	46%
Depreciação de imobilizado, intangível e direito de uso em arrenda	64	35	82%	218	112	95%
Amortização - carteira de clientes, marcas e ativo fixo	49	38	28%	177	127	39%
EBITDA (cf. ICVM 527)	526	444	19%	1.674	1.377	22%
Provisão de contingências não trabalhistas	8	3	132%	13	4	281%
Despesas com aquisição de controladas	14	7	100%	28	20	41%
Atualização e baixas de ativos indenizatórios e passivos continger	(22)	(12)	86%	21	(19)	-212%
Atualização/Baixa earn out	(11)	(2)	637%	(47)	(13)	274%
Reversão de Tributo Sub Judice	(102)	(133)	-23%	(102)	(133)	-24%
Conciliação de saldos de adquiridas	0	7	-93%	(7)	4	-274%
Constituição de debitos tributários	1	3	-76%	1	3	-76%
Compra vantajosa	-	3	-100%	-	(13)	-100%
Conciliação de saldos a receber	-	-	-	-	1	-100%
Baixa Repasse de Superveniência	(2)	-	-	(2)	-	-
Recebimento de Ativo Superveniente	(3)	-	-	(3)	-	-
EBITDA ajustado	410	321	28%	1.577	1.230	28%
EBITDA ajustado / receita líquida	10,0%	11,2%	-1,2pp	10,7%	11,6%	-0,9pp
Direito de uso em arrendamentos	(21)	(8)	178%	(82)	(27)	205%
EBITDA ajustado ex IFRS 16	389	314	24%	1.496	1.203	24%
	9,5%	11,0%	-1,5pp	10,1%	11,3%	-1,2pp

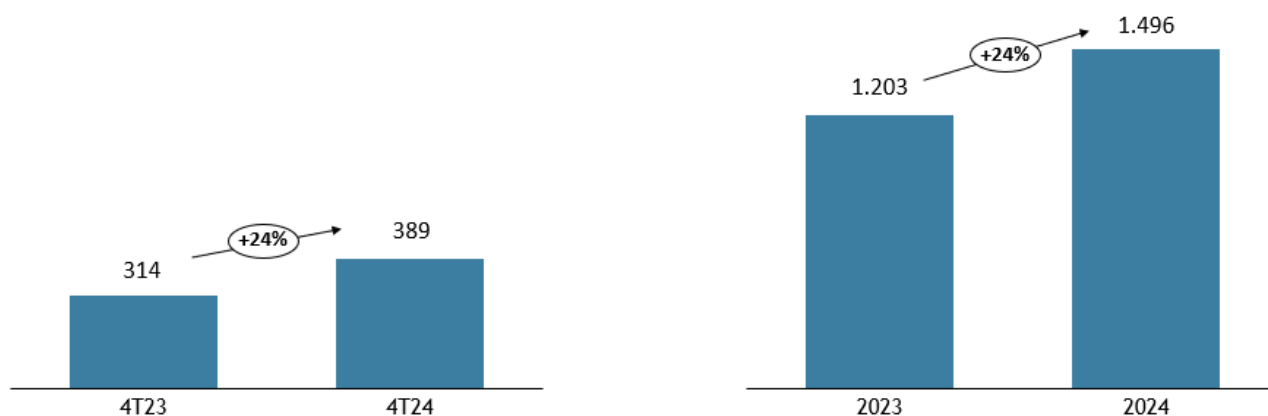
- EBITDA ajustado ex-IFRS16 de R\$ 389 milhões no 4T24, 24% superior ao resultado do 4T23;
- Margem EBITDA ajustada ex-IFRS16 no 4T24 de 9,5%, 1,5 p.p. abaixo da margem do 4T23;
- EBITDA ajustado ex-IFRS16 de R\$ 1.496 milhões em 2024, 24% superior ao resultado de 2023;
- Margem EBITDA ajustada ex-IFRS16 de 2024 de 10,1% com redução de 1,2 p.p. comparativamente a 2023;

Considerando que a GRSA passou a ter seus resultados consolidados a partir de 01 de junho e, tendo em vista a relevância dos resultados da GR S/A, apresentamos a seguir o EBITDA da GRSA do quarto trimestre e do período acumulado de junho a dezembro, que afetou o resultado consolidado.

EBITDA GRSA R\$mi	4T24	Acum. Jun-Dez
Receita Líquida	921	2.115
Custos e Despesas (Ex-D&A)	(854)	(1.965)
EBITDA	67	150
EBITDA / Receita Líquida	7,3%	7,1%

A redução da margem EBITDA ajustada ex-IFRS16 foi motivada pelo elevado volume de receita apurado em empresas recém integradas, com destaque para a GRSA, conforme demonstrado acima, e pelo incremento das despesas trabalhistas em função do encerramento de um elevado volume de ações em fase de execução, sendo a grande maioria de tais ações oriundas das empresas adquiridas.

Os gráficos abaixo apresentam a evolução do EBITDA ajustado ex-IFRS16 trimestral e do ano. Os valores estão representados em milhões de reais.



O EBITDA ajustado ex-IFRS 16 considera apenas os seguintes tipos de eventos:

- Eventos com características não operacionais, a exemplo de reversão de contingências cíveis e tributárias de períodos anteriores e provisões para riscos fiscais;
- Eventos relacionados a aquisição de controladas, incluindo os valores gastos com diligências legais e financeiras e com perdas incorridas que são objeto de indenização pelos vendedores das empresas adquiridas;
- Outras receitas ou despesas não relacionadas com a operação;
- Exclusão do efeito do IFRS16, prática que passamos a adotar a partir de janeiro de 2024.

6. Lucro líquido e Lucro líquido ajustado

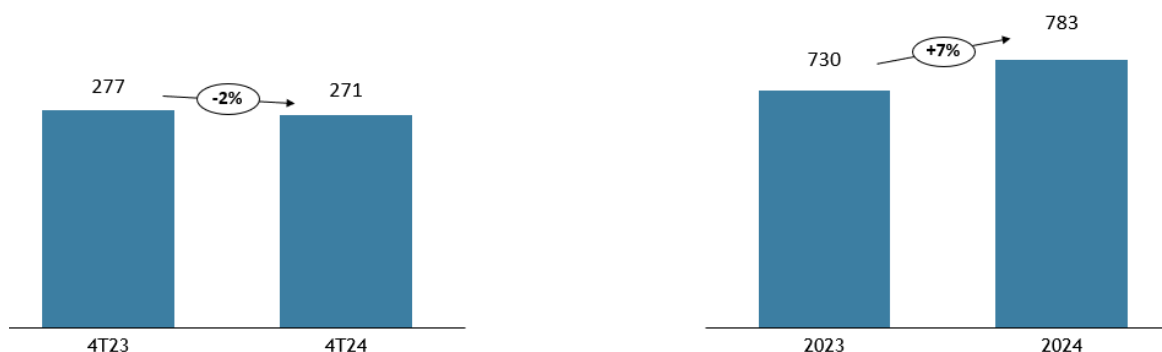
Lucro líquido ajustado *	4T24 (a)	4T23 (b)	Δ (a) / (b) - 1	2024 (c)	2023 (d)	Δ (c) / (d) - 1
R\$ mi						
Lucro líquido do período	239	252	-5%	666	646	3%
Amortização - carteira de clientes, marcas, acordo de não-concorrência e mais valia de ativo fixo (líquido)**	32	25	28%	117	84	39%
Lucro líquido ajustado	271	277	-2%	783	730	7%
LL (ajustado) / receita líquida	6,6%	9,7%	-3,1pp	5,3%	6,9%	-1,6pp

* Lucro líquido ajustado não é base para distribuição de dividendos

** Valor líquido do IR (34%)

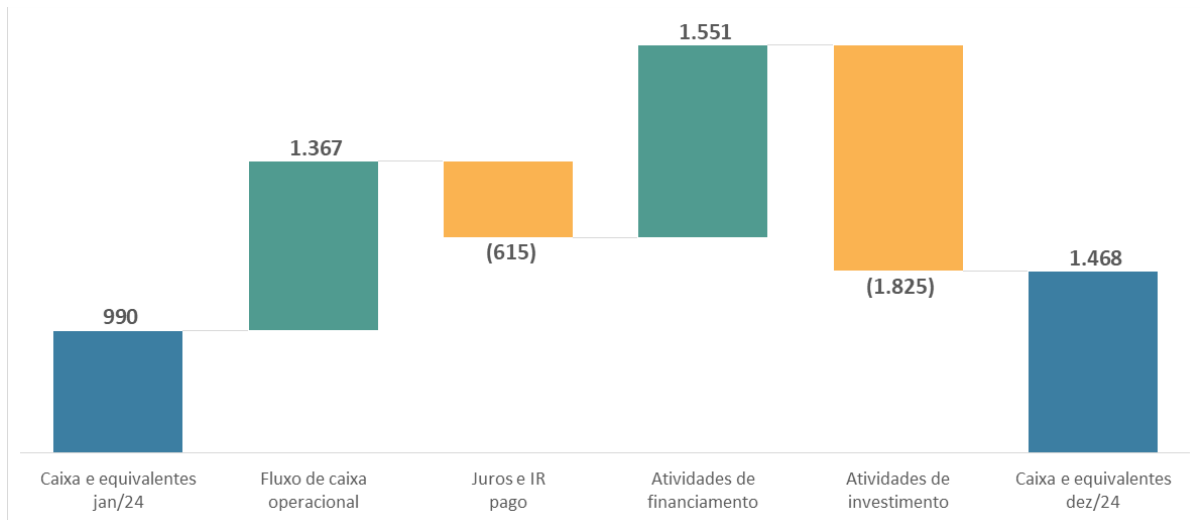
- Lucro líquido ajustado no 4T24 de R\$ 271 milhões, 2% inferior ao lucro líquido ajustado do 4T23;
- Margem líquida ajustada do 4T24 de 6,6%, 3,1p.p. inferior ao 4T23, afetada pelo aumento das despesas trabalhistas e pela incorporação do resultado da GRSA (conforme já detalhado no item 5);
- Lucro líquido ajustado de 2024 de R\$783 milhões, 7% superior ao lucro líquido ajustado de 2023;
- Margem líquida ajustada de 2024 de 5,3%, 1,6 p.p. inferior à margem de 2023, em função dos efeitos relacionados acima.

Os gráficos abaixo apresentam a evolução do lucro líquido ajustado trimestral e anual. Os valores estão representados em milhões de reais.



7. Fluxo de caixa

O gráfico abaixo apresenta o demonstrativo de fluxo de caixa contábil. Os valores estão representados em milhões de reais.



- Geração de caixa das atividades operacionais de 2024 no valor de R\$ 1.367 milhões, representando 91% do EBITDA ajustado, 8 p.p. acima de 2023;
- Pagamento de Juros e IR no valor total de R\$ 615 milhões, 5% superior ao valor pago em 2023, principalmente em função do aumento do estoque de dívida e da taxa de juros;
- Caixa líquido das atividades de financiamento positivo em R\$ 1.551 milhões, essencialmente resultante da captação de empréstimos e debentures no valor de R\$ 3.732 milhões, da receita de instrumentos financeiros derivativos no valor de R\$ 51 milhões e do ingresso de R\$ 49 milhões referente a integralização de capital da emissão de ações do programa de opções de compra de ações 2024. Em contrapartida houve a amortização de empréstimos e debentures no valor de R\$ 1.832 milhões, pagamento de dividendos no valor de R\$ 228 milhões, pagamento de R\$ 93 milhões relativos ao exercício de opções de compra e parcela adicional de aquisições, pagamento de arrendamentos no valor de R\$ 82 milhões, pagamento de parcelamentos de tributos no valor de R\$ 21 milhões e despesas incorridas com a emissão de empréstimos e debentures no valor de R\$ 25 milhões.
- Fluxo das atividades de investimento negativo em R\$ 1.825 milhões, resultante do pagamento de aquisição de controladas no valor de

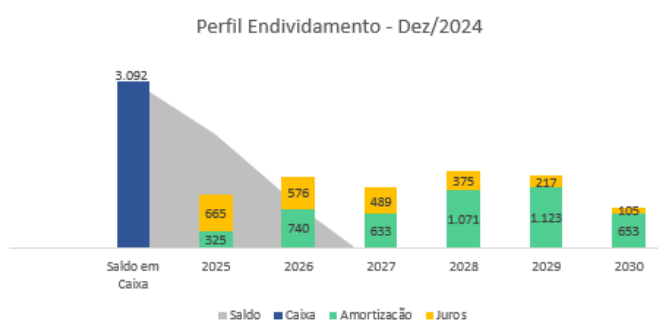
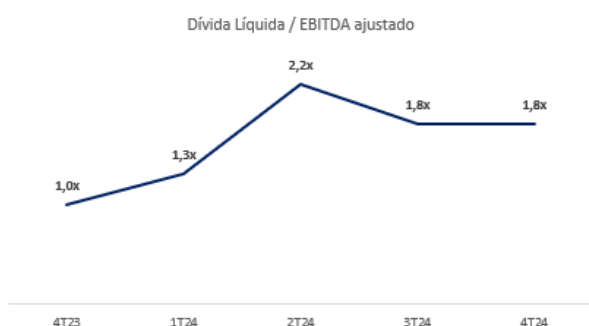
R\$1.329 milhões e pagamento de aquisição de intangível de R\$ 16 milhões, gastos líquidos com a compra de ativos imobilizados operacionais no valor de R\$ 183 milhões, valor líquido negativo de R\$ 5 milhões decorrente das concessões e recebimentos dos contratos de mútuos e o resgate de aplicações financeiras no valor de R\$ 292 milhões.

8. Alavancagem

Endividamento R\$ mi	4T24 (a)	3T24 (b)	2T24 (c)	1T24 (d)	4T23 (e)	△ (a) / (e) - 1
Caixa	3.092	3.196	2.396	1.965	2.241	38%
Caixa e equivalente de caixa	1.468	1.364	1.182	1.073	990	48%
Aplicações e Instrumentos financeiros*	1.623	1.832	1.214	892	1.251	30%
Dívida bruta	5.724	5.703	5.275	3.572	3.482	64%
Empréstimos	1.092	1.007	557	390	437	150%
Debêntures	4.115	4.174	4.194	2.526	2.594	59%
Aquisição de controladas	442	441	434	588	393	12%
Parcelamento de tributos	75	80	89	67	59	27%
Dívida líquida	(2.632)	(2.507)	(2.879)	(1.607)	(1.241)	112%
EBITDA ajustado ex IFRS16 (últimos 12 meses)	1.496	1.420	1.311	1.269	1.222	22%
Dívida líquida / EBITDA ajustado ex IFRS16 (últimos	1,8	1,8	2,2	1,3	1,0	0,8

*Aplicações financeiras + Instrumentos financeiros derivativos do ativo – Instrumentos financeiros derivativos do passivo

- Encerramos o 4T24 com índice de alavancagem em 1,8x EBITDA ajustado ex-IFRS16, em linha com o 3T24, e 0,8 p.p. superior ao 4T23 em função do investimento realizado no programa de aquisições, em especial a aquisição da GRSA;
- Abaixo demonstramos a evolução do índice de alavancagem e do perfil da dívida do Grupo GPS, com *duration* total da carteira de 38 meses em 2024.



9. Retorno sobre capital

O Retorno sobre Capital Investido (ROIC), atingiu 17,0% em 2024, com queda de 3,1 p.p. em relação ao ano de 2023. Obtivemos um crescimento de 22% do lucro operacional (NOPAT), enquanto o Capital Investido cresceu 44%.

A rentabilidade está impactada pela aquisição da GRSA, que contribuiu somente com 7 meses de EBITDA no ano de 2024, sem efeito de sinergias, e o aumento da dívida no período.

R\$ mi	2024 (a)	2023 (b)	Δ (a) / (b) - 1
EBITDA Ajustado	1.577	1.230	28%
Depreciação	(218)	(112)	95%
EBITA Ajustado	1.360	1.118	22%
Alíquota IR/CS	34%	34%	0,0pp
NOPAT	897	738	22%
Dívida Líquida (média ponderada)*	2.052	890	131%
Patrimônio Líquido (médio ponderado)**	3.219	2.773	16%
Capital Investido (dívida líquida + patrimônio líquido)	5.271	3.663	44%
ROIC (NOPAT/Capital investido)	17,0%	20,1%	-3,1pp

* Média simples da dívida líquida na data de início e de encerramento de cada trimestre, ponderada pela representatividade de cada trimestre no exercício social;

** Média simples do patrimônio líquido na data de início e de encerramento de cada trimestre, ponderada pela representatividade de cada trimestre no exercício social.

O Retorno sobre Patrimônio (ROE) atingiu 24,3%, 2,0 p.p. inferior ao resultado de 2023, reflexo do aumento de 7% do lucro líquido ajustado e de 16% do patrimônio líquido.

R\$ mi	2024 (a)	2023 (b)	Δ (a) / (b) - 1
Lucro Líquido Ajustado	783	730	7%
Patrimônio Líquido Médio	3.219	2.773	16%
ROE	24,3%	26,3%	-2,0pp

10. Considerações finais

Os resultados alcançados em 2024 reforçam nossa convicção de que o modelo de gestão da Companhia, pautado pela descentralização, delegação planejada, foco na geração de resultados e o exercício da meritocracia, é o fator mais relevante para o sucesso da nossa estratégia de crescimento. É através da nossa competência em reter e engajar pessoas com espírito empreendedor que ampliaremos a nossa capacidade de construir relações de longo prazo com os Clientes e a sustentabilidade dos nossos resultados.

Trabalhamos para aprimorar nossas ferramentas de motivação e retenção de curto, médio e longo prazos e propiciar para nossa equipe um ambiente empresarial cada vez mais eficiente e produtivo.

Acreditamos que o ano de 2025 será desafiador, principalmente em função da integração das operações da GRSA e dos desafios relacionados a entrega do crescimento orgânico.

Continuamos preparados para seguir na direção do crescimento, combinando o esforço das equipes comerciais com uma gestão equilibrada dos riscos que envolvem o nosso ambiente empresarial.

Considerações legais

As informações financeiras são apresentadas em milhões de Reais, exceto quando indicado o contrário. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do Grupo GPS foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standard Board - IASB e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Este relatório pode incluir declarações sobre eventos futuros que estão sujeitos a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições da Administração do Grupo GPS tomadas dentro do melhor conhecimento e informações a que o Grupo GPS atualmente tem acesso. As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não.

Este relatório pode incluir métricas não contábeis, o que será indicado onde for pertinente. Tais métrica são inseridas por serem consideradas pela Administração como relevantes para o entendimento do negócio, mas não necessariamente passaram pelo mesmo critério de elaboração das demonstrações financeiras. Os dados não contábeis não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes do Grupo GPS.

Auditoria independente:

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes KPMG Auditores Independentes Ltda. (KPMG), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços

de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, a KPMG prestou somente serviços de auditoria das demonstrações financeiras com honorários de R\$ 6.612 mil (valores líquidos). Não houve nenhuma outra prestação de serviço no período.

11. Anexos

Balço Patrimonial		Consolidado	
Ativo - R\$ mi	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10	1.468	990
Aplicações financeiras	11	1.558	1.267
Contas a receber	12	3.559	2.458
Dividendos a receber	16.4	-	-
Empréstimos a receber	16.3	5	5
Estoques	13	111	12
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14	146	235
Tributos a recuperar	15	508	343
Outros créditos	17	207	165
Total do ativo circulante		7.564	5.476
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Instrumentos financeiros derivativos	34 (c)	120	-
Contas a receber	12	114	101
Empréstimos a receber	16.3	28	21
Empréstimos a receber de partes relacionadas	16.2	-	-
Depósitos judiciais	30 (c)	438	186
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14	38	22
Tributos a recuperar	15	21	12
Ativo indenizatório	30 (d)	398	159
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27 (a)	873	580
Total do realizável a longo prazo		2.030	1.081
Investimentos	18	-	8
Imobilizado	19	738	477
Direito de uso em arrendamentos	20	283	290
Intangível	21	3.756	2.687
Total do ativo não circulante		6.807	4.543
Total do ativo		14.370	10.019
		Consolidado	
Passivo - R\$ mi	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	22	528,693	173,197
Empréstimos	23	87	169
Debêntures	24	339	309
Instrumentos financeiros derivativos	34 (c)	55	11
Arrendamentos a pagar	25	76	63
Salários e encargos sociais	26	1.398	1.124
Imposto de renda e contribuição social a recolher	27	27	33
Obrigações tributárias	28	170	122
Parcelamento de tributos	29	25	22
Aquisição de controladas	31	246	151
Empréstimos a pagar com partes relacionadas	16.2	-	-
Dividendos a pagar	16.5	162	215
Outras contas a pagar	32	49	58
Total do passivo circulante		3.162	2.451
Não circulante			
Empréstimos	23	1.006	268
Debêntures	24	3.776	2.284
Instrumentos financeiros derivativos	34 (c)	-	5
Arrendamentos a pagar	25	228	239
Parcelamento de tributos	29	49	37
Aquisição de controladas	31	195	242
Provisão para contingências e tributos sub judice	30 (a)/(b)	2.415	1.492
Outras contas a pagar	32	48	14
Total do passivo não circulante		7.718	4.580
Patrimônio líquido			
Capital social	33 (a)	1.928	1.680
Reserva de lucros	33 (d)	1.529	1.307
Dividendos adicionais propostos	33 (c)	63	-
Outros Resultados Abrangentes		(17)	6
Ajustes de avaliação patrimonial	33 (f)	(25)	(10)
Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores		3.477	2.982
Participação dos não controladores		13	6
Total do patrimônio líquido		3.490	2.988
Total do passivo e patrimônio líquido		14.370	10.019

		Consolidado	
Demonstrações dos resultados - R\$ mi (exceto lucro por ação)	Nota	2024	2023
Receita líquida dos serviços prestados e mercadorias vendidas	35	14.774	10.631
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	36	(12.538)	(8.794)
Lucro bruto		2.236	1.837
Despesas gerais e administrativas	36	(1.091)	(834)
Provisão para perda esperada dos serviços faturados e a faturar	36	2	3
Outras receitas operacionais	36	204	188
Outras despesas operacionais	36	(73)	(56)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, resultado de equivalência patrimonial e impostos		1.279	1.138
Receitas financeiras	37	576	448
Despesas financeiras	37	(900)	(670)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(324)	(223)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		955	916
Imposto de renda e contribuição social correntes	27 (c)	(306)	(289)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27 (c)	18	20
Lucro líquido do exercício		666	646
Lucro atribuído aos:			
Acionistas controladores		658	643
Acionistas não controladores		9	4
Resultado básico e diluído por ação atribuível a acionistas controladores detentores das ações ordinárias	36	0,98	0,96

		Consolidado	
Demonstrações dos resultados - R\$ mi (exceto lucro por ação)	Nota	De 01/10/2024 a 31/12/2024	De 01/10/2023 a 31/12/2023
Receita líquida dos serviços	35	4.097	2.865
Custo dos serviços prestados	36	(3.526)	(2.358)
Lucro bruto		571	507
Despesas gerais e administrativas	36	(351)	(338)
Provisão para perda esperada dos serviços faturados e a faturar	36	91	86
Outras receitas operacionais	36	137	133
Outras despesas operacionais	36	(35)	(19)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, resultado de equivalência patrimonial e impostos		413	370
Receitas financeiras	37	235	137
Despesas financeiras	37	(308)	(160)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(73)	(23)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		341	347
Imposto de renda e contribuição social correntes	27 (c)	(53)	(56)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27 (c)	(49)	(39)
Lucro líquido do exercício		239	252
Lucro atribuído aos:			
Acionistas controladores		236	251
Acionistas não controladores		3	1
Resultado básico e diluído por ação atribuível a acionistas controladores detentores das ações ordinárias	36	0,35	0,38

Consolidado			
Fluxo de Caixa - R\$ mi	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período		666	646
Ajustes para:			
Resultado de equivalência patrimonial	18(a)	-	-
Resultado na alienação de bens do ativo imobilizado	36 (a)	(11)	(8)
(Reversão) constituição de provisão para perda esperada dos serviços faturados	36 (a)	(2)	6
Reversão de provisão para perda esperada dos serviços a faturar	36 (a)	(0)	(9)
Depreciação de imobilizado	19(c)	143	79
Amortização de intangível (Software e Franquias)	21(c)	5	1
Amortização do ativo de direito de uso	20(a)	70	32
Amortização de mais valia - carteira de clientes, marcas e acordo de não concorrência	21(c)	152	107
Amortização de mais valia - signing bonus	21(c)	1	-
Amortização de mais valia - ativos fixos	19(c)	25	20
Provisão de riscos fiscais	30(b)	-	0
Provisão para tributos sub judice	30(b)	3	3
Reversão para tributos sub judice	30(b)	(102)	(133)
Reversão de atualização monetária sob tributos sub judice	30(b)	(25)	(45)
Ganho com compra vantajosa	3.1	-	(13)
Imposto de renda e contribuição social	27(c)	288	269
Constituição de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	30(a)	206	164
Reversão de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	30(a)	(197)	(168)
Atualização monetária do Sistema "S"	30(a)	42	57
Atualização monetária Perse	30(a)	10	-
Atualização (baixas) de ativos indenizatórios e passivos contingentes	36	21	(19)
Atualização de parcela contingente - dívida de aquisição	31(a)	5	(5)
Baixa de parcela contingente - dívida de aquisição	31(a)	(52)	(7)
Compensação de dívida de aquisição	31(a)	(5)	-
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	37	(167)	23
Atualização monetária indébito da Selic	14	(2)	(2)
Atualização monetária de depósitos judiciais	30(c)	(16)	(13)
Atualização monetária de empréstimos a receber - contratos de mútuo	16.3	(2)	(2)
Ajuste de saldo a receber de empréstimos - contratos de mútuo	16.3	-	1
Variação cambial, juros e encargos sobre empréstimos	23(b)	262	55
Juros e encargos sobre debêntures	24(c)	417	377
Encargos financeiros sobre parcelamentos	29	5	9
Encargos financeiros sobre arrendamento	25(c)	18	6
Atualização monetária sobre tributos sub judice	30(b)	41	43
Atualização monetária e variação cambial de aquisição de controladas	31(a)	24	14
Apropriação de custo incorrido com emissão de empréstimos e debêntures	23(b) e 24(c)	9	5
		1.833	1.491
Variações em:			
Estoques		(7)	(0)
Contas a receber		(235)	(343)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(99)	(161)
Tributos a recuperar		(97)	(33)
Depósitos judiciais		17	23
Ativo indenizatório		-	-
Fornecedores		(8)	29
Salários e encargos sociais		50	210
Empréstimos com partes relacionadas		-	-
Outras obrigações tributárias		0	(70)
Variações em outros ativos e passivos		(87)	(138)
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		1.367	1.007
Juros pagos sobre empréstimos	23(b)	(147)	(72)
Juros pagos sobre debêntures	24(c)	(385)	(346)
Juros pagos sobre parcelamentos	29	(7)	(3)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(76)	(162)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		753	424
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras		(292)	544
Dividendos recebidos	16.4	-	-
Recebimento de empréstimos - contratos de mútuo	16.3	6	7
Concessão de empréstimos - contratos de mútuo	16.3	(11)	(1)
Recebimento pela venda de imobilizado		17	14
Aquisição de imobilizado	19(b)	(200)	(146)
Aquisição de intangível	21(b)	(16)	(1)
Aquisição de controladas não consolidadas	18(ii)	-	(8)
Aquisição de controladas, líquido do caixa obtido na aquisição	3	(1.329)	(197)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento		(1.825)	212
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Integralização de capital por emissão de ações	33(b)	49	31
Pagamento de parcelamentos de tributos	29	(21)	(22)
Pagamento de arrendamentos	25(c)	(82)	(27)
Dividendos pagos (controladores e vendedores de adquiridas)	16.5	(228)	(176)
Recursos provenientes da liquidação de derivativos	34 (a) (c)	51	(8)
Captação de empréstimos	23(b)	1.982	-
Captação de debêntures	24(c)	1.750	-
Amortização de debêntures	24(c)	(250)	(100)
Custos incorridos com a emissão de empréstimos	23(b)	(5)	-
Custos incorridos com a emissão de debêntures	24(c)	(19)	-
Amortização de empréstimos	23(b)	(1.582)	(198)
Exercício de opção de compra e parcela adicional de aquisição	31(a)	(93)	(35)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento		1.551	(535)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		479	101
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		990	889
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		1.468	990

GRUPO **GPS**

www.ri.grupogps.com.br

ri@gpssa.com.br

Maria Elsa Alba Bernhoeft

Diretora de RI

Felipe Itaborai

Gerente de RI



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Chácara Santo Antônio
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
GPS Participações e Empreendimentos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GPS Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia ou Grupo"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da GPS Participações e Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Determinação dos valores justos da contraprestação transferida, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em combinações de negócios

Veja Notas Explicativas nº 3 e 8.1(a) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
A Companhia, por meio de determinadas controladas, adquiriu participações societárias que resultou na obtenção do controle de diversas entidades atuantes nos variados segmentos operacionais do Grupo. Na contabilização inicial dessas combinações de negócios, o Grupo, com o apoio de consultorias especializadas contratadas, aplicou diversos julgamentos, estimativas e premissas significativas para determinação dos valores justos da contraprestação transferida, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos naquelas transações, tais como: (i) Contraprestação transferida: preponderantemente preço de aquisição e passivos financeiros representados por opções de compra de participações societárias remanescentes, além de contraprestações contingentes, cujas premissas consistem na probabilidade de eventos futuros; (ii) Ativos adquiridos: preponderantemente carteiras de clientes e marcas, cujas premissas consistem na estimativa do valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes e valor presente dos rendimentos futuros a serem gerados durante a vida útil remanescente de um determinado ativo; e (iii) Passivos assumidos: Em sua maioria passivos contingentes oriundos de processos judiciais, cujas principais premissas consistem na probabilidade e magnitude das saídas de recursos. Diante das incertezas relacionadas as premissas e estimativas destacadas, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas,	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação da competência, habilidade e objetividade dos especialistas contratados pelo Grupo para assessorá-lo na avaliação da determinação dos valores justos das contraprestações transferidas, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em combinações de negócios; – Inspeção e leitura dos documentos que formalizaram as combinações de negócios; – Para todas combinações de negócios consideradas relevantes realizamos avaliação, com auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das principais premissas e estimativas utilizadas na determinação dos valores justos dos ativos identificáveis adquiridos e da contraprestação transferida vinculada à metas futuras a serem atingidas pelas entidades adquiridas; e – Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio do conjunto de procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos aceitável a determinação dos valores justos da contraprestação transferida, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em combinações de negócios, bem como as divulgações correspondentes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

bem como em suas divulgações, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.	
Redução ao valor recuperável de unidades geradoras de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura	
Veja Notas Explicativas nº 8.7 e 21(d) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
A Companhia, por meio de determinadas controladas, mantém em seu balanço patrimonial valores relevantes de ágios por expectativa de rentabilidade futura apurados em combinações de negócios que devem ser testados com relação à redução ao valor recuperável, pelo menos uma vez ao ano, conforme norma contábil em vigor. A determinação do valor em uso das unidades geradoras de caixa, com o apoio de consultorias especializadas contratadas, é baseada em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, que envolve estimativas e premissas significativas, tais como: (i) a margem LAJIDA (Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e a respectiva taxa de crescimento anual; (ii) a taxa de desconto baseada no custo médio ponderado de capital (WACC); (iii) crescimento médio da receita líquida; e (iv) capital de giro em relação a parcela correspondente da receita líquida. Devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor em uso das unidades geradoras de caixa, que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como em suas divulgações, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação da competência, habilidade e objetividade dos especialistas contratados pelo Grupo para assessorá-lo na avaliação anual da recuperabilidade dos ativos; – Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das principais estimativas e premissas utilizadas para projeção dos fluxos de caixa futuros estimados, tais como: margem LAJIDA e a respectiva taxa de crescimento anual; taxa de desconto baseada no custo médio ponderado de capital; crescimento médio da receita líquida; capital de giro, e consequente recálculo dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, determinados pela Companhia e suas controladas; – Recálculo, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, do valor presente dos fluxos de caixa projetados pela Companhia para as unidades geradoras de caixa. – Comparação do valor contábil líquido (<i>carrying amount</i>) com o valor em uso para todas as unidades geradoras de caixa; – Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o valor em uso das unidades geradoras de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações individual e consolidada do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



Marcos A. Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota	2024	2023	2024	2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	46	47	1.468.264	989.728
Aplicações financeiras	11	-	-	1.558.258	1.266.682
Contas a receber	12	-	-	3.559.218	2.458.492
Dividendos a receber	16.4	156.281	214.936	-	-
Empréstimos a receber	16.3	1.203	1.734	5.120	4.814
Estoques	13	-	-	110.546	12.253
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14	-	-	146.373	235.446
Tributos a recuperar	15	-	-	508.495	343.391
Outros créditos	17	23	29	207.281	164.907
Total do ativo circulante		157.553	216.746	7.563.555	5.475.713
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Instrumentos financeiros derivativos	34 (c)	-	-	119.701	-
Contas a receber	12	-	-	113.904	101.088
Empréstimos a receber	16.3	3.552	4.452	28.176	21.379
Empréstimos a receber de partes relacionadas	16.2	49.350	-	-	-
Depósitos judiciais	30 (c)	-	-	437.917	185.503
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14	1	-	38.078	21.627
Tributos a recuperar	15	-	-	21.226	12.260
Ativo indenizatório	30 (d)	-	-	397.577	159.076
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27 (a)	4	-	873.331	580.401
Total do realizável a longo prazo		52.907	4.452	2.029.910	1.081.334
Investimentos	18	3.423.019	2.976.546	-	8.263
Imobilizado	19	-	-	738.098	476.734
Direito de uso em arrendamentos	20	-	-	282.830	289.702
Intangível	21	-	-	3.756.020	2.687.316
Total do ativo não circulante		3.475.926	2.980.998	6.806.858	4.543.349
Total do ativo		3.633.479	3.197.744	14.370.413	10.019.062

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Passivo Circulante					
Fornecedores	22	-	-	528.693	173.197
Empréstimos	23	-	-	86.532	169.079
Debêntures	24	-	-	339.054	309.447
Instrumentos financeiros derivativos	34 (c)	-	-	54.648	10.764
Arrendamentos a pagar	25	-	-	76.406	63.316
Salários e encargos sociais	26	-	-	1.398.019	1.124.275
Imposto de renda e contribuição social a recolher	27	7	8	26.933	32.796
Obrigações tributárias	28	8	3	169.783	121.689
Parcelamento de tributos	29	-	-	25.431	21.882
Aquisição de controladas	31	-	-	246.458	151.349
Empréstimos a pagar com partes relacionadas	16.2	-	374	-	-
Dividendos a pagar	16.5	156.234	215.094	161.515	215.094
Outras contas a pagar	32	-	-	48.817	57.954
Total do passivo circulante		156.249	215.479	3.162.289	2.450.842
Não circulante					
Empréstimos	23	-	-	1.005.675	267.663
Debêntures	24	-	-	3.776.031	2.284.302
Instrumentos financeiros derivativos	34 (c)	-	-	-	4.824
Arrendamentos a pagar	25	-	-	228.305	239.259
Parcelamento de tributos	29	-	-	49.305	36.798
Aquisição de controladas	31	-	-	195.352	241.610
Provisão para contingências e tributos sub judice	30 (a)(b)	-	-	2.415.173	1.491.898
Outras contas a pagar	32	-	-	47.934	13.585
Total do passivo não circulante		-	-	7.717.775	4.579.939
Patrimônio líquido					
Capital social	33 (a)	1.928.341	1.679.699	1.928.341	1.679.699
Reservas de lucros	33 (d)	1.528.501	1.306.947	1.528.501	1.306.947
Dividendos adicionais propostos	33 (c)	63.042	-	63.042	-
Outros resultados abrangentes		(17.422)	5.920	(17.422)	5.920
Ajustes de avaliação patrimonial	33 (f)	(25.232)	(10.301)	(25.232)	(10.301)
Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores		3.477.230	2.982.265	3.477.230	2.982.265
Participação dos não controladores		-	-	13.119	6.016
Total do patrimônio líquido		3.477.230	2.982.265	3.490.349	2.988.281
Total do passivo e patrimônio líquido		3.633.479	3.197.744	14.370.413	10.019.062

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Receita líquida dos serviços prestados e mercadorias vendidas	35	-	-	14.774.369	10.631.154
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	36	-	-	(12.538.016)	(8.793.786)
Lucro bruto		-	-	2.236.353	1.837.368
Despesas gerais e administrativas	36	(608)	(558)	(1.091.047)	(833.770)
Provisão para perda esperada dos serviços faturados e a faturar	36	-	-	1.834	3.382
Outras receitas operacionais	36	-	1.208	204.493	187.709
Outras despesas operacionais	36	-	(242)	(72.897)	(56.457)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, resultado de equivalência patrimonial e impostos		(608)	408	1.278.736	1.138.232
Receitas financeiras	37	470	840	575.905	447.982
Despesas financeiras	37	(22)	(98)	(900.117)	(670.488)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		448	742	(324.212)	(222.506)
Resultado de equivalência patrimonial	18 (a)	658.024	641.841	-	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		657.864	642.991	954.524	915.726
Imposto de renda e contribuição social correntes	27 (c)	(38)	(70)	(306.068)	(288.998)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27 (c)	-	(411)	17.978	19.619
Lucro líquido do exercício		657.826	642.510	666.434	646.347
Lucro atribuído aos:					
Acionistas controladores		657.826	642.510	657.826	642.510
Acionistas não controladores		-	-	8.608	3.837
Resultado básico e diluído por ação atribuível a acionistas controladores detentores das ações ordinárias	36	-	-	0,98	0,96

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. 29

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	657.826	642.510	666.434	646.347
Resultado líquido sobre <i>hedge</i>	-	-	(23.342)	(541)
Resultado abrangente do exercício	657.826	642.510	643.092	645.806
Lucro atribuído aos:				
Acionistas controladores	657.826	642.510	634.484	641.969
Acionistas não controladores	-	-	8.608	3.837

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros					Dividendos adicionais propostos	Outros resultados abrangentes	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido dos controladores	Participação dos não controladores	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Custo de transação	Lucros acumulados						
Em 1º de janeiro de 2023		1.648.808	89.598	843.060	(809)	-	-	6.461	3.266	2.590.384	1.881	2.592.265
Emissão de ações ordinárias	33(b)	30.891	-	-	-	-	-	-	-	30.891	-	30.891
Atualizações de <i>call options</i>	33(f)	-	-	-	-	-	-	-	(13.567)	(13.567)	-	(13.567)
Transações de capital	33(e)	-	-	(906)	-	-	-	-	-	(906)	298	(608)
Resultado líquido sobre <i>hedge</i>		-	-	-	-	-	-	(541)	-	(541)	-	(541)
Dividendos adicionais		-	-	(51.412)	-	-	-	-	-	(51.412)	-	(51.412)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	642.510	-	-	-	642.510	3.837	646.347
Reserva legal	33(c)	-	32.125	-	-	(32.125)	-	-	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	33(c)	-	-	-	-	(152.596)	-	-	-	(152.596)	-	(152.596)
Dividendos adicionais propostos	16.5	-	-	-	-	(62.498)	-	-	-	(62.498)	-	(62.498)
Retenção de lucros		-	-	395.291	-	(395.291)	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023		1.679.699	121.723	1.186.033	(809)	-	-	5.920	(10.301)	2.982.265	6.016	2.988.281
Emissão de ações ordinárias	33(b)	48.642	-	-	-	-	-	-	-	48.642	-	48.642
Capitalização de reservas sem emissão de ações	33(b)	200.000	-	(200.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Atualizações de <i>call options</i>	33(f)	-	-	-	-	-	-	-	(14.931)	(14.931)	-	(14.931)
Transações de capital	33(e)	-	-	(16.996)	-	-	-	-	-	(16.996)	(1.505)	(18.501)
Resultado líquido sobre <i>hedge</i>		-	-	-	-	-	-	(23.342)	-	(23.342)	-	(23.342)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	657.826	-	-	-	657.826	8.608	666.434
Reserva legal	33(c)	-	32.891	-	-	(32.891)	-	-	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	33(c)	-	-	-	-	(156.234)	-	-	-	(156.234)	-	(156.234)
Dividendos adicionais propostos	16.5	-	-	-	-	(63.042)	63.042	-	-	-	-	-
Retenção de lucros		-	-	405.659	-	(405.659)	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024		1.928.341	154.614	1.374.696	(809)	-	63.042	(17.422)	(25.232)	3.477.230	13.119	3.490.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		657.826	642.510	666.434	646.347
Ajustes para:					
Resultado de equivalência patrimonial	18(a)	(658.024)	(641.841)	-	-
Resultado na alienação de bens do ativo imobilizado	36 (a)	-	-	(11.289)	(7.950)
(Reversão) constituição de provisão para perda esperada dos serviços faturados	36 (a)	-	-	(1.829)	5.990
Reversão de provisão para perda esperada dos serviços a faturar	36 (a)	-	-	(5)	(9.372)
Depreciação de imobilizado	19(c)	-	-	142.529	78.505
Amortização de intangível (Software e Franquias)	21(c)	-	-	5.328	1.038
Amortização do ativo de direito de uso	20(a)	-	-	70.017	32.065
Amortização de mais valia - carteira de clientes, marcas e acordo de não concorrência	21(c)	-	-	152.331	107.487
Amortização de mais valia - signing bonus	21(c)	-	-	1.225	-
Amortização de mais valia - ativos fixos	19(c)	-	-	24.788	19.634
Provisão de riscos fiscais	30(b)	-	-	-	10
Provisão para tributos sub judice	30(b)	-	-	2.864	2.596
Reversão para tributos sub judice	30(b)	-	(1.208)	(101.816)	(133.103)
Reversão de atualização monetária sob tributos sub judice	30(b)	-	(162)	(24.549)	(45.193)
Ganho com compra vantajosa	3.1	-	-	-	(13.150)
Imposto de renda e contribuição social	27(c)	38	481	288.090	269.379
Constituição de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	30(a)	-	-	205.711	163.589
Reversão de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	30(a)	-	-	(197.409)	(167.986)
Atualização monetária do Sistema "S"	30(a)	-	-	42.242	56.730
Atualização monetária Perse	30(a)	-	-	10.173	-
Atualização (baixas) de ativos indenizatórios e passivos contingentes	36	-	-	21.493	(19.245)
Atualização de parcela contingente - dívida de aquisição	31(a)	-	-	5.438	(5.367)
Baixa de parcela contingente - dívida de aquisição	31(a)	-	-	(52.418)	(7.205)
Compensação de dívida de aquisição	31(a)	-	-	(5.120)	-
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	37	-	-	(166.536)	22.758
Atualização monetária indêbito da Selic	14	-	-	(1.823)	(2.034)
Atualização monetária de depósitos judiciais	30(c)	-	-	(16.171)	(13.467)
Atualização monetária de empréstimos a receber - contratos de mútuo	16.3	(471)	(674)	(2.209)	(2.352)
Ajuste de saldo a receber de empréstimos - contratos de mútuo	16.3	-	200	-	971
Variação cambial, juros e encargos sobre empréstimos	23(b)	-	-	262.465	55.002
Juros e encargos sobre debêntures	24(c)	-	-	417.199	377.247
Encargos financeiros sobre parcelamentos	29	-	1	5.365	8.892
Encargos financeiros sobre arrendamento	25(c)	-	-	17.800	6.325
Atualização monetária sobre tributos sub judice	30(b)	-	65	40.714	43.433
Atualização monetária e variação cambial de aquisição de controladas	31(a)	-	-	23.566	14.118
Apropriação de custo incorrido com emissão de empréstimos e debêntures	23(b) e 24(c)	-	-	8.613	5.009
		(631)	(628)	1.833.211	1.490.701
Variações em:					
Estoques		-	-	(6.672)	(206)
Contas a receber		-	-	(234.921)	(342.954)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	(99.110)	(161.147)
Tributos a recuperar	(5)	89		(96.690)	(32.995)
Depósitos judiciais		-	-	16.873	22.907
Fornecedores		-	-	(8.186)	28.912
Salários e encargos sociais		-	-	50.097	210.007
Empréstimos com partes relacionadas	(49.724)	374	-	-	-
Outras obrigações tributárias	9	(59)		163	(69.896)
Variações em outros ativos e passivos	2	14.888		(87.363)	(138.481)
		(50.349)	14.664	1.367.402	1.006.848
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais					
Juros pagos sobre empréstimos	23(b)	-	-	(146.884)	(72.384)
Juros pagos sobre debêntures	24(c)	-	-	(384.843)	(345.540)
Juros pagos sobre parcelamentos	29	-	-	(6.897)	(2.969)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(38)	(86)	(76.249)	(162.098)
		(50.387)	14.578	752.529	423.857
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais					
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aplicações financeiras		-	-	(291.576)	544.098
Dividendos recebidos	16.4	214.936	125.506	-	-
Recebimento de empréstimos - contratos de mútuo	16.3	1.902	3.211	5.606	7.065
Concessão de empréstimos - contratos de mútuo	16.3	-	-	(10.500)	(1.000)
Recebimento pela venda de imobilizado		-	-	16.518	13.850
Aquisição de imobilizado	19(b)	-	-	(199.565)	(145.940)
Aquisição de intangível	21(b)	-	-	(16.436)	(906)
Aquisição de controladas não consolidadas	18(ii)	-	-	-	(8.263)
Aquisição de controladas, líquido do caixa obtido na aquisição	3	-	-	(1.328.606)	(197.396)
		216.838	128.717	(1.824.559)	211.508
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento					
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Integralização de capital por emissão de ações	33(b)	48.642	30.891	48.642	30.891
Pagamento de parcelamentos de tributos	29	-	(48)	(21.284)	(22.310)
Pagamento de arrendamentos	25(c)	-	-	(81.754)	(26.843)
Dividendos pagos (controladores e vendedores de adquiridas)	16.5	(215.094)	(174.124)	(228.407)	(176.140)
Recursos provenientes da liquidação de derivativos	34 (a) (c)	-	-	50.528	(8.130)
Captação de empréstimos	23(b)	-	-	1.981.950	-
Captação de debêntures	24(c)	-	-	1.750.000	-
Amortização de debêntures	24(c)	-	-	(249.840)	(100.000)
Custos incorridos com a emissão de empréstimos	23(b)	-	-	(5.194)	-
Custos incorridos com a emissão de debêntures	24(c)	-	-	(19.437)	-
Amortização de empréstimos	23(b)	-	-	(1.581.887)	(197.662)
Exercício de opção de compra e parcela adicional de aquisição	31(a)	-	-	(92.751)	(34.602)
		(166.452)	(143.281)	1.550.566	(534.796)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento					
		(1)	14	478.536	100.569
(Diminuição) e aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		47	33	989.728	889.159
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		46	47	1.468.264	989.728
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.					

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas (1)	-	1.208	16.170.374	11.718.151
Receita bruta de vendas e serviços	35	-	15.902.091	11.508.286
Outras receitas	36	-	215.959	190.082
Provisão para perda esperada dos serviços faturados e a faturar	12	-	1.834	3.382
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-	50.490	16.401
Insumos adquiridos de terceiros (2)	(608)	(798)	(2.800.318)	(1.286.602)
Custos das mercadorias vendidas	36	-	(1.055.205)	(165.509)
Materiais, serviços de terceiros e outros	-	(798)	(1.745.113)	(1.121.093)
Valor adicionado bruto (3) = (1) + (2)	(608)	410	13.370.056	10.431.549
Depreciação e amortização (4)	-	-	(394.993)	(238.729)
Valor adicionado líquido produzido (5) = (3) + (4)	(608)	410	12.975.063	10.192.820
Valor adicionado recebido em transferência (6)	658.494	642.681	575.905	447.982
Resultado de equivalência patrimonial	16 (a)	658.024	-	-
Receitas financeiras	37	470	575.905	447.982
Valor adicionado total a distribuir (7) = (5) + (6)	657.886	643.091	13.550.968	10.640.802
Distribuição do valor adicionado	657.886	643.091	13.550.968	10.640.802
Pessoal	-	3	8.428.296	6.575.540
Remuneração direta	-	3	6.107.769	4.846.429
Benefícios	36	-	1.716.162	1.239.808
FGTS	-	-	604.365	489.303
Tributos e taxas	60	512	3.123.766	2.525.805
Federais	60	512	2.496.931	2.073.961
Estaduais	-	-	96.272	19.380
Municipais	-	-	530.563	432.464
Remuneração de capitais de terceiros	-	66	1.332.472	893.110
Juros	-	66	871.730	595.062
Aluguéis	36	-	460.742	298.048
Remuneração de capitais próprios	657.826	642.510	666.434	646.347
Dividendos a acionistas controladores	219.276	215.094	219.276	215.094
Retenção de lucros	438.550	427.416	438.550	427.416
Participação de não controladores nos lucros retidos	-	-	8.608	3.837

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A GPS Participações e Empreendimentos S.A. ("Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto registrada no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), o que caracteriza o mais alto nível de governança corporativa no mercado de capitais brasileiro, sob o código de negociação GGPS3, com sede na avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1.215, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Controladora e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo"). O Grupo tem como atividades preponderantes: (i) prestação de serviços de segurança patrimonial; (ii) prestação de serviços de higienização e de limpeza (*facilities*); (iii) prestação de serviços de logística *indoor*; (iv) prestação de serviços de segurança eletrônica, implantação, operação e manutenção predial; (v) prestação de serviços de hotelaria marítima (em plataformas petrolíferas); (vi) prestação de serviços de cozinha e venda de refeições; (vii) prestação de serviços de manutenção de rodovias; (viii) participação em empresas por aquisição de ações ou quotas de capital; (ix) administração e gerenciamento de mão de obra temporária para terceiros, nos termos da Lei 6.019/74, conforme alterada pela Lei 13.429/17; (x) consultoria e assessoria empresarial financeira, na área de eventos promocionais, planejamento, organização e execução de feiras, congressos, eventos e campanhas de incentivo; (xi) promoção de vendas e distribuição de brindes promocionais; (xii) prestação de serviços de manutenção industrial; (xiii) corretagem de seguros de ramos elementares, seguros de vida, saúde, previdência e capitalização; (xiv) manutenção de redes de telefonia, manutenção de acesso e instalação de sistemas de telecomunicação; e (xv) construção de rede de distribuição de energia e manutenção de rede energizada.

2 Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Controladora e das empresas direta e indiretamente controladas. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a consolidação das seguintes empresas, todas elas domiciliadas no Brasil:

Controlada direta	Controladora direta	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Top Service Serviços e Sistemas S.A. - (Top Service)	GPS Participações e Empreendimentos S.A.	100,00	100,00

Controlada indireta	Controladora direta	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
GPS Predial Sistemas de Segurança Ltda. - (GPS RJ) (b)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	-	100,00
GPS Predial Sistemas de Segurança Ltda. - (GPS SP) (b)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	-	100,00
GPS Predial Sistemas de Segurança Ltda. - (GPS BA)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00
Ecopolo Gestão de Águas, Resíduos e Energia Ltda.	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00
GPS Tec Sistemas Eletrônicos de Segurança Ltda.	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00
Engeseg Empresa de Vigilância Computadorizada Ltda.	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00
In-Haus Industrial e Serviços de Logística S.A.	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00
Proguarda Vigilância e Segurança Ltda.	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00
Proguarda Serviços Ltda. (b)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	-	100,00

Controlada indireta	Controladora direta	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Proteg Segurança Patrimonial Eireli	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00
Quattro Serv Serviços Gerais Ltda.	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00
Servis Segurança Ltda.	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00
SECOP1 - Segurança Comercial do Piauí Ltda.	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00
Ultralimpo Empreendimentos e Serviços Ltda.	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00
Polonorte Segurança da Amazônia Ltda.	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00
Gol Segurança e Vigilância Ltda. (b)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	-	100,00
BC2 Construtora Ltda. (b)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	-	100,00
BC2 Infraestrutura Ltda.	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00
Top Service Facilities Ltda.	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00
LC Administração de Restaurantes Ltda. (LC)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00
Presidente Altino Participações e Comercialização de Imóveis Próprios Ltda.	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00
Eleva In-Haus Manutenção Industrial Ltda.	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00
Evimeria Corretagem de Seguros e Consultoria Ltda.	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	80,00	80,00
Ormec Engenharia Ltda.	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00
Global Serviços Ltda. (b)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	-	100,00
Global Serviços Empresariais de Mão de Obra Temporária Ltda. (b)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	-	100,00
Global Empregos Ltda. (b)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	-	100,00
Global Administração e Serviços Aeroportuários Ltda. (b)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	-	100,00
Global Central de Estádios Ltda. (b)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	-	100,00
Global Treinamento e Desenvolvimento Profissional Ltda. (b)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	-	100,00
Allis Soluções Inteligentes Ltda.	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00
Rudder Segurança Ltda.	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00
Serviços de Cogeração Carioca Ltda.	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	88,82	88,82
Trade e Talentos Soluções em Trade e Pessoas S.A. (anteriormente denominada Allis Luandre Soluções em Trade e Pessoas S.A.)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00
Compart Marketing e Tecnologia Ltda. (b)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	-	100,00
Maestro Tecnologia S.A.	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	77,27	77,27
TLSV Engenharia S.A.	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	70,00
Lyon Engenharia Comercial Ltda. (a)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	60,00	-
Control Construções S.A. (a)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	60,00	-
Marfood Comércio e Serviços de Hotelaria Ltda. (a)	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	-
GPS AIR - Serviços Auxiliares ao Transporte Aéreo Ltda.	In-Haus Industrial e Serviços de Logística S.A.	100,00	100,00
Loghis Logística e Serviços Ltda.	In-Haus Industrial e Serviços de Logística S.A.	100,00	100,00
Predial Axel Manutenção Industrial Ltda	In-Haus Industrial e Serviços de Logística S.A.	100,00	100,00
Motus Serviços Ltda.	In-Haus Industrial e Serviços de Logística S.A.	100,00	60,00
Conbras Manutenção Ltda. (b)	In-Haus Industrial e Serviços de Logística S.A.	-	100,00
In-Haus Log Ltda.	In-Haus Industrial e Serviços de Logística S.A.	100,00	100,00
IH Eficiência Energética, Manutenção e Facilities Ltda.	In-Haus Industrial e Serviços de Logística S.A.	100,00	100,00
Graber Sistemas de Segurança Ltda.	Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100,00	100,00
Visel Vigilância e Segurança Ltda.	Graber Sistemas de Segurança Ltda.	100,00	100,00
Fortaleza Serviços de Vigilância Ltda.	Graber Sistemas de Segurança Ltda.	100,00	100,00
Onseg Serviços de Vigilância e Segurança Ltda.	Graber Sistemas de Segurança Ltda.	100,00	100,00
Onserv Serviços Terceirizados Ltda.	Graber Sistemas de Segurança Ltda.	100,00	100,00
Poliservice - Sistemas de Segurança S.A.	Graber Sistemas de Segurança Ltda.	100,00	100,00
Sunset Serviços Patrimoniais Ltda. (b)	Graber Sistemas de Segurança Ltda.	-	55,00
Sunset Vigilância e Segurança Ltda.	Graber Sistemas de Segurança Ltda.	100,00	55,00
Global Segurança Ltda.	Graber Sistemas de Segurança Ltda.	100,00	100,00
Force Vigilância Ltda.	Graber Sistemas de Segurança Ltda.	100,00	100,00
Force Serviços Terceirizados Eireli. (b)	Graber Sistemas de Segurança Ltda.	-	100,00
Campseg Vigilância e Segurança Patrimonial Ltda.	Graber Sistemas de Segurança Ltda.	100,00	100,00
Campseg Serviços de Facilities Ltda. (b)	Graber Sistemas de Segurança Ltda.	-	100,00
Invictus Serviços de Terceirização de Mão de Obra Ltda. (a)	Graber Sistemas de Segurança Ltda.	100,00	-
Invictus Segurança Ltda. (a)	Graber Sistemas de Segurança Ltda.	100,00	-
Rudder Serviços Gerais Ltda. (b)	Rudder Segurança Ltda.	-	100,00
Eleva Facilities Ltda (b)	Eleva In-Haus Manutenção Industrial Ltda.	-	100,00
Wrapper Sistemas Ltda.	Motus Serviços Ltda.	80,00	80,00
Evertical Comércio de Máquinas e Equipamentos de Informática Ltda.	GPS Tec Sistemas Eletrônicos de Segurança Ltda.	55,00	55,00
Evertical Tecnologia Ltda.	GPS Tec Sistemas Eletrônicos de Segurança Ltda.	55,00	55,00
IH Facilities, Limpeza e Conservação Ltda. (b)	IH Eficiência Energética, Manutenção e Facilities Ltda.	-	100,00
SW Invest Tecnologia, Serviços e Participações Ltda.	Maestro Tecnologia S.A.	100,00	100,00
Trademark Participações S.A.	Trade e Talentos Soluções em Trade e Pessoas S.A.	70,00	70,00
Pop Trade Marketing e Consultoria Ltda.	Trademark Participações S.A.	100,00	100,00
Seven Trade Marketing e Consultoria Ltda.	Trademark Participações S.A.	100,00	100,00
GR Serviços e Alimentação Ltda. (a)	LC Administração de Restaurantes Ltda.	100,00	-
Clean Mall Serviços Ltda. (a)	GR Serviços e Alimentação Ltda.	100,00	-
GRSA Serviços Ltda. (a)	GR Serviços e Alimentação Ltda.	100,00	-
GRSA Comércio Sociedade Unipessoal Ltda. (a)	GR Serviços e Alimentação Ltda.	100,00	-
GR Manutenção e Facilities Sociedade Unipessoal Ltda. (a)	GR Serviços e Alimentação Ltda.	100,00	-

- a) Aquisição de controle por compra de quotas de capital. Sobre a combinação de negócios, veja detalhes na nota explicativa nº 3.
- b) Visando a simplificação societária dentro das melhores práticas de governança corporativa, aperfeiçoando a gestão das empresas pertencentes ao Grupo, e considerando que faz parte da estratégia empresarial do Grupo a redução de custos e a simplificação de sua estrutura societária, foram aprovadas as extinções de empresas conforme abaixo:

Ano	Empresa	Extinta em:	Incorporada por:
2024	Global Serviços Ltda.	30 de abril de 2024	Trade e Talentos Soluções em Trade e Pessoas S.A.
2024	Global Serviços Empresariais de Mão de Obra Temporária Ltda	30 de abril de 2024	Trade e Talentos Soluções em Trade e Pessoas S.A.
2024	Global Empregos Ltda.	30 de abril de 2024	Trade e Talentos Soluções em Trade e Pessoas S.A.
2024	Global Administração e Serviços Aeroportuários Ltda.	30 de abril de 2024	Trade e Talentos Soluções em Trade e Pessoas S.A.
2024	Global Central de Estágios Ltda.	30 de abril de 2024	Trade e Talentos Soluções em Trade e Pessoas S.A.
2024	Global Treinamento e Desenvolvimento Profissional Ltda.	30 de abril de 2024	Trade e Talentos Soluções em Trade e Pessoas S.A.
2024	Eleva Facilities Ltda	30 de setembro de 2024	In-Haus Industrial e Serviços de Logística S.A.
2024	IH Facilities, Limpeza e Conservação Ltda.	30 de setembro de 2024	In-Haus Industrial e Serviços de Logística S.A.
2024	GPS Predial Sistemas de Segurança Ltda. (GPS SP)	31 de outubro de 2024	Ecopolo Gestão de Águas, resíduos e Energia Ltda.
2024	Conbras Manutenção Ltda.	31 de outubro de 2024	Ecopolo Gestão de Águas, resíduos e Energia Ltda.
2024	Force Serviços Terceirizados Eireli.	31 de outubro de 2024	Ecopolo Gestão de Águas, resíduos e Energia Ltda.
2024	Compart Marketing e Tecnologia Ltda.	31 de outubro de 2024	Ecopolo Gestão de Águas, resíduos e Energia Ltda.
2024	Sunset Serviços Patrimoniais Ltda.	31 de outubro de 2024	Top Service Serviços e Sistemas S.A.
2024	Campseg Serviços de Facilities Ltda.	31 de outubro de 2024	Top Service Serviços e Sistemas S.A.
2024	GPS Predial Sistemas de Segurança Ltda. (GPS RJ)	31 de outubro de 2024	Ecopolo Gestão de Águas, resíduos e Energia Ltda.
2024	Rudder Serviços Gerais Ltda.	31 de outubro de 2024	Ecopolo Gestão de Águas, resíduos e Energia Ltda.
2024	Proguarda Serviços Ltda.	31 de outubro de 2024	Ecopolo Gestão de Águas, resíduos e Energia Ltda.
2024	BC2 Construtora Ltda.	31 de outubro de 2024	Ecopolo Gestão de Águas, resíduos e Energia Ltda.
2024	Gol Segurança e Vigilância Ltda.	31 de dezembro de 2024	Graber Sistemas de Segurança Ltda.

3 Combinação de negócios

O Grupo tem como objetivo estratégico buscar a liderança nos setores de mercado em que atua, para isto possui um programa estruturado de crescimento inorgânico. Esse programa inclui aquisições de grupos de empresas ou empresas dos mesmos segmentos de negócios.

Tais aquisições visam, principalmente, atingir:

- o aumento da carteira de serviços ofertados, fortalecendo a posição “one stop shop”;
- a ampliação da carteira de clientes;
- a obtenção de sinergias operacionais e fiscais;
- a consolidação da presença nas regiões em que atua; e
- a ampliação da base territorial, através da entrada em novos mercados.

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos e passivos significativos adquiridos são as seguintes:

Ativos adquiridos e passivos assumidos	Técnica de avaliação
Marca e Carteira de clientes	Abordagem da renda que considera os fluxos de caixa futuros atribuídos aos ativos intangíveis descontados a valor presente.
Mais valia de ativos fixos	Para determinação do valor em uso destes itens foi realizada avaliação dos ativos fixos existentes por meio da aplicação do método comparativo direto de dados de mercado.
Passivos contingentes	O valor justo dos passivos contingentes foi determinado com base em relatórios de auditoria legal e <i>due diligence</i> emitidos por assessores legais e levou em consideração a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Todas as aquisições parciais referem-se à aquisição de controle. Para as aquisições parciais das quotas de participação das empresas adquiridas, o Grupo adotou sempre que aplicável a metodologia de aquisição antecipada em que na mesma data de aquisição, outorga-se mutuamente entre as partes um instrumento de opção de compra e venda das quotas residuais do capital das empresas adquiridas constituindo-se como unidades contábeis distintas. Uma vez que já ocorre a aquisição de controle nesta etapa, suas aquisições são registradas integralmente (em 100%, mesmo que a compra na data de aquisição seja parcial), independente da participação acionária realizada.

O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e os valores das transações na data de aquisição estão apresentados a seguir:

Adquiridas de 2023	Nota	Grupo Engie	Compart	Grupo Maestro	Grupo Campseg	TLSV	Grupo Trademark	Total de 2023
Caixa e equivalentes de caixa		36.586	9.318	6.132	5.181	1.288	(388)	58.117
Contas a receber		25.469	31.347	89	51.506	10.850	72.591	191.852
Tributos a recuperar		2.435	2.612	-	10.134	16	5.268	20.465
Imposto de renda e contribuição social diferidos (vii)		-	27.469	-	3.359	-	16.428	47.256
Depósitos judiciais		1.013	13	-	166	804	1.282	3.278
Imobilizado		5.224	923	-	16.395	1.627	4.286	28.455
Direito de uso		493	2.625	-	709	3.574	5.645	13.046
Intangível (v)		14.058	38.152	1.324	54.262	13.102	78.163	199.061
Demais ativos (vi)		464	25.116	1	25.405	20	3.851	54.857
Empréstimos		-	(3.894)	-	(8.776)	(4.192)	-	(16.862)
Arrendamentos a pagar		(493)	(2.625)	-	(709)	(3.574)	(5.645)	(13.046)
Fornecedores e outras contas a pagar		(11.581)	(2.747)	(1)	(23.751)	(2.678)	(20.704)	(61.462)
Passivo trabalhista		(8.333)	(9.462)	-	(47.194)	(9.529)	(28.403)	(102.921)
Obrigações tributárias		(4.451)	(2.180)	(15)	(2.370)	(728)	(2.779)	(12.523)
Provisão para contingências (iii)		(5.202)	(11.716)	-	(19.190)	(25.336)	(3.038)	(64.482)
Tributos <i>sub judice</i> (iv)		(42.532)	(68.533)	(8)	(27.237)	(6.561)	(34.564)	(179.435)
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis (xi) (A)		13.150	36.418	7.522	37.890	(21.317)	91.993	165.656
Participação não adquirida (x) (H)		-	-	1.408	-	-	-	1.408
Contraprestação transferida (B)	3.1	-	86.613	8.487	92.876	3.500	200.303	391.779
Pagamento em caixa em ano anterior (i) (C)		-	2.500	-	-	-	-	2.500
Pagamento em caixa no ano (D)		-	41.129	7.710	88.539	3.500	114.635	255.513
Contraprestação contingente (E) = (B - C - D)		-	42.984	777	4.337	-	85.668	133.766
Atualização de contraprestação contingente (F)		-	4.175	109	(1.383)	-	(4.736)	(1.835)
Saldo a pagar de dívida de aquisição (E + F)		-	47.159	886	2.954	-	80.932	131.931
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações (G)		(36.586)	(9.318)	(6.132)	(5.181)	(1.288)	388	(58.117)
Efeito caixa no ano = (D + G)		(36.586)	31.811	1.578	83.358	2.212	115.023	197.396
Ágio (viii) (B - A + H)		-	50.195	2.373	54.986	24.817	108.310	240.681
Compra vantajosa (ix) (B - A)		(13.150)	-	-	-	-	-	(13.150)

Adquiridas de 2024	Nota	Lyon	Control	Marfood	Grupo Invictus	Grupo GRSA	Total de 2024
Caixa e equivalentes de caixa		824	39.935	5.873	221	113.426	160.279
Aplicações financeiras		-	39	-	-	-	39
Contas a receber		31.587	129.147	30.486	6.300	679.416	876.936
Estoques		-	-	296	-	91.324	91.620
Tributos a recuperar		2.082	2.834	842	905	82.987	89.650
Imposto de renda e contribuição social diferidos (vii)		4.599	12.840	4.438	2.269	231.999	256.145
Depósitos judiciais		323	2.424	497	-	249.655	252.899
Imobilizado		2.016	92.134	1.273	337	133.190	228.950
Direito de uso		650	11.404	344	-	12.926	25.324
Intangível (v)		22.051	56.409	51.006	3.740	526.335	659.541
Demais ativos (vi)		7.307	13.645	6.070	624	306.724	334.370
Empréstimos		-	(142.216)	-	(2.443)	-	(144.659)
Arrendamentos a pagar		(650)	(11.404)	(344)	-	(15.910)	(28.308)
Fornecedores e outras contas a pagar		(2.963)	(10.930)	(8.194)	(427)	(429.021)	(451.535)
Salários e encargos sociais		(17.250)	(35.741)	(8.447)	(3.122)	(199.374)	(263.934)
Obrigações tributárias		(16.396)	(6.740)	(2.257)	(212)	(47.158)	(72.763)
Provisão para contingências (iii)		(9.132)	(30.442)	(7.602)	(831)	(722.422)	(770.429)
Tributos <i>sub judice</i> (iv)		(10.072)	(18.987)	(7.639)	(7.671)	(79.507)	(123.876)
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis (xii) (A)		14.976	104.351	66.642	(310)	934.590	1.120.249
Contraprestação transferida (B)	3.1	73.986	152.375	89.633	2.931	1.354.601	1.673.526
Pagamento em caixa em ano anterior (ii) (C)		2.988	1.000	4.000	275	-	8.263
Pagamento em caixa no ano (D)		51.884	44.388	85.633	2.656	1.304.363	1.488.924
Contraprestação contingente (E) = (B - C - D)		19.114	106.987	-	-	50.238	176.339
Ajuste de Contraprestação contingente (F)		8.345	(63.639)	-	-	11.107	(44.187)
Saldo a pagar de dívida de aquisição (E + F)		27.459	43.348	-	-	61.345	132.152
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações (G)		(824)	(39.974)	(5.873)	(221)	(113.426)	(160.318)
Efeito caixa no ano = (E + F)		51.060	4.414	79.760	2.435	1.190.937	1.328.606
Ágio (viii) (B - A)		59.010	48.024	22.991	3.241	420.011	553.277

- (i) Pagamento efetuado em 2022 por meio de adiantamento, portanto, sem efeito na demonstração dos fluxos de caixa em 2023.
- (ii) Pagamento efetuado em 2023 por meio de adiantamento, portanto, sem efeito na demonstração dos fluxos de caixa em 2024.
- (iii) Refere-se à alocação de passivos contingentes (não registrados no balanço patrimonial da empresa adquirida) e às próprias provisões, já reconhecidas no Balanço Patrimonial.
- (iv) Os *tributos sub judice* referem-se a obrigações presentes registradas nas empresas adquiridas constituídas para cobertura de riscos fiscais em determinadas práticas até o momento da aquisição que não eram provisionadas pela Administração anterior.
- (v) Alocação determinada à carteira de clientes e marcas. O intangível da carteira de clientes deriva do relacionamento da empresa com seus clientes que representam uma fonte de renda estável e recorrente. O intangível de marcas deriva da facilidade com que os consumidores identificam um negócio pelos produtos e serviços.
- (vi) Refere-se a ativo indenizatório, despesas antecipadas, adiantamentos e outras contas a receber.
- (vii) Refere-se a impostos diferidos sobre diferenças temporárias oriundos do valor justo dos ativos líquidos adquiridos.
- (viii) O ágio resultado da aquisição, que compreende o valor da diferença paga e/ou pagar pelo Grupo em relação aos ativos líquidos identificáveis. É atribuído principalmente às habilidades e ao talento técnico da força de trabalho e às sinergias esperadas na integração das empresas adquiridas aos negócios existentes do Grupo. Veja nota explicativa nº 21 (a). Nesse sentido, o tratamento tributário ocorrerá a partir do momento da realização do investimento, com a incorporação da empresa adquirida, o que corresponde ao desencadeamento do benefício fiscal do ágio, nos termos da legislação em vigor.
- (ix) A compra vantajosa decorre do excesso do valor líquido dos ativos identificados e passivos assumidos em relação a contraprestação transferida pelo controle das empresas adquiridas.
- (x) Empresa adquirida parcialmente, sem acordo de aquisição de parcela residual.
- (xi) Para o fechamento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os valores justos dos ativos identificáveis e passivos assumidos, levantados na data da aquisição estavam pendentes de conclusão, desta forma, reportamos os valores provisórios até que se obtenha a conclusão da avaliação, conforme instrução do CPC 15 / IFRS 3. Agora, os saldos estão sendo apresentados de maneira definitiva, após a conclusão da avaliação.
- (xii) Para o fechamento do período findo em 31 de dezembro de 2024, os valores justos dos ativos identificáveis e passivos assumidos, levantados na data da aquisição foram alocados de forma provisória. Desta forma, reportamos os valores preliminares alocados com base nas informações disponíveis à época das alocações até que se obtenha a conclusão das avaliações e análises, conforme instrução do CPC 15 / IFRS 3. O mesmo aplica-se aos valores justos de ativos imobilizados e intangíveis (carteira de clientes, marcas, ativos fixos, ativos indenizatórios e passivos contingentes), que foram determinados de forma provisória. Se novas informações forem apuradas dentro do prazo de período de mensuração (um ano), conforme determinado do CPC 15 / IFRS 3, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data de aquisição, eventuais ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer necessidade de provisão adicional, a contabilização da aquisição será revista.

3.1 Resumo das aquisições

Adquiridas de 2023	Grupo Engie (i)	Compart (ii)	Grupo Maestro (iii)	Grupo Campseg (iv)	TLSV (v)	Grupo Trademark (vi)
Data de assinatura do termo de fechamento ao contrato de compra e venda	16/01/2023	31/12/2023	14/06/2023	14/09/2023	18/10/2023	31/05/2024
Data de assunção de controle e consolidação	01/02/2023	01/02/2023	01/07/2023	01/10/2023	01/11/2023	01/06/2024
Percentual de aquisição	100%	100%	77,27%	100%	70%	100%
Empresa adquirente	In Haus industrial	Top Service	Top Service	Graber	Top Service	LC
Contraprestação transferida						
• Sinal	-	2.500	-	3.850	3.500	5.380
• Na data de assinatura do termo de fechamento ao contrato de compra e venda	-	41.129	8.487	69.904	-	109.255
• Opção de compra (“Call”) detida pela adquirente (xii)	-	-	-	-	-	54.679
• Valor adicional (<i>Earn- out e ajustes de preço</i>) (xii)	-	42.984	-	19.122	-	30.989
Total da contraprestação transferida	-	86.613	8.487	92.876	3.500	200.303
Receita e resultados incorporados						
• Receita líquida consolidada	95.866	168.529	421	101.886	16.297	67.954
• Lucro (prejuízo) líquido consolidado	35.180	20.533	58	(3.920)	(1.561)	7.377
• Receita líquida do ano (xiii)	103.668	184.511	791	379.816	100.196	356.908
• Lucro líquido do ano (xiii)	33.176	24.283	289	1.630	(2.920)	19.806
Custos de aquisição						
• Custos relacionados à aquisição (xiv)	773	437	97	947	516	898

Adquiridas de 2024	Lyon (vii)	Control (viii)	Marfood (ix)	Grupo Invictus (x)	GRSA (xi)
Data de assinatura do termo de fechamento ao contrato de compra e venda	15/01/2024	18/02/2024	01/02/2024	09/02/2024	31/05/2024
Data de assunção de controle e consolidação	01/02/2024	01/02/2024	01/02/2024	01/02/2024	01/06/2024
Percentual de aquisição	60%	60%	100%	100%	100%
Empresa adquirente	Top Service	Top Service	Top Service	Graber	LC
Contraprestação transferida					
• Sinal	2.988	1.000	4.000	275	-
• Na data de assinatura do termo de fechamento ao contrato de compra e venda	51.884	44.388	85.633	2.656	1.304.363
• Opção de compra (“Call”) detida pela adquirente (xii)	19.114	76.147	-	-	-
• Valor adicional (<i>Earn- out e ajustes de preço</i>) (xii)	-	30.840	-	-	50.238
Total da contraprestação transferida	73.986	152.375	89.633	2.931	1.354.601
Receita e resultados incorporados					
• Receita líquida consolidada	150.668	405.775	191.193	34.222	2.114.588
• Lucro líquido consolidado	4.778	9.599	26.040	220	66.742
• Receita líquida do ano (xiii)	165.146	444.565	204.765	37.286	3.496.974
• Lucro líquido do ano (xiii)	6.597	11.510	26.831	400	120.603
Custos de aquisição					
• Custos relacionados à aquisição (xiv)	516	541	442	226	2.345

- (i) Adquirida: Engie Brasil Serviços de Energia Ltda., controladora da Engie Facilities, Limpeza e Conservação Ltda. A aquisição foi efetivada pelo montante simbólico de R\$ 1(um real).
- (ii) Adquirida: Compart Marketing e Tecnologia Ltda. O valor adicional (*Earn- out*), mensurado a valor justo, a ser pago até 180 dias após o encerramento do exercício de 2023, de acordo com cláusulas contratuais estabelecendo os critérios a serem cumpridos pelas partes (com base em múltiplos de EBITDA). E ainda valor adicional (*Earn- out*) a ser pago até 60 meses desde a data do fechamento, em 31 de janeiro de 2023.
- (iii) Adquirida: Maestro Tecnologia S.A. controladora da SW Invest Tecnologia, Serviços e Participações Ltda.
- (iv) Adquirida: Campseg Vigilância e Segurança Patrimonial Ltda. e Campseg Serviços de Facilities Ltda. O valor adicional refere-se a Superveniência Ativa de recebíveis de clientes a serem pagos à medida que tais ativos supervenientes forem convertidos em caixa e equivalentes.
- (v) Adquirida: TLSV Engenharia S.A.
- (vi) Adquirida: Trademark Participações S.A., Pop Trade Marketing e Consultoria Ltda. e Seven Trade Marketing e Consultoria Ltda.
- (vii) Adquirida: Lyon Engenharia Comercial Ltda. Baseado no contrato de compra e venda de quotas da Lyon em que prevê uma opção de compra (“*Call*”) detida pela Top Service Serviços e Sistemas S.A. e uma opção de venda (“*Put*”) detida pelos detentores dos 40% remanescentes, com o intuito de finalizar a aquisição de 100% da empresa.
- (viii) Adquirida: Control Construções S.A. O valor adicional (*Earn- out*), mensurado a valor justo, a ser pago até 150 dias após o encerramento do exercício de 2025, de acordo com cláusulas contratuais estabelecendo os critérios a serem cumpridos pelas partes (com base em múltiplos de EBITDA apurado no período de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024). Baseado no contrato de compra e venda de quotas da Control em que prevê uma opção de compra (“*Call*”) detida pela Top Service Serviços e Sistemas S.A. e uma opção de venda (“*Put*”) detida pelos detentores dos 40% remanescentes, com o intuito de finalizar a aquisição de 100% da empresa.
- (ix) Adquirida: Marfood Comércio e Serviços de Hotelaria Ltda.
- (x) Adquirida: Invictus segurança Ltda. e Invictus Serviços de Terceirização de Mão de Obra Ltda.
- (xi) Adquiridas: GR Serviços e Alimentação Ltda., Foodbuy Alimentos Sociedade Unipessoal Ltda., GR Manutenção e Facilities Sociedade Unipessoal Ltda., Clean Mall Serviços Ltda. e GRSA Serviços Ltda.
- (xii) A opção de compra e o valor adicional são calculados a valor justo conforme modelo e premissas detalhadas na Nota Explicativa 32.b (i). Os valores representam uma estimativa que deverá ser atualizada durante o período e apurada no momento do efetivo pagamento com base nos resultados apurados no período. No caso da GRSA refere-se ao ajuste de preço a ser calculado com base na variação da dívida líquida e capital de giro entre o balanço de 30 de setembro de 2023 (balanço base de precificação) e o balanço de 31 de maio de 2024 (balanço base de fechamento da transação).
- (xiii) Receita líquida estimada, caso a data de aquisição tivesse ocorrido no início do período de reporte.
- (xiv) O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e custos de *due diligence* foram registrados como “Outras despesas operacionais” na demonstração do resultado.

3.2 GRSA

Resumo da aquisição

Além das informações evidenciadas no quadro acima, descrevemos abaixo outros aspectos relevantes da transação conforme requerido pelo CPC 15 (R1) / IFRS 3.

Em 28 de março de 2024 foi celebrado o contrato de compra e venda de 100% das quotas das sociedades GR Serviços e Alimentação Ltda., Foodbuy Alimentos Sociedade Unipessoal Ltda., GR Manutenção e Facilites Sociedade Unipessoal Ltda., Clean Mall Serviços Ltda. e GRSA Serviços Ltda. (conjuntamente, "GRSA"), pela controlada indireta LC Restaurantes Ltda.

Em 14 de maio de 2024 foi emitida a Certidão de Trânsito em Julgado que, por meio do Ato de Concentração nº 08700.002308/2024-90, aprova a aquisição de 100% das quotas do Grupo GRSA pela LC Administração de Restaurantes Ltda. O controle foi assumido a partir de 1º de junho de 2024.

A aquisição foi efetivada pelo montante de R\$ 1.354.601, sendo:

- R\$ 1.304.363 pagos via transferência bancária, na data do fechamento, em 31 de maio de 2024; e
- R\$ 50.238 como valor adicional relacionado a ajuste de preço com base na variação da Dívida Líquida e Capital de Giro entre 30 de setembro de 2023 e 31 de maio de 2024, com previsão de pagamento dentro do exercício de 2025. O valor representa uma estimativa que deverá ser atualizada durante o período e apurada no momento do efetivo pagamento.

Aspectos relevantes

A GRSA está se defendendo em processos judiciais relacionados a práticas fiscais questionadas pelas autoridades tributárias. A visão da Administração suportada pelos seus assessores jurídicos, é que tratam-se de ações com expectativa possível de êxito, onde se é mais possível que não exista uma obrigação presente. Neste contexto, considerando os aspectos normativos a companhia não aplica a alocação da contingência ou contabilização em balanço. Cabe destacar que, contratualmente, determinados processos com maior relevância, são matéria de indenização por parte dos vendedores onde, por conseguinte, também não se aplica a alocação ou contabilização das respectivas indenizações em balanço. A seguir breve resumo correlacionando contingenciamento versus indenizações:

Risco / Processo	Valor do Risco	Valor inicial da indenização	Valor máximo de indenização
PIS e COFINS – Alíquota zero	736.178	955.840	1.935.094
Processos ICMS	142.980	127.445	258.015
Outras Discussões Tributárias	247.858	-	-
Total	1.127.016	1.083.285	2.193.109

PIS e COFINS – Alíquota zero: Trata-se da restrição à apropriação de créditos de PIS e COFINS decorrente da aquisição de produtos sujeitos a alíquota zero, tais como insumos de alimentos e bebidas. Atualmente a GR Serviços e Alimentação Ltda. possui ação judicial

que encontra - se sobrestada e também está se defendendo na esfera administrativa em 07 (sete) autuações referentes aos anos de 2014 e 2017, onde aguarda o julgamento das respectivas impugnações. O montante da contingência compreende ainda o período não autuado e não prescrito no valor de R\$ 267.623.

Ainda relacionado ao processo do tema PIS e COFINS - Alíquota zero, contratualmente existe uma parcela adicional de preço a ser paga aos acionistas da GRSA condicionada a decisão favorável transitada em julgado, ou modulação dos efeitos que beneficie as sociedades, no montante de US\$ 8.707.626 (valor fixado não cabível atualização). Esse valor não foi considerado e provisionado na combinação de negócios, pois a Administração entende que atualmente não existe expectativa provável do desembolso desse montante uma vez que a própria provisão não foi reconhecida em função de não haver obrigação presente associada.

Processos ICMS: Processos relacionados a cobrança de ICMS, dentre os principais temas (glosa de créditos, insuficiência no recolhimento, diferimento de ICMS e preenchimento incorreto de obrigação acessórias), sendo que em todos os casos foram apresentados os recursos e impugnações, não havendo condenações transitadas em julgado.

Outras discussões tributárias: versam sobre temas variados, tais como: (i) a lavratura de auto de infração questionando a dedutibilidade fiscal de ágio; (ii) cobrança de contribuições previdenciárias sobre PLR; (iii) preenchimento incorreto de obrigações acessórias; (iv) glosa de créditos de PIS e COFINS; (v) não homologação de pedidos de compensação decorrentes de saldo negativo de IR/CS; e (vi) processos relacionados a insuficiência de ISSQN.

4 Base de preparação

4.1 Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e às normas *International Financial Reporting Standards* - IFRS)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas identificadas como Controladora e Consolidado foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo, incluindo as mudanças, estão apresentadas na nota explicativa nº 7 e nota explicativa nº 8.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 27 de fevereiro de 2025. Após a sua emissão, apenas os acionistas têm poderes para alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4.2 Consolidação

O Grupo consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, ou seja, quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento com a investida e é capaz de dirigir as atividades relevantes da investida.

As controladas incluídas na consolidação estão descritas na nota explicativa nº 2 e as políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na nota explicativa nº 8.

4.3 Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4 Apresentação de informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais.

O principal órgão tomador de decisões do Grupo, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Controladora e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis em tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 2** – consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida;
- **Nota explicativa nº 18** – equivalência patrimonial em investidas: determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida; e
- **Nota explicativa nº 25** - prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

5.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 12** - Contas a receber: mensuração da perda de crédito esperada para o contas a receber;

- **Nota explicativa nº 21** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis e valor em uso das unidades geradoras de caixa baseadas em fluxo de caixa descontado;
- **Nota explicativa nº 27** - Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa nº 30** - Reconhecimento e mensuração de provisão para contingências e tributos *sub judice*: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota explicativa nº 31** - Aquisição de controladas: valor justo da consideração transferida (incluindo contraprestação contingente) e dos ativos adquiridos e passivos assumidos; e
- **Nota explicativa nº 34** - Instrumentos financeiros: efetividade do *hedge*: determinada por meio de avaliações periódicas prospectivas de efetividade para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*. Valor justo de *swap*: o valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (i) Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo;
- (ii) Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- (iii) Obrigações contingentes assumidas numa combinação de negócios são mensurados pelo valor justo.

Mensuração do valor justo

O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso a que o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete seu risco de não desempenho.

Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a avaliação dos valores justos, tanto para os ativos e passivos financeiros quanto para os não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado em um mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é considerado ativo se as transações de ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação em uma base contínua.

Se não houver preço cotado em mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não

observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em consideração ao definir o preço de uma transação.

Se um ativo ou passivo mensurado pelo valor justo tem um preço de compra e um preço de venda, o Grupo avalia os ativos com base nos preços de compra e os passivos com base nos preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial geralmente é o preço da transação, ou seja, o valor justo da contraprestação dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não for evidenciado por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico, ou com base em uma técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis sejam julgado como insignificante em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo para distinguir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado em uma base apropriada ao longo da vida do instrumento, ou até que a avaliação seja totalmente suportada por dados observáveis de mercado ou a transação seja fechada, o que ocorrer primeiro.

7 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

a) Alterações ao IAS 1 (CPC 26): Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante e Passivos não Circulante com Covenants

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

As alterações não tiveram impactos nas demonstrações financeiras do Grupo.

b) Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações não tiveram impactos nas demonstrações financeiras do Grupo.

8 Políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Para fins de melhor apresentação o Grupo fez determinadas alocações e reclassificações não materiais na apresentação da demonstração do valor adicionado de 2023 para fins de comparação com a apresentação de 2024.

8.1 Base de consolidação

a. Combinação de negócios

Combinações parciais de negócios (em que a participação adquirida representa menos de 100%) são contabilizadas quando aplicável usando o método de aquisição antecipada. Seguindo essa metodologia, na mesma data da aquisição, as partes alcançam mutuamente um instrumento de opção de compra e venda do capital residual ou quotas das empresas adquiridas. Esse instrumento determina os prazos de exercício. Assim, o Grupo registra todas as suas aquisições integralmente independentemente de sua participação nas aquisições. Exceto quando não há contrato de opção, conforme mencionado no item “C” dessa nota explicativa.

O custo de uma aquisição é mensurado como a soma entre a contraprestação transferida, mensurada ao valor justo na data da aquisição e a parcela não adquirida mensurada ao valor justo até a data de elaboração do Laudo de Alocação de Preço (*Purchase Price Allocation - PPA*). Os custos de aquisição incorridos são tratados como despesa e incluídos nas outras despesas operacionais.

Quando o Grupo adquire um negócio, ele avalia os ativos e os passivos financeiros assumidos para a apropriada classificação e designação segundo os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data da aquisição.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido, na conta de ajustes de avaliação patrimonial. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório, apresentada no balanço patrimonial em “Aquisição de controladas” e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas na demonstração de resultados, em “Outras receitas (despesas) operacionais”.

O ágio é mensurado pelo método de aquisição antecipada. Por este método a transação é contabilizada considerando a opção de venda como já 100% exercida, uma vez que, o controle já é adquirido no momento inicial da transação.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzidas eventuais perdas por não recuperação. Para fins de teste de perda do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data da aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa (nota explicativa nº 8.7) que devem beneficiar-se da combinação de negócio realizada, independentemente, se outros ativos ou passivos da adquirida serão atribuídos a essas unidades.

Passivos de aquisições são atualizados trimestralmente e as premissas mais relevantes utilizadas no cálculo da contraprestação contingente são baseadas em:

- Valor justo na data de mensuração;
- Múltiplos de EBITDA;
- Acréscimos de preços com base em índices financeiros incluindo indicadores como capital de giro, dívida líquida e/ou retenções de contraprestações contingentes (passivos assumidos, mas não economicamente realizados);
- Ajuste no valor justo de tais considerações e métricas de avaliação com base no método de fluxo de caixa descontado (quando aplicável).

b. Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos, exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

c. Perda de controle

Quando da perda de controle, o Grupo desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

d. Participação de acionistas não controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição, exceto quando de aquisições pelo método de aquisição antecipada, que não leva em consideração as participações dos não controladores.

Mudanças na participação do Grupo em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

e. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida, até a data em que o controle deixa de existir.

f. Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com

investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que haja evidências de perda por redução ao valor recuperável.

g. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

8.2 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O Grupo aplica a abordagem simplificada do CPC 48 / IFRS 9 para a mensuração de seus instrumentos financeiros. Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequentes

Ativos financeiros - classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja nota explicativa nº 34). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos:

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros ao VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Veja nota explicativa nº 34 para derivativos designados como instrumentos de <i>hedge</i> . Para ajustar a dívida ao seu valor justo, o Grupo desenvolveu uma metodologia utilizando as taxas de mercado disponíveis na data de divulgação do balanço patrimonial. Cada fluxo de pagamento é calculado até o seu valor futuro e descontado a valor presente pelas taxas de mercado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por teste de <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

**Instrumentos
patrimoniais a
VJORA**

Mensurados subsequentemente ao valor justo, exceto as perdas por *impairment*, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, são reconhecidas em ORA e acumuladas na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido foram reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como um derivativo, uma contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios, ou for designado como VJR no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Demais passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Veja nota explicativa nº 34 sobre os passivos financeiros e derivativos designados como instrumentos de proteção.

(iii) Desreconhecimento

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, o Grupo atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, o Grupo atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, o Grupo aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

(iv) **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge**

O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de *hedge* de riscos cambiais de um investimento líquido em uma operação estrangeira.

No início das relações de *hedge* designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de resultado líquido sobre *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

8.3 **Capital social**

Ações ordinárias

Quando aplicável, os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na sua aprovação pelos acionistas.

8.4 **Impostos**

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados pela alíquota regular de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$ 240 para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, sobre o lucro líquido do exercício e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, ajustado segundo critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b. *Imposto de renda e contribuição social diferidos*

Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não for mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de impostos diferidos são reconhecidos de acordo com as transações que os originaram, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

8.5 Estoques

Apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização, sendo avaliados pelo método do custo médio, deduzidos de descontos obtidos de fornecedores. Quando aplicável, é constituída provisão para a desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico quando o giro dos estoques for superior a 60 dias, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação. Os efeitos das perdas são reconhecidos contra custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas na demonstração dos resultados.

8.6 Imobilizado

a. *Reconhecimento e mensuração*

É apresentado ao custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O custo atribuído de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição para os CPCs foi determinado com base no seu valor justo naquela data.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído (a) na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

b. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

c. Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na nota explicativa nº 19 e que levam em consideração o prazo de vida útil econômica dos bens.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

8.7 Intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, sendo estes submetidos aos testes anuais de *impairment* para avaliação e validação da recuperabilidade destes.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis do Grupo:

	Softwares e licenças	Ágio	Marcas (a)	Marcas	Cláusula de não concorrência com ex-quotistas	Mais valia de ativos fixos	Ativo indenizatório	Passivo contingente	Carteira de clientes	Signing (b)	bônus	Franquias (c)
Vida útil	Definida	Indefinida	Indefinida	Definida	Definida	Definida	Indefinida	Indefinida	Definida	Definida		Definida
Período de amortização	5 anos	-	-	2 a 5 anos	5 anos	4 a 5 anos	-	-	3 a 18 anos	8 anos		7 anos
Método de amortização utilizado	Amortização linear	Não amortiza	Não amortiza	Amortização linear	Amortização linear	Amortização linear	Não amortiza	Não amortiza	Amortização linear	Amortização linear		Amortização linear
Origem	Adquiridos	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)		Adquiridos (combinação de negócios)

- (a) Marcas com vida útil indefinida possuem nomes conhecidos e consolidados no Mercado em suas localidades, sendo na época de sua aquisição considerada como relevante.
- (b) Saldo advindo da aquisição do Grupo GRSA. O Signing Bonus são pagamentos efetuados a clientes, normalmente no início de um contrato, para obter o direito de gerar receita por meio do fornecimento de serviços de alimentação no local do cliente. Os pagamentos são capitalizados ao custo e amortizados linearmente de acordo com o prazo do contrato de fornecimento de serviços. Por não ser considerado como pagamento em troca de um bem ou serviço distinto do cliente, a amortização do custo é tratada como uma dedução da receita reconhecida ao longo do prazo do contrato.
- (c) Saldo advindo da aquisição do Grupo GRSA. Os saldos de franquias são pagamentos efetuados no início do contrato, para acesso a marca, know-how e demais benefícios oferecidos pelo franqueador. Os custos são capitalizados e amortizados linearmente ao longo do prazo do contrato de franquia. Os custos de instalação, treinamento e pagamento de royalties não são ativos intangíveis e são contabilizados de acordo com os demais pronunciamentos contábeis.

(i) Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. O ágio é decorrente das operações de aquisição, registrado no grupo de investimentos na Controladora e como ativo intangível no Consolidado. Está segregado de acordo com a alocação obtida a partir da avaliação do *Purchase Price Allocation* e representa a diferença entre o valor pago na transação e o saldo líquido do valor justo de ativos e passivos adquiridos.

(ii) Mais valia de ativos e demais ativos intangíveis

Substancialmente, os valores estão distribuídos entre os itens carteira de clientes, mais valia de ativos fixos, valor da marca e acordos de não concorrência. O valor atribuído à carteira de clientes sofre amortização de acordo com o método *Multi-Period Excess Earning* (MPEEM), para as marcas com vida útil definida a amortização é com base no método *Royalty Relief Method* e não concorrência com base na vida útil definida pelo método *With or Without Method*, os demais estão sujeitos a testes anuais de recuperabilidade.

(iii) Gastos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado.

8.8 Redução ao valor recuperável (Impairment)**(i) Ativos financeiros não derivativos**

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento financeiro, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- De acordo com a política contábil do Grupo para provisão para perda esperada de clientes faturados, aplica-se o percentual de cada faixa sobre o *aging list* dos títulos em aberto na data base de análise, em 31 de dezembro de 2024 os percentuais foram apurados conforme abaixo:
 - A vencer: 1,35%;
 - Vencido de 1 a 30 dias: 3,19%
 - Vencido de 30 a 60 dias: 13,07%;
 - Vencido de 61 a 90 dias: 20,97%;
 - Vencido de 91 a 180 dias: 44,10%;
 - Vencido de 181 a 360 dias: 50,13%; e
 - Acima de 360 dias: 55,74%.

De acordo com a política contábil do Grupo, a provisão para perda esperada de clientes a faturar é calculada considerando 0,8% sobre a receita operacional bruta mensal e eventuais complementos de casos pontuais decorrentes do processo de análise realizado no mês de novembro, o qual tem como objetivo avaliar a manutenção ou a baixa definitiva dos valores provisionados.

Esses percentuais foram estimados com base na avaliação de risco e dados históricos do Grupo.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Devido às características do contas a receber, o Grupo adotou a abordagem simplificada de perda de crédito esperada, que consiste em reconhecer a perda de crédito esperada pela vida útil total do ativo usando dois métodos de análise, em bases coletivas e individuais.

Bases coletivas

O Grupo adota o modelo de perdas esperadas, baseado no histórico de inadimplência por faixa de vencimento após 12 meses do reconhecimento, aplicando tais taxas nas faixas de vencimento do *aging list* apurado na data base de apresentação.

Bases individuais

A cada fechamento de balanço, o Grupo avalia se houve ou não aumento significativo do

risco de crédito para cada cliente ou características de recebíveis específicos através de análise qualitativa dos fatores que possam levar a uma expectativa alta de inadimplência.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; e
- Para estes clientes ou classes de ativos, o Grupo determina a perda esperada a ser reconhecida.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e estoques, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor

justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente, usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

8.9 Arrendamentos

Determinando quando um contrato contém um arrendamento

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários que foram aplicadas pelo Grupo: arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, ou seja, com vigência de até 12 meses.

Como arrendatário

O Grupo classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo do arrendamento que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

(i) Ativos de direito de uso

Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor

de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

O ativo de direito de uso inicialmente é mensurado ao custo, que compreende o valor de mensuração inicial do passivo do arrendamento, ajustado por quaisquer pagamentos do arrendamento feitos até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a incorrer pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando a localização em que se encontra ou restaurando o ativo subjacente à condição exigida pelos termos e condições do arrendamento, deduzido de quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.

Subsequentemente, ele é depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento.

(ii) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Como arrendador

O Grupo não definiu políticas contábeis quando atua como arrendador por entender que esses valores não são significativos.

8.10 Provisões

Geral

As provisões são reconhecidas quando: O Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Tributos sub judice

No processo de aquisição de empresas há riscos levantados em relatório de especialistas quanto aos riscos fiscais não provisionados pela Administração anterior. Tais riscos referem-se principalmente a débitos federais de exigibilidade suspensa, reduções na base de cálculo de tributos com precedentes nos tribunais desfavoráveis aos contribuintes, ausência de recolhimento de IOF em operações de mútuo e não cumprimento de alguns aspectos da Consolidação das Leis Trabalhistas, como passivo assumido na destinação da rubrica de tributos sub judice e tratado como tal.

8.11 Benefício a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

O reconhecimento de bônus a pagar aos empregados é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, segundo metas de desempenho individuais segundo critérios específicos.

O Grupo não mantém benefícios de demissão, planos de pensão, previdência privada ou nenhum plano de aposentadoria ou benefícios para seus empregados e dirigentes pós sua saída do Grupo.

8.12 Plano de Opção de Compra de Ações

O Grupo possui um Plano de Opções de Compra de Ações (“Plano de Opções”), aprovado em Assembleia Geral de Acionistas de 14 de abril de 2022, cujos objetivos são:

- (i) Proporcionar a determinados Colaboradores, selecionados pelo Conselho de Administração da Companhia (“CA-GPS”), a possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia, propiciando, em consequência, um maior alinhamento de seus interesses com os interesses dos demais acionistas, e consequente compartilhamento dos riscos do mercado de capitais;
- (ii) Estimular a permanência e fidelização desses Colaboradores; e
- (iii) Compartilhar a criação de valor na Companhia entre tais Colaboradores e demais acionistas da Companhia.

No contexto do Plano de Opções, conforme Programa anual aprovado pelo Conselho de Administração, os Colaboradores selecionados firmam Contrato de Opções e podem exercê-las conforme as regras estipuladas e, conforme deliberações constantes da Ata de Reunião Extraordinária do CA-GPS, em 18 de março de 2024 foram aprovadas:

- Emissão de 2.684.464 (dois milhões, seiscentas e oitenta e quatro mil, quatrocentas e sessenta e quatro) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.
- Preço de exercício com base na cotação média de preços de fechamento das ações da Companhia no período compreendido entre 11 e 15 de março de 2024, de R\$18,12 (dezoito reais e doze centavos) por opção.
- Desconto de 10% (dez por cento) a ser pago como prêmio, correspondente ao valor de R\$1,81 (um real e oitenta e um centavos) por opção.

Ainda pelo Programa Anual, as opções tiveram *vesting* imediato e prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para exercício pelos Colaboradores, e, o preço de exercício foi pago à vista, simultaneamente à formalização da subscrição das ações, adquiridas pelos Colaboradores. As ações emitidas em decorrência do exercício das opções estão sujeitas a período de “*Lock Up*” e não implicam exigência de permanência dele no Grupo. O Plano de Opções (assim entendidas as ações emitidas pela Companhia em decorrência do mesmo) é registrado, sob o ponto de vista contábil, de acordo com os termos CPC 10 / IAS 2 e conforme a outorga de instrumentos patrimoniais adquiridos imediatamente. Dessa forma, o desconto aplicado teve seu reflexo contábil considerado como Prêmio, no valor de R\$ 4.859 (conforme nota explicativa nº 36) e a capitalização como patrimônio (aumento de capital, veja nota explicativa nº 33 (a)).

8.13 Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

Informações sobre o cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas, estão detalhadas na nota explicativa nº 35 (d).

8.14 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Receita de juros
- Despesas de juros
- Ganhos/perdas líquidas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda
- Ganhos/perdas líquidas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros
- Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber)
- Atualizações monetárias de depósitos judiciais

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo de receber o pagamento é estabelecido. O Grupo classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A ‘taxa de juros efetiva’ é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

8.15 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As novas normas e interpretações alteradas, mas não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor.

a) IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional,

de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

- IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações
- Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial.
- Alterações ao CPC 02 (R2) / IAS 21 – Efeitos nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade.

9 Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração de acordo com a aprovação anual do Plano de Negócios, também responsável pela tomada de decisões estratégicas do Grupo.

A determinação dos segmentos operacionais do Grupo é baseada em sua estrutura de Governança Corporativa, que divide os negócios para fins de gestão e tomada de decisão em unidades regionais, nas áreas geográficas dos clientes. A receita e o custo são utilizados para definir as respectivas estruturas de gestão, com base nas unidades regionais. O Conselho de Administração acompanha os resultados de cada unidade de negócios pelo menos trimestralmente.

As receitas e os custos do segmento são baseados na localização geográfica dos clientes, que é a mesma métrica utilizada para definir as respectivas estruturas de gestão, com base nas unidades regionais.

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional líquida para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Todas as receitas de contratos com clientes do Grupo estão concentradas em um único mercado geográfico (Brasil) e todos os produtos e serviços são transferidos em momento específico no tempo.

A tabela a seguir contém informações financeiras resumidas relacionadas à distribuição geográfica das operações comerciais do Grupo em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Receita líquida		Custos		Lucro (prejuízo) bruto	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Sudeste	7.748.718	6.542.282	(6.522.712)	(5.334.422)	1.226.006	1.207.860
Norte e Nordeste	2.015.380	1.618.153	(1.688.684)	(1.318.027)	326.696	300.126
Sul	1.601.775	1.456.032	(1.371.452)	(1.184.875)	230.323	271.157
Centro-Oeste	884.255	697.511	(738.424)	(562.628)	145.831	134.883
Não alocado (i)	2.524.241	317.176	(2.216.744)	(393.834)	307.497	(76.658)
Total	14.774.369	10.631.154	(12.538.016)	(8.793.786)	2.236.353	1.837.368

- (i) Esses montantes referem-se a saldos consolidados que ainda não fazem parte do sistema operacional do Grupo, como é o caso de empresas que foram adquiridas e ainda não foram totalmente integradas. Uma vez que essas aquisições ainda estão no período de mensuração, os valores estão sendo apresentados de maneira provisória nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, conforme CPC 15 (R1) / IFRS 3. Os registros contábeis de resultado são classificados por Centros de Resultado, que carregam informações como: segmento, região, estrutura de gestão, entre outras. Diferentemente dos registros contábeis patrimoniais, que são classificados apenas por contas contábeis, de modo que se torna impraticável a apresentação das rubricas patrimoniais por segmento regionalizado.

10 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	46	47	82.058	67.073
Certificados de depósito bancário (a)	-	-	1.386.206	922.655
Total	46	47	1.468.264	989.728

- (a) As aplicações em Certificados de depósito bancário referentes a caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2024 são remuneradas com base em taxas médias equivalentes a 106,97% a.a. (107,45% a.a. em 31 de dezembro de 2023) da variação dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI). Estes recursos possuem liquidez imediata, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo utilizados para arcar com o pagamento de obrigações operacionais do Grupo, e estão sujeitos a um insignificante risco de mudanças de valor.

O saldo de “Caixa e equivalentes de caixa” considera a média do faturamento bruto mensal dos últimos 6 meses, desde que cumulativamente também atenda os critérios da CPC 03 / IAS 7. O excedente de caixa será utilizado para fins estratégicos do Grupo, portanto, é classificado em “aplicações financeiras” nos ativos circulante e não circulante.

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de mercado e de crédito estão incluídas na nota explicativa nº 34.

11 Aplicações financeiras

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Certificados de depósito bancário (i)	1.558.258	1.266.682
Total	1.558.258	1.266.682

- (i) As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2024 são remuneradas com base em taxas médias equivalentes a 109,36% a.a. (111,39% a.a. em 31 de dezembro de 2023) da variação dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI). Estes recursos possuem liquidez imediata, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudanças de valor.

Essas aplicações financeiras, mesmo que de liquidação imediata, foram separadas de caixa e equivalentes de caixa por não estarem destinadas a manutenção do fluxo de caixa operacional do Grupo.

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de mercado e de crédito estão incluídas na nota explicativa nº 34.

12 Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Serviços faturados	2.472.097	1.616.255
Serviços a faturar (a)	1.235.587	946.020
Retenções contratuais (b)	87.825	92.094
Outras contas a receber	55	-
Subtotal	3.795.564	2.654.369
Provisão para perdas esperadas dos serviços faturados (c)	(110.473)	(85.974)
Provisão para perdas esperadas dos serviços a faturar (c)	(11.969)	(8.815)
Total	3.673.122	2.559.580
Circulante	3.559.218	2.458.492
Não circulante	113.904	101.088

- (a) Os serviços a faturar referem-se a serviços prestados e medidos e ainda não faturados até a data de fechamento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
- (b) Refere-se a retenções efetuadas por clientes, previstas contratualmente, as quais serão devolvidas no final do prazo contratual.
- (c) A provisão para perdas esperada nos serviços faturados e a faturar são calculadas de acordo com a política mencionada na nota explicativa nº 8.7.

O *aging list* de contas a receber de serviços faturados está apresentado na nota explicativa nº 34.

A movimentação do saldo da provisão para perdas esperadas dos serviços faturados está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Em 1º de janeiro	(85.974)	(74.612)
Provisão advinda de combinação de negócios	(26.328)	(5.372)
Constituição de provisão para perdas	(67.516)	(56.123)
Realização líquida da provisão de perdas	69.345	50.133
Em 31 de dezembro	(110.473)	(85.974)

A movimentação do saldo da provisão para perdas esperadas dos serviços a faturar está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Em 1º de janeiro	(8.815)	(17.345)
Provisão advinda de combinação de negócios	(3.159)	(842)
Constituição de provisão para perdas	(142.436)	(66.364)
Realização da provisão de perdas	142.441	75.736
Em 31 de dezembro	(11.969)	(8.815)

Há cessões fiduciárias de recebíveis para os empréstimos da modalidade capital de giro, veja nota explicativa nº 23.

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito, de mercado e perdas esperadas relacionadas a “Contas a receber e outras contas a receber” estão divulgadas na nota explicativa nº 34 (c).

13 Estoques

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Estoque alimentar	72.169	12.253
Estoque de matérias descartáveis	7.206	-
Estoque de limpeza	2.638	-
Estoque em poder de terceiros	28.533	-
Total	110.546	12.253

Trata-se de produtos perecíveis, não perecíveis e bebidas. A relevante movimentação entre exercícios deve-se a aquisição do Grupo GRSA, conforme detalhado na nota explicativa nº 3.

O Grupo opera com diversos produtos perecíveis e tem como prática registrar provisão para perda todos os itens sem movimento há mais de 60 dias. A referida provisão em 31 de dezembro de 2024 é R\$ 953.

14 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda de operações, líquido	103.469	155.220
Imposto de renda sobre rendimentos de aplicações financeiras, líquido	2.450	1.009
Contribuição social, líquida	55.082	79.217
Crédito de imposto de renda decorrente de atualização da Selic sobre indêbitos tributários	12.913	12.913
Crédito de contribuição social decorrente de atualização da Selic sobre indêbitos tributários	4.649	4.649
Atualização monetária de indêbito da Selic	5.888	4.065
Total	184.451	257.073
Circulante	146.373	235.446
Não circulante	38.078	21.627

O saldo de imposto de renda e da contribuição social a recuperar referem-se aos valores retidos em fonte nas notas fiscais de venda/serviços prestados.

15 Tributos a recuperar

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (i)	158.643	100.635
Contribuição do Programa de Integração Social (PIS) (i)	43.063	22.050
Contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (i)	250.669	176.167
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) (i)	72.404	54.016
Outros	4.942	2.783
Total	529.721	355.651
Circulante	508.495	343.391
Não circulante	21.226	12.260

- (i) Tributos a recuperar são substancialmente impostos retidos em fonte dos serviços prestados aos clientes, conforme Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003. Os pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas de direito privado, pela prestação de serviços de limpeza, conservação, manutenção, segurança, vigilância, transporte de valores e locação de mão-de-obra, pela prestação de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, bem como pela remuneração de serviços profissionais, estão sujeitos a retenção na fonte da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP divulgada nesta nota explicativa e também retenção da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL divulgada na nota explicativa nº 12. Dessa forma, o Grupo possui em seu ativo a circulação de retenções em fonte nos tributos ISS (de 2 a 5%), PIS (0,65%), COFINS (3%), Imposto de Renda (de 1 a 4,8%), Contribuição Social (1%) e INSS (11%) que são utilizados como fonte redutora de seus impostos a pagar.

16 Partes relacionadas

16.1 Controladora final

O controle da Grupo é exercido por um bloco de controle, constituído pelos seguintes acionistas: José Caetano Paula de Lacerda, Carlos Nascimento Pedreira, Valora Participações Ltda., Luis Carlos Martinez Romero, Marcelo Niemeyer Hampshire e Solange Maria Pereira Martinez. Com a dissolução da participação da NP Participações S.A., em 23 de setembro de 2024, também passaram a integrar o bloco de controle Fernanda Didier Nascimento Pedreira, Carlos Nascimento Pedreira Filho, Marcos Nascimento Pedreira e Verônica Didier Nascimento Pedreira. Essa dissolução não alterou a composição do bloco, tratando-se apenas de uma reorganização societária.

16.2 Empréstimos a receber – partes relacionadas e Empréstimos a pagar – partes relacionadas

As empresas do Grupo realizam entre si operações com natureza de “conta corrente” e convênio de caixa único, por meio de débitos e créditos que envolvem as empresas correntistas e a empresa definida como a líder do convênio, a controlada Top Service Serviços e Sistemas S.A.. Neste sentido, a Controladora registrou, em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 49.350 em “Empréstimos a receber – partes relacionadas”, no ativo não circulante (R\$ 374 em 31 de dezembro de 2023 em “Empréstimos a pagar – partes relacionadas”, no passivo circulante), da controlada Top Service Serviços e Sistemas S.A.

16.3 Empréstimos a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos a receber (i)	4.755	6.186	33.296	26.193
Total	4.755	6.186	33.296	26.193
Circulante	1.203	1.734	5.120	4.814
Não circulante	3.552	4.452	28.176	21.379

- (i) Trata-se de empréstimos para executivos do Grupo. O prazo dos contratos de mútuo é de oito anos com pagamentos em oito parcelas anuais. A atualização dos valores é efetuada mensalmente (*pro rata temporis*) pela variação acumulada na remuneração do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e, para os empréstimos concedidos em 2024 e 2023, as atualizações são por IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Em 1º de janeiro	6.186	8.923	26.193	30.877
Empréstimos concedidos	-	-	10.500	1.000
Atualização monetária	471	674	2.209	2.352
Recebimentos	(1.902)	(3.211)	(5.606)	(7.065)
Outros	-	(200)	-	(971)
Em 31 de dezembro	4.755	6.186	33.296	26.193

16.3.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os executivos que estão no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia. A remuneração paga por serviços prestados está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Salários	37.705	31.321
Benefícios	3.333	2.492
Encargos sociais	3.697	3.339
Participação nos lucros e resultados (PLR)	103.437	127.217
Prêmio do plano de opção de compra de ações (i)	4.859	3.087
Total	153.031	167.456

- (i) Veja nota explicativa nº 33 (b).

A remuneração do pessoal-chave da Administração do Grupo inclui salários e benefícios (assistência médica, vale refeição e vale alimentação).

16.4 Dividendos a receber

Em 31 de dezembro de 2024, a Controladora possuía R\$ 156.281 de dividendos a receber (R\$ 214.936 em 31 de dezembro de 2023) da sua controlada Top Service Sistemas e Serviços S.A..

	Controladora	
	2024	2023
Em 1º de janeiro	214.936	122.899
Dividendos mínimos obrigatórios declarados	156.281	152.437
Dividendos adicionais propostos	-	62.499
Dividendos adicionais aprovados	-	2.607
Dividendos distribuídos	<u>(214.936)</u>	<u>(125.506)</u>
Em 31 de dezembro	<u>156.281</u>	<u>214.936</u>

16.5 Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2024, a Controladora possuía R\$ 156.234 de valores a pagar de dividendos para seus acionistas (R\$ 215.094 em 31 de dezembro de 2023).

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Em 1º de janeiro	215.094	122.712	215.094	122.712
Dividendos mínimos obrigatórios declarados	156.234	152.596	156.234	152.596
Dividendos adicionais propostos	-	62.498	-	62.498
Dividendos adicionais aprovados	-	51.412	-	51.412
Dividendos antecipados em controladas	-	-	1.447	875
Dividendos registrados a distribuir por controladas	-	-	17.148	1.141
Dividendos distribuídos	<u>(215.094)</u>	<u>(174.124)</u>	<u>(228.408)</u>	<u>(176.140)</u>
Em 31 de dezembro	<u>156.234</u>	<u>215.094</u>	<u>161.515</u>	<u>215.094</u>

16.6 Garantias, avais e fianças com partes relacionadas

O Grupo possui ainda transações em que a Controladora presta aval em contratos feitos pela controlada direta Top Service Serviços e Sistemas S.A. e pelas controladas indiretas Loghis Logística e Serviços Ltda., Ormec Engenharia Ltda. e In Haus Industrial e Serviços de Logística S.A., sem custo para as controladas, conforme segue:

Natureza	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos (i)	1.092.207	432.908
Debêntures	<u>4.148.911</u>	<u>2.602.084</u>
Total	<u>5.241.118</u>	<u>3.034.992</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2023, do valor total de R\$ 436.742 de empréstimos, R\$ 432.908 possuíam garantia da Companhia em contratos feitos por controladas.

16.7 Outras transações com partes relacionadas

O Grupo possui ainda transações com partes relacionadas operacionais com eliminação no Consolidado. Em 31 de dezembro de 2024 a eliminação entre receita e custo foi de R\$ 51.711 (R\$ 16.881 em 31 de dezembro de 2023), devido a serviços prestados pela GPS Predial Sistemas de Segurança Ltda. (GPS BA), Top Service Serviços e Sistemas S.A., Loghis Logística e Serviços Ltda., Eleva In Haus Manutenção Industrial Ltda., Eleva Facilities Ltda., Ih Eficiência Energética, Manutenção e Facilities Ltda., In Haus Industrial e Serviços de Logística S.A., Lyon Engenharia Comercial Ltda., Proguarda Vigilância Ltda., Graber Sistemas de Segurança Ltda., LC Administração de Restaurantes Ltda., GR Serviços e Alimentação Ltda., GR Serviços Ltda. e Clean Mall Serviços Ltda..

17 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento a fornecedores e benefícios (i)	-	-	172.828	142.522
Adiantamento a funcionários	-	-	8.911	8.555
Seguros a apropriar	23	29	9.857	11.630
Despesas antecipadas	-	-	6.348	2.130
Outros créditos	-	-	9.337	70
Total	23	29	207.281	164.907

- (i) Grande parte do saldo refere-se a adiantamento de benefícios, em decorrência do entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no início de 2023 quanto ao auxílio alimentação pago em dinheiro não se enquadrar como salário utilidade, o Grupo adotou o uso de cartão de benefícios que está em conformidade com os critérios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), sendo registrado como adiantamento de curtíssimo prazo. E ainda, em 2023 o Grupo aderiu ao programa da Receita Federal de “litígio zero”, que, em resumo, permite que contribuintes quitem seus processos tributários que estiverem em julgamento administrativo, porém, o pagamento ocorre de maneira antecipada, antes mesmo da homologação do parcelamento. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de adiantamento do “litígio zero” era de R\$ 37.106.

18 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Investimento em sociedades controlada	3.354.890	2.908.417	-	-
Investimento em processo de aquisição	-	-	-	8.263
Ágio na aquisição de investimento	68.129	68.129	-	-
Total	3.423.019	2.976.546	-	8.263

a. Informações sobre investimentos

Em 31 de dezembro de 2024	Participação	Lucro do exercício	Equivalência patrimonial	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido
Controlada direta						
Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100%	658.024	658.024	10.237.481	6.882.591	3.354.890

Em 31 de dezembro de 2023	Participação	Lucro do exercício	Equivalência patrimonial	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido
Controlada direta						
Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100%	641.841	641.841	8.355.833	5.447.416	2.908.417

b. Movimentação dos investimentos

	Controladora	
	2024	2023
Em 1º de janeiro	2.976.546	2.567.261
Resultado de equivalência patrimonial	658.024	641.841
Distribuição de dividendos (ii)	(219.322)	(217.543)
Transação de capital (i)	(55.270)	(15.013)
Em 31 de dezembro	3.359.978	2.976.546

- (i) De acordo com o método de aquisição antecipada, o saldo refere-se à distribuição de dividendos de controladas a acionistas ou cotistas não controladores, tratados na Controladora como transação de capital, e ainda ajustes no patrimônio líquido de controladas identificados durante o processo validação dos saldos iniciais que ocorre em conjunto com as alocações do preço de compra conforme instrução do CPC 15 (R1) / IFRS 3, como ajustes de avaliação patrimonial.
- (ii) Constituição de dividendos da controladora Top Service Serviços e Sistemas S.A. para a Controladora. Veja nota explicativa nº 16.4.

c. Movimentação do patrimônio líquido da controlada direta

Controlada direta	Saldo em 31/12/2023	Transações de capital com controladas indiretas	Distribuição de dividendos	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2024
Top Service Serviços e Sistemas S.A.	2.908.417	(55.270)	(156.281)	658.024	3.354.890
Total	2.908.417	(55.270)	(156.281)	658.024	3.354.890

Controlada direta	Saldo em 31/12/2022	Transações de capital com controladas indiretas	Distribuição de dividendos	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2023
Top Service Serviços e Sistemas S.A.	2.499.132	(15.013)	(217.543)	641.841	2.908.417
Total	2.499.132	(15.013)	(217.543)	641.841	2.908.417

19 Imobilizado - Consolidado

a. Composição do saldo de imobilizado

	Máquinas, utensílios e ferramentas	Imóveis e terrenos (i)	Equipamentos de informática	Veículos	Armamentos	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Estações de tratamento	Central de monitoramento	Imobilizado em andamento	Total
Taxas médias anuais de depreciação	10%	De 4 a 25%	20%	20%	20%	33%	20%	33%	-	-
Composição em 31 de dezembro de 2024										
Custo total	906.114	42.587	189.176	369.620	23.167	82.600	12.419	42.658	103.968	1.772.309
Depreciação acumulada	(536.975)	(7.765)	(124.986)	(251.946)	(18.073)	(63.867)	(8.880)	(21.719)	-	(1.034.211)
Imobilizado líquido	369.139	34.822	64.190	117.674	5.094	18.733	3.539	20.939	103.968	738.098
Composição em 31 de dezembro de 2023										
Custo total	484.926	42.587	100.635	241.147	22.008	31.635	11.093	27.750	53.323	1.015.104
Depreciação acumulada	(242.556)	(6.343)	(66.188)	(162.352)	(16.422)	(23.665)	(7.815)	(13.029)	-	(538.370)
Imobilizado líquido	242.370	36.244	34.447	78.795	5.586	7.970	3.278	14.721	53.323	476.734

(i) Terrenos não sofrem depreciação.

b. Movimentação do custo do imobilizado

	Máquinas, utensílios e ferramentas	Imóveis e terrenos	Equipamentos de informática	Veículos	Armamentos	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Estações de tratamento	Central de monitoramento	Imobilizado em andamento (i)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	399.580	43.126	79.942	222.408	21.178	23.995	11.093	12.589	31.358	845.269
Aquisições	69.966	-	14.706	21.435	1.832	2.791	-	387	41.893	153.010
Advindo de adquiridas	17.914	-	6.612	5.135	-	4.083	-	163	-	33.907
Mais valia de ativos fixos	2.888	-	68	51	-	-	-	-	-	3.007
Baixas	(7.310)	(539)	(857)	(9.800)	(1.330)	(18)	-	(31)	(204)	(20.089)
Transferências	1.888	-	164	1.918	328	784	-	14.642	(19.724)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	484.926	42.587	100.635	241.147	22.008	31.635	11.093	27.750	53.323	1.015.104
Aquisições	89.113	-	24.819	9.940	1.456	5.452	180	-	76.290	207.250
Advindo de adquiridas	328.160	-	64.956	89.269	190	40.821	-	-	4.061	527.457
Ajustes de saldo iniciais de adquiridas de anos anteriores	4.653	-	-	2.250	-	-	-	-	-	6.903
Mais valia de ativos fixos	20.977	-	808	39.736	-	-	-	-	-	61.521
Baixas	(23.534)	-	(2.322)	(14.003)	(686)	(724)	-	-	(4.657)	(45.926)
Transferências	1.819	-	280	1.281	199	5.416	1.146	14.908	(25.049)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	906.114	42.587	189.176	369.620	23.167	82.600	12.419	42.658	103.968	1.772.309

- (i) Dentro do grupo de imobilizado em andamento estão sendo ativados os custos relativos a construção da nova sede administrativa do Grupo. Em 2024 esse custo foi de R\$ 50.490 (R\$ 16.401 em 2023)

c. Movimentação da depreciação acumulada

	Máquinas, utensílios e ferramentas	Imóveis	Equipamentos de informática	Veículos	Armamentos	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Estações de tratamento	Central de monitoramento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(203.581)	(5.321)	(51.969)	(129.670)	(15.732)	(17.035)	(6.894)	(7.593)	(437.795)
Amortização de mais valia de ativos fixos	(217)	(939)	-	(18.478)	-	-	-	-	(19.634)
Advindos de adquiridas	(6.878)	-	(3.791)	(2.537)	-	(2.437)	-	(103)	(15.746)
Depreciação	(35.620)	(83)	(10.696)	(20.033)	(1.618)	(4.195)	(921)	(5.339)	(78.505)
Baixas	3.740	-	366	8.268	928	2	-	6	13.310
Transferências	-	-	(98)	98	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(242.556)	(6.343)	(66.188)	(162.352)	(16.422)	(23.665)	(7.815)	(13.029)	(538.370)
Amortização de mais valia de ativos fixos	(2.981)	(1.337)	-	(20.470)	-	-	-	-	(24.788)
Advindos de adquiridas	(238.375)	-	(41.541)	(46.808)	(96)	(33.208)	-	-	(360.028)
Ajustes de adquiridas de anos anteriores	385	-	-	-	-	-	-	-	385
Depreciação	(70.116)	(85)	(18.448)	(34.694)	(1.861)	(7.570)	(1.065)	(8.690)	(142.529)
Baixas	16.287	-	1.572	12.378	306	576	-	-	31.119
Transferências	381	-	(381)	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(536.975)	(7.765)	(124.986)	(251.946)	(18.073)	(63.867)	(8.880)	(21.719)	(1.034.211)

d. Avaliação da vida útil do ativo imobilizado

O Grupo, considerando as disposições contidas no CPC 27 / IAS 16, revisa anualmente, e se necessário, ajusta seus critérios quanto à determinação do tempo de vida útil e valores residuais dos bens do ativo imobilizado.

e. Provisão para redução no valor recuperável (*impairment*)

Os ativos do Grupo estão contabilizados por valores que não superam seus valores recuperáveis, inexistindo a necessidade do reconhecimento da desvalorização por meio da constituição da provisão para perdas. Para assegurar-se de que seus ativos não estão contabilizados por valor superior ao de recuperação pelo uso ou venda, o Grupo toma por base análises sobre os fatores externos e internos previstos no CPC 01 (R1) / IAS 36, e efetua teste de *impairment* baseado na projeção de resultados pelo menos anualmente. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração não identificou fatores que indicassem a necessidade de uma nova avaliação.

f. Garantia

Em 2024 e 2023, não há imobilizados dados em garantia de dívidas do Grupo.

20 Direito de uso em arrendamentos

		Consolidado	
	Vida útil em anos (i)	31/12/2024	31/12/2023
Direito de uso	2 - 8	429.307	338.926
Amortização acumulada do direito de uso		(146.477)	(49.224)
		282.830	289.702

- (i) As vidas úteis aplicadas referem-se aos prazos pelos quais o Grupo tem segurança de que utilizará os ativos objetos dos contratos de arrendamentos observando as condições contratuais.

O Grupo possui operações de arrendamentos para uso de imóveis como galpões e sedes administrativas em várias regiões geográficas do território brasileiro, onde ele presta serviços de segurança patrimonial, logística *indoor*, manutenção e limpeza de áreas de serviços de seus clientes.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso na data de início do arrendamento. Na conversão, o ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo Grupo.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento. Nesse caso, o ativo de direito de uso será amortizado durante a vida útil do ativo subjacente. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamentos.

a. Movimentação de ativos de direito de uso

	Consolidado	
	2024	2023
Em 1º de janeiro	289.702	68.846
Adições de custo	39.340	251.395
Baixas de custo	(4.022)	(17.759)
Advindo de adquiridas	25.324	13.046
Baixa da amortização	2.503	6.239
Amortização	(70.017)	(32.065)
Em 31 de dezembro	282.830	289.702

21 Intangível

a. Composição do saldo de intangível

	Vida útil	Amortização anual	Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023
Custo de aquisição			31/12/2024	31/12/2023
Ágio gerado nas operações de incorporações de ações	Indefinida	-	66.970	66.970
Ágio gerado nas operações de aquisições de empresas	Indefinida	-	2.421.374	1.867.666
Carteira de clientes	Definida	De 6% a 55%	1.249.115	883.280
Marcas	Definida/ indefinida	De 3% a 100%	520.416	258.569
Mais valia de <i>softwares</i>	Definida	Até 20%	12.600	12.600
Acordo de não concorrência	Definida	Até 20%	24.038	21.700
Provisão mais valia e ágio	Indefinida	-	1.158	1.158
Ágio, carteira de clientes, marcas, mais valia de <i>softwares</i> e acordo de não concorrência			4.295.671	3.111.943
<i>Softwares</i> adquiridos de terceiros	Definida	Até 20%	86.326	17.868
<i>Signing</i> bônus - advindo de adquirida	Definida	Até 15%	21.467	-
Franquia – advindo de adquirida	Definida	Até 20%	23.664	-
Outros	Definida	Até 20%	721	682
			132.178	18.550
Total do custo			4.427.849	3.130.493
Amortização acumulada				
<i>Softwares</i>	-	-	(61.459)	(13.583)
Carteira de clientes, marcas, acordo de não concorrência e mais valia de <i>softwares</i>	-	-	(581.395)	(429.064)
Amortização <i>signing</i> bônus - advindo de adquirida	-	-	(14.794)	-
Amortização franquias – advindo de adquirida	-	-	(13.651)	-
Outros	-	-	(530)	(530)
Total de amortização acumulada	-	-	(671.829)	(443.177)
Intangível líquido	-	-	3.756.020	2.687.316

b. Movimentação do custo

	Incorporação de ações	Mais valia				Softwares	Softwares	Signing Bonus	Franquias	Outros	Provisão mais valia e ágio	Total
		Ágio	Carteira de clientes	Marcas	Acordo de não concorrência							
Em 31 de dezembro de 2022	66.970	1.627.681	734.991	214.070	21.700	3.268	11.636	-	-	682	1.158	2.682.156
Evertical (i)	-	(236)	1.146	121	-	-	-	-	-	-	-	1.031
Global Serviços (i)	-	(29)	143	25	-	-	-	-	-	-	-	139
Engie	-	-	14.058	-	-	-	-	-	-	-	-	14.058
Compart	-	50.195	23.119	6.014	-	9.017	5	-	-	-	-	88.350
Maestro	-	2.373	1.010	-	-	315	-	-	-	-	-	3.698
TLSV	-	24.817	13.102	-	-	-	-	-	-	-	-	37.919
Campseg	-	55.488	38.322	22.496	-	-	-	-	-	-	-	116.306
Trademark	-	107.377	57.389	15.843	-	-	5.321	-	-	-	-	185.930
Efeito de combinação de negócios	-	239.985	148.289	44.499	-	9.332	5.326	-	-	-	-	447.431
Outras adições	-	-	-	-	-	-	906	-	-	-	-	906
Em 31 de dezembro de 2023	66.970	1.867.666	883.280	258.569	21.700	12.600	17.868	-	-	682	1.158	3.130.493
Campseg (i)	-	(502)	(6.557)	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.059)
Trademark (i)	-	933	3.944	-	-	-	-	-	-	-	-	4.877
Control	-	48.024	56.409	-	-	-	-	-	-	-	-	104.433
Lyon	-	59.010	13.762	8.289	-	-	-	-	-	-	-	81.061
Marfood	-	22.991	39.785	8.884	2.338	-	-	-	-	-	-	73.998
Invictus	-	3.241	2.962	778	-	-	-	-	-	-	-	6.981
GR	-	420.011	255.530	243.896	-	-	52.171	21.387	23.634	-	-	1.016.629
Efeito de combinação de negócios	-	553.708	365.835	261.847	2.338	-	52.171	21.387	23.634	-	-	1.280.920
Outras adições	-	-	-	-	-	-	16.287	80	30	39	-	16.436
Em 31 de dezembro de 2024	66.970	2.421.374	1.249.115	520.416	24.038	12.600	86.326	21.467	23.664	721	1.158	4.427.849

- (i) Os movimentos referem-se a ajustes nos balanços patrimoniais de empresas adquiridas no exercício anterior, que estavam dentro do período de mensuração, conforme instrução do CPC 15 (R1) / IFRS 3, e que passaram por avaliação e mensuração de alocação de mais valia no ano seguinte ao de aquisição.

c. Movimentação das amortizações acumuladas

	Carteiras de clientes	Marcas	Acordo de não concorrência	Softwares	Signing Bonus	Franquias	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2022	(289.580)	(24.640)	(7.357)	(8.228)	-	-	(530)	(330.335)
Amortização	(60.655)	(29.983)	(16.849)	(1.038)	-	-	-	(108.525)
Advindo de adquirida	-	-	-	(4.336)	-	-	-	(4.336)
Outros	-	-	-	19	-	-	-	19
Em 31 de dezembro de 2023	(350.235)	(54.623)	(24.206)	(13.583)	-	-	(530)	(443.177)
Amortização	(106.484)	(48.309)	2.462	(3.701)	(1.225)	(1.627)	-	(158.884)
Advindo de adquirida	-	-	-	(44.305)	(13.954)	(12.024)	-	(70.283)
Outros	-	-	-	130	385	-	-	515
Em 31 de dezembro de 2024	(456.719)	(102.932)	(21.744)	(61.459)	(14.794)	(13.651)	(530)	(671.829)

d. Teste de redução ao valor recuperável para UGCs que contém ágio

O Grupo avaliou a recuperabilidade do valor contábil dos ágios e demais ativos de vida útil indefinida, utilizando o conceito do “Valor em Uso”, por meio de modelo de fluxo de caixa descontado, representativos dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados na produção e venda de produtos/serviços aos seus clientes.

Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio (ágio, marcas, incorporação de ações e acordo de não concorrência) foi alocado para as unidades geradoras de caixa (UGC) do Grupo (divisões operacionais) que se referem a aglutinação de empresas, por CNPJ e preponderância de negócios.

O Grupo, de forma consistente, tem como procedimento a realização do teste anual de *impairment* na data base de 30 de junho de cada ano e conta com auxílio de especialistas externos independentes na preparação dos laudos. Adicionalmente o Grupo faz a reavaliação do teste de *impairment* na data base de 31 de dezembro de cada ano, atendendo plenamente o requerido pela CPC01/IFRS36. O último teste anual de *impairment* realizado pelo Grupo foi em 30 de junho de 2024 e contemplou todos os valores alocados as UGCs até 30 de junho de 2023.

O teste de *impairment* para as combinações de negócios ocorridas entre 1º de julho de 2023 a 31 de dezembro de 2023 foi realizado internamente pela Companhia na revisão do teste efetuada em 31 de dezembro de 2024. Já, para as combinações de negócios ocorridas durante o exercício social em curso, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024 não são submetidos a teste de *impairment* pois tais transações estão sujeitas a mensuração do CPC15/IFRS36, avaliados no contexto do PPA - *Purchase Price Allocation* que são realizadas individualmente para cada combinação de negócio e com auxílio de especialistas externos independentes na preparação dos laudos de alocações dos PPAs.

Apresentamos abaixo o quadro contendo resumo dos principais ativos intangíveis que foram submetidos ao teste de *impairment* realizado pelo Grupo durante o exercício:

Vida útil	31/12/2024			31/12/2023		
	Indefinida	Definida	Total	Indefinida	Definida	Total
Ágio e incorporação de ações						
Segurança	499.768	-	499.768	499.768	-	499.768
Facilities	387.856	-	387.856	422.817	-	422.817
Alimentação	67.626	-	67.626	67.626	-	67.626
Manutenção	357.462	-	357.462	290.515	-	290.515
Logística	54.620	-	54.620	54.620	-	54.620
Segurança Eletrônica	55.397	-	55.397	85.010	-	85.010
Recursos Humanos	323.673	-	323.673	273.478	-	273.478
	1.746.402	-	1.746.402	1.693.834	-	1.693.834
Acordo de não concorrência						
Segurança	-	4.045	4.045	-	4.813	4.813
Facilities	318	1.447	1.765	318	4.549	4.867
Manutenção	-	7.447	7.447	-	5.695	5.695
Segurança Eletrônica	-	58	58	-	126	126
	318	12.997	13.315	318	15.183	15.501
Marcas						
Segurança	55.379	13.972	69.351	55.379	16.572	71.951
Facilities	10.243	7.386	17.629	10.243	16.507	26.750
Manutenção	-	3.258	3.258	-	-	-
Segurança Eletrônica	-	4.208	4.208	55	5.485	5.540
Logística	55	3.182	3.237	-	4.730	4.730
Recursos Humanos	-	66.236	66.236	-	67.947	67.947
	65,677	98.242	163.919	65.677	111.241	176.918
Carteira de clientes						
Segurança	-	89.844	89.844	-	121.187	121.187
Facilities	-	52.455	52.455	-	65.227	65.227
Alimentação	-	595	595	-	4.172	4.172
Manutenção	-	82.705	82.705	-	59.066	59.066
Segurança Eletrônica	-	16.376	16.376	-	37.433	37.433
Logística	-	14.647	14.647	-	16.724	16.724
Recursos Humanos	-	118.272	118.272	-	108.064	108.064
	-	374.894	374.894	-	411.873	411.873
Ativos fixos						
Facilities	-	1.869	1.869	-	38.116	38.116
Manutenção	-	26.679	26.679	-	21.550	21.550
Recursos Humanos	-	283	283	-	-	-
	-	28.831	28.831	-	59.666	59.666
Total	1.812.397	514.964	2.327.361	1.759.829	597.963	2.357.792

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

	Segurança	Facilities	Alimentação	Manutenção	Logística	Segurança eletrônica	Recursos Humanos
Em percentual – 2024							
Taxa WACC (a)	12,0	12,0	11,7	12,0	12,0	12,0	12,0
Alavancagem da UGC	15,4	15,4	89,1	15,4	15,4	15,4	15,4
Taxa de crescimento da perpetuidade (após 10 anos de fluxo de caixa projetado)	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5
Crescimento médio da receita líquida	6,4	7,4	12,6	10,6	9,3	9,2	5,1
Margem EBITDA	7,8	13,7	9,7	16,6	7,4	32,2	12,9
Capital de giro em % da receita líquida	(0,9)	12,1	14,0	42,4	(0,9)	4,1	16,5
Anos de projeção	7	8	5	9	8	8	9
Em percentual – 2023							
Taxa WACC (a)	11,9	11,9	12,1	11,9	11,9	11,9	11,9
Alavancagem da UGC	12,5	12,5	77,7	12,5	12,5	12,5	12,5
Taxa de crescimento da perpetuidade (após 10 anos de fluxo de caixa projetado)	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0
Crescimento médio da receita líquida	7,0	7,6	8,2	9,7	7,5	9,4	5,8
Margem EBITDA	9,4	15,0	16,3	12,1	11,9	35,0	13,3
Capital de giro em % da receita líquida	4,0	10,6	12,8	9,8	11,7	17,1	16,1
Anos de projeção	10	10	10	10	10	10	10

- (a) A taxa de Custo Médio Ponderado de Capital WACC - **Weighted Average Cost of Capital** - é calculada com base na modelagem CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) usando um beta de mercado, alavancagem, *risk free*, prêmio de mercado, risco de tamanho e o custo de financiamento do Grupo.

Conforme premissas apresentadas acima, para aplicação da metodologia do fluxo futuro de caixa descontado, objetivando a verificação da eventual perda ao valor recuperável, foi elaborada uma projeção financeira para o período de julho de 2023 a junho de 2033. A Administração julga apropriada a utilização do período entre cinco e dez anos com base em sua experiência passada em elaborar com acurácia projeções de seu fluxo de caixa. Tal entendimento está de acordo com o CPC 01 (R1) / IAS 36.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos intangíveis, elaborado de acordo com as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2024, não foram identificadas possíveis perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor recuperável estimado de cada UGC supera o valor líquido contábil na data da avaliação.

d.1 Reavaliação de premissas do teste de *impairment*

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos intangíveis, foi realizado e está sendo apresentado de forma voluntária, um teste de *stress* com o objetivo de analisar quais premissas fariam com que os valores contábeis dos ágios fossem iguais ao valor recuperável.

O cálculo foi realizado considerando o *stress* de 2 premissas: a taxa de desconto (acréscimo na taxa de desconto frente a utilizada em teste oficial de *impairment*) e a margem EBITDA (redução do crescimento do EBITDA frente ao projetado em teste oficial de *impairment*), que foram as duas premissas principais para as quais alterações razoavelmente possíveis podem acarretar em *impairment*. No caso da taxa de desconto, foi adotado um acréscimo de 3 p.p. em quase todas as UGCs passando para a taxa de desconto sensibilizada de 14,99%, com exceção da UGC Alimentação, no qual a taxa foi para 14,65%. Na UGC Facilities foi adotado acréscimo de 2,89%, chegando ao seu estresse com esta premissa. No caso da margem EBITDA, foi reduzido o seu crescimento em relação ao crescimento do EBITDA no teste de *impairment* oficial, até que o valor em uso atingisse o limite do valor do ágio contábil. Tal teste foi realizado exatamente com as mesmas premissas do teste de *impairment* oficial realizado sobre as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2024, com projeção de 5 a 10 anos, de acordo com o novo critério que varia com base na última alteração relevante de adição de novas empresas.

A seguir, a tabela apresenta o teste de *stress* com as premissas acima citadas que fariam a UGC ficar no limite de apresentar um indicativo de perda do valor recuperável do ágio:

		2024	2023
Facilities	WACC	14,89%	14,88%
	Cresc. EBITDA	8,40%	6,80%
Segurança	WACC	14,99%	14,88%
	Cresc. EBITDA	(15,50%)	(0,52%)
Segurança eletrônica	WACC	14,99%	14,88%
	Cresc. EBITDA	(0,30)	4,37%
Logística	WACC	14,99%	14,88%
	Cresc. EBITDA	3,49%	(0,77%)
Manutenção	WACC	14,99%	14,88%
	Cresc. EBITDA	6,47%	0,73%
Alimentação	WACC	14,65%	15,05%
	Cresc. EBITDA	(6,22%)	(4,18%)
Recursos humanos	WACC	14,99%	14,38%
	Cresc. EBITDA	3,30%	6,37%

Adicionalmente ao teste de *stress*, foi efetuado um comparativo das projeções e dados macroeconômicos utilizados na data base do teste oficial, realizado na data base de 30 de junho de 2024, com os resultados realizados na data base de 31 de dezembro de 2024, onde não foram identificadas alterações relevantes que pudessem indicar uma revisão do teste oficial.

22 Fornecedores

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	422.628	173.197
Operações de risco sacado (a)	106.065	-
Total	528.693	173.197

- (a) Saldos advindos da aquisição do Grupo GRSA. O Grupo participa de um acordo de financiamento de fornecedores sob o qual seus fornecedores podem optar por receber o pagamento antecipado de suas faturas de um banco. Sob o acordo, o banco concorda em pagar os valores devidos aos fornecedores participantes em relação às faturas devidas pelo Grupo e o Grupo reembolsa o banco em uma data posterior. O principal propósito deste acordo é facilitar o processamento eficiente de pagamentos e fornecer aos fornecedores dispostos, termos de pagamento antecipado, em comparação com a data de vencimento do pagamento da fatura relacionada. O Grupo não desreconheceu as contas a pagar comerciais originais relacionadas ao acordo porque nenhuma liberação legal foi obtida nem o passivo original foi substancialmente modificado ao entrar no acordo. Todos os valores a pagar sob o acordo são classificados como correntes em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Os pagamentos ao banco são incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional do Grupo e sua natureza principal permanece - ou seja, pagamentos pela compra de bens e serviços. Em 31 de dezembro de 2024, havia o montante de R\$ 106.065 de antecipação de créditos.

23 Empréstimos

a. Composição dos saldos

			Consolidado	
Linhas de crédito utilizadas	Taxa anual de juros	Moeda	31/12/2024	31/12/2023
Capital de giro	CDI + até 2%	R\$	85.938	139.118
Capital de giro	CDI + 2,1% a 2,5%	R\$	122.888	168.017
Capital de giro	CDI + 2,6% a 3,0%	R\$	-	4.214
Capital de giro	Taxa pré-fixada de 8,7% a 8,9%	R\$	1.732	7.541
Capital de giro (i)	SOFR + 2,09%	US\$	886.487	112.194
Notas comerciais	CDI +1,94%	R\$	-	5.658
Custo de transação			(4.838)	-
Total			1.092.207	436.742
Dívida			87.288	169.079
Custos incorridos com a emissão			(756)	-
Circulante			86.532	169.079
Dívida			1.009.757	267.663
Custos incorridos com a emissão			(4.082)	-
Não circulante			1.005.675	267.663

- (i) O Grupo possui operações de empréstimo em moeda estrangeira denominado em US\$ (Dólar), mas com *swap* em montante condizente com o fluxo de caixa futuro estimado, eliminando a variação de moeda estrangeira e convertendo a totalidade da operação a 100% da remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), acrescido de juros de 1,40% a 1,90% ao ano, obedecendo aos critérios de gestão de riscos. Veja nota explicativa nº 34 (c).

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2024 apresentam os seguintes cronogramas de amortizações até 2031:

Vencimento	31/12/2024
2026	118.264
2027	117.018
2028	192.955
2029	278.951
2030	172.897
2031	129.672
Total	1.009.757

Garantias

Os saldos de empréstimos da modalidade capital de giro estão sujeitos aos encargos financeiros mencionados no quadro e estão substancialmente garantidos por cessões fiduciárias de recebíveis com trava de domicílio simples e sem retenção de saldo.

As notas comerciais contam com aval prestado em caráter universal pela Companhia.

b. Movimentação dos saldos

	Consolidado	
	2024	2023
Em 1º de janeiro	436.742	634.924
Novos contratos de empréstimos	1.981.950	-
Contratos advindos de empresas adquiridas	144.659	16.862
Variação cambial provisionada	182.581	(10.386)
Custos incorridos com a emissão	(5.194)	-
Apropriação de custo incorrido com a emissão	356	-
Juros e encargos provisionados	79.884	65.388
Pagamentos efetuados		
Principal	(1.581.887)	(197.662)
Juros pagos	(146.884)	(72.384)
Em 31 de dezembro	1.092.207	436.742

c. Cláusulas contratuais restritivas em empréstimos (covenants)

O Grupo detém empréstimos bancários garantidos que, de acordo com os termos do contrato, serão pagos em parcelas nos próximos seis anos e totalizam o saldo devedor R\$ 1.089.397 (R\$ 424.940 em 2023). Com exceção aos contratos firmados com Banco Bradesco em dezembro de 2017, todos os contratos contém *covenants* que são acompanhados tempestivamente e estabelecem que ao final de cada exercício o montante de endividamento líquido do Grupo deve ser menor ou igual a um múltiplo que varia de 2,5 a 3,5 vezes o seu EBITDA para o mesmo exercício, observando-se que para os casos de *covenants* com limite de endividamento líquido estabelecido em 2,5 vezes, em caso de alavancagem operacional comprovadamente gerada por aquisições em determinado exercício, o índice financeiro correspondente ao mesmo exercício, exclusivamente, deverá ser menor ou igual a 3,5 vezes o seu EBITDA. Os contratos contam também com *covenants* não financeiros os quais foram cumpridos integralmente pelo Grupo.

24 Debêntures

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante		
Emissão de títulos de dívida com garantia	348.912	316.396
Custos incorridos com a emissão	(9.858)	(6.949)
	339.054	309.447
Passivo não circulante		
Emissão de títulos de dívida com garantia	3.799.999	2.299.999
Custos incorridos com a emissão	(23.968)	(15.697)
	3.776.031	2.284.302
Total	4.115.085	2.593.749

Em novembro de 2019, o Grupo por meio da sua controlada Top Service Serviços e Sistemas S.A., realizou a primeira emissão de títulos de dívida privados, constituídos sob a forma de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição nos termos da instrução CVM nº 476 e das demais disposições legais e regulamentares, estando, portanto, nos termos do artigo 6 da Instrução CVM nº 476/2009, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o art. 19 da Lei nº 6.385/76. A oferta está registrada na Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais nos termos do Capítulo VIII do Código Anbima. As debêntures foram escrituradas com valor nominal unitário de R\$ 1, quantidade emitida e negociada de 500.000 (quinhentos mil) debêntures e montante da operação no valor de R\$ 500.000.

O valor nominal unitário de cada série será remunerado trimestralmente a 100% da remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) + 1,60% a.a.

Em dezembro de 2021, o Grupo por meio da sua controlada Top Service Serviços e Sistemas S.A. realizou a segunda emissão de títulos de dívida privados, constituídos sob a forma de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição nos termos da instrução CVM nº 476 e das demais disposições legais e regulamentares, estando, portanto, nos termos do artigo 6 da Instrução CVM nº 476, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o art. 19 da Lei nº 6.385/76. A oferta está registrada na Anbima - Associação brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais nos termos do Capítulo VIII do Código Anbima. As debêntures foram escrituradas com valor nominal unitário de R\$ 1, quantidade emitida e negociada de 750.000 (setecentos e cinquenta mil) debêntures e montante da operação no valor de R\$ 750.000.

O valor nominal unitário de cada série será remunerado trimestralmente a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) + 2,15% a.a..

Em dezembro de 2022, o Grupo por meio da sua controlada Top Service Serviços e Sistemas S.A. realizou a terceira emissão de títulos de dívida privados, constituídos sob a forma de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição nos termos da instrução CVM nº 476 e das demais disposições legais e regulamentares, estando, portanto, nos termos do artigo 6 da Instrução CVM nº 476,

automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o art. 19 da Lei nº 6.385/76. A oferta está registrada na Anbima - Associação brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais nos termos do Capítulo VIII do Código Anbima. As debêntures foram escrituradas com valor nominal unitário de R\$ 1, quantidade emitida e negociada de 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) debêntures e montante da operação no valor de R\$ 1.500.000.

O valor nominal unitário de cada série será remunerado trimestralmente a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) + 2,15% a.a.).

Em junho de 2024, o Grupo por meio da sua controlada In Haus Industrial e Serviços de Logística S.A. realizou a primeira emissão de títulos de dívida privados, constituídos sob a forma de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução CVM nº 160. A oferta está registrada na Anbima - Associação brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais nos termos dos artigos 15 e 16 das Regras e Procedimentos de Ofertas Públicas, e nos termos do artigo 2, inciso VI, artigo 9 e artigo 19 do Código Anbima. As debêntures foram escrituradas com valor nominal unitário de R\$ 1, quantidade emitida e negociada de 1.750.000 (um milhão e setecentos e cinquenta mil) debêntures e montante da operação no valor de R\$ 1.750.000.

O valor nominal unitário de cada série será remunerado trimestralmente a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) + 1,90% a.a..

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

A remuneração será paga, sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do vencimento antecipado, e do resgate antecipado facultativo e de oferta de resgate antecipado total das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão. O saldo do valor nominal unitário das debêntures de primeira e segunda emissão será amortizado, em 20 (vinte) parcelas trimestrais e sucessivas, a partir do oitavo trimestre de carência, já o da terceira emissão são 16 parcelas trimestrais sucessivas a partir dos 12 trimestres de carência. Os recursos líquidos obtidos pelo Grupo com a emissão serão utilizados para reforço de caixa.

As debêntures da primeira emissão contam com a garantia fiduciárias nos termos do artigo 822 da Lei nº 10.406/2002. A GPS Participações e Empreendimentos S.A. presta fiança em favor dos debenturistas. As debêntures da segunda e terceira emissão contam apenas com a fiança da GPS Participações e Empreendimentos S.A. em favor dos debenturistas.

No quadro abaixo estão destacadas as características definidas para a primeira, segunda, terceira e quarta emissão realizada:

Emissão	Série	Início	Vencimento	DI + Spread a.a.	Quantidade de títulos	Valor nominal unitário	Valor total emitido	Posição em 31/12/2024
Primeira	Única	20/11/2019	25/10/2026	13,75%	500.000	1	500.000	204.550
Segunda	Única	27/12/2021	25/10/2028	14,30%	750.000	1	750.000	614.254
Terceira	Única	28/12/2022	18/10/2029	14,30%	1.500.000	1	1.500.000	1.539.373
Quarta	Única	27/06/2024	25/06/2031	14,05%	1.750.000	1	1.750.000	1.790.734
Total					4.500.000	1	4.500.000	4.148.911

Emissão	Série	Início	Vencimento	DI + Spread a.a.	Quantidade de títulos	Valor nominal unitário	Valor total emitido	Posição em 31/12/2023
Primeira	Única	20/11/2019	25/10/2026	14,57%	500.000	1	500.000	307.027
Segunda	Única	27/12/2021	25/10/2028	15,12%	750.000	1	750.000	768.360
Terceira	Única	28/12/2022	18/10/2029	15,12%	1.500.000	1	1.500.000	1.541.007
Total					2.750.000	1	2.750.000	2.616.394

Vencimento								31/12/2024
2026								625.000
2027								524.999
2028								900.000
2029								875.000
2030								500.000
2031								375.000
Total								3.799.999

b. Cláusulas contratuais restritivas (covenants)

As debêntures contém *covenants*, que são acompanhados tempestivamente e estabelecem que ao final de cada exercício, o montante de dívida líquida financeira dividido pelo EBITDA do exercício respectivo deve ser menor ou igual a 2,5 vezes, observando-se que, em caso de alavancagem operacional comprovadamente gerada por aquisições em determinado exercício, o índice financeiro correspondente ao mesmo exercício, exclusivamente, deverá ser menor ou igual a 3,5 vezes. Os contratos contam também com *covenants* não financeiros os quais foram cumpridos integralmente pela Grupo.

c. Movimentação dos saldos

	Consolidado	
	2024	2023
Em 1º de janeiro	2.593.749	2.661.200
Emissão	1.750.000	-
Custos incorridos com a emissão	(19.437)	-
Apropriação de custo incorrido com emissão de debêntures	8.257	5.009
Reclassificação de saldos – custo de transação (i)	-	(4.167)
Juros e encargos provisionados	417.199	377.247
Pagamentos efetuados		
Principal	(249.840)	(100.000)
Juros	(384.843)	(345.540)
Em 31 de dezembro	4.115.085	2.593.749

- (i) O custo de emissão da primeira debênture foi inicialmente reconhecido em outros créditos a receber, no ativo circulante. Para correção, em 2024, o saldo foi reclassificado para a rubrica correta.

25 Arrendamentos a pagar

O Grupo possui operações de arrendamento para uso de imóveis como sedes administrativas em várias regiões geográficas do território brasileiro, onde ele presta serviços de segurança patrimonial, manutenção e limpeza de áreas de serviços de seus clientes.

		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante			
Arrendamentos a pagar		91.593	78.779
Juros a apropriar		(15.187)	(15.463)
		76.406	63.316
Passivo não circulante			
Arrendamentos a pagar		252.920	272.404
Juros a apropriar		(24.615)	(33.145)
		228.305	239.259
Total		304.711	302.575

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início de cada contrato, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimos como taxa de desconto.

a. Premissas para obtenção da taxa incremental

O Grupo determina sua taxa incremental sobre os arrendamentos obtendo taxas de juros projetadas e divulgadas pela B3, as quais consideram a relação de taxa SELIC e DI e de fontes externas de financiamentos e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

		31/12/2024	
Consolidado	Taxa incremental anual %	Valor nominal	Valor contábil
Arrendamentos a pagar por direito de uso	6,1	344.513	344.513
Total (i)		344.513	344.513
		31/12/2023	
Consolidado	Taxa incremental anual %	Valor nominal	Valor contábil
Arrendamentos a pagar por direito de uso	6 - 7,6	351.183	351.183
Total (i)		351.183	351.183

(i) Os valores são acrescidos de juros incorridos no exercício.

b. Cronograma de amortização do passivo de arrendamento

A distribuição por vencimento está demonstrada conforme segue:

Consolidado	31/12/2024		
	Pagamentos futuros mínimos dos arrendamentos	Juros	Valor presente dos pagamentos mínimos dos arrendamentos
Menos de um ano	91.593	(15.187)	76.406
Entre um e cinco anos	224.524	(20.752)	203.772
Mais de cinco anos	28.396	(3.863)	24.533
Total	344.513	(39.802)	304.711

Consolidado	31/12/2023		
	Pagamentos futuros mínimos dos arrendamentos	Juros	Valor presente dos pagamentos mínimos dos arrendamentos
Menos de um ano	78.779	(15.463)	63.316
Entre um e cinco anos	254.144	(30.316)	223.828
Mais de cinco anos	18.260	(2.829)	15.431
Total	351.183	(48.608)	302.575

c. Movimentação do passivo de arrendamento

	2024	2023
Em 1º de janeiro	302.575	69.895
Adições (a)	39.340	251.395
Advindos de adquirida	28.309	13.046
Juros apropriados	17.800	6.325
Pagamentos	(81.754)	(26.843)
Baixas	(1.559)	(11.243)
Em 31 de dezembro	304.711	302.575

- (a) Em 2023 ocorreram as adições de contratos relevantes para atendimento ao serviço de logística, com prazo entre 55 e 70 meses de arrendamento, o que motivou o aumento do saldo.

d. Divulgações adicionais exigidas pela CVM

O Grupo estimou as taxas de desconto com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os termos de seus contratos, ajustadas à sua realidade (“spread” de crédito). Os “spreads” foram obtidos através de inquéritos a potenciais investidores em títulos de dívida do Grupo. A tabela a seguir mostra as taxas aplicadas levando em consideração os termos dos contratos.

De acordo com o Ofício Circular/CVM/SNC/SEP de fevereiro de 2019, o Grupo apresenta os saldos comparativos das obrigações de arrendamento, direito de uso, despesas financeiras e despesas de depreciação, levando em consideração o efeito da inflação futura projetada sobre os fluxos do contrato de arrendamento, descontado pela taxa nominal:

	2024	2025	2026	2027	A partir de 2028
Passivo de arrendamento					
Contábil - CPC 06 (R2) / IFRS 16	294.821	222.387	159.435	100.592	47.325
Fluxo com projeção de inflação	382.183	297.358	218.653	141.960	70.069
Variação	29,63%	33,71%	37,14%	41,12%	48,06%
Direito de uso					
Contábil - CPC 06 (R2) / IFRS 16	272.940	136.970	73.406	31.120	7.763
Fluxo com projeção de inflação	413.458	183.793	100.966	44.122	12.041
Variação	51,48%	34,18%	37,54%	41,78%	55,11%
Despesas financeiras					
Contábil - CPC 06 (R2) / IFRS 16	17.800	10.521	7.543	4.759	2.239
Fluxo com projeção de inflação	23.411	14.068	10.345	6.716	3.315
Variação	31,52%	33,71%	37,15%	41,12%	48,06%
Despesas de amortização					
Contábil - CPC 06 (R2) / IFRS 16	70.017	85.593	49.351	42.998	28.217
Fluxo com projeção de inflação	81.376	110.005	64.021	56.374	39.496
Variação	16,22%	28,52%	29,73%	31,11%	39,97%

	2023	2024	2025	2026	A partir de 2027
Passivo de arrendamento					
Contábil - CPC 06 (R2) / IFRS 16	302.575	237.562	179.199	126.319	75.651
Fluxo com projeção de inflação	414.406	354.047	291.188	230.252	170.007
Variação	36,96%	49,03%	62,49%	82,28%	124,73%
Direito de uso					
Contábil - CPC 06 (R2) / IFRS 16	289.702	175.616	105.988	55.629	22.528
Fluxo com projeção de inflação	362.650	252.895	166.505	98.540	47.663
Variação	25,18%	44,00%	57,10%	77,14%	111,57%
Despesas financeiras					
Contábil - CPC 06 (R2) / IFRS 16	6.325	4.442	3.351	2.362	1.415
Fluxo com projeção de inflação	19.146	16.357	13.453	10.638	7.854
Variação	202,70%	268,24%	301,46%	350,38%	455,05%
Despesas de amortização					
Contábil - CPC 06 (R2) / IFRS 16	32.065	31.633	49.137	45.678	40.501
Fluxo com projeção de inflação	51.756	51.756	67.204	61.384	55.960
Variação	61,41%	63,61%	36,77%	34,38%	38,17%

26 Salários e encargos sociais

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Salários e ordenados	348.121	258.897
Encargos sociais	257.372	189.224
Provisão para férias e encargos sociais	641.160	520.392
Provisão para bônus (a)	151.366	155.762
Total	1.398.019	1.124.275

(a) A movimentação da provisão para bônus pode ser assim apresentada:

	2024	2023
Em 1º de janeiro	<u>155.762</u>	<u>125.180</u>
Provisão advinda de adquirida	8.319	-
Baixa de provisão por pagamento	(163.443)	(131.074)
Constituição de provisão	<u>150.728</u>	<u>161.656</u>
Em 31 de dezembro (i)	<u>151.366</u>	<u>155.762</u>

- (i) O valor da provisão para bônus em 31 de dezembro de 2024 está apresentado líquido do adiantamento de Pró-Labore em R\$ 8.769 (R\$ 6.983 em 31 de dezembro de 2023).

27 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição dos créditos fiscais correntes e diferidos

A Controladora e determinadas controladas possuem os seguintes saldos a serem compensados, deduzidos ou adicionados nas bases de cálculo dos lucros tributáveis futuros a serem apurados com base no lucro real. Adicionalmente, possuem diferenças a deduzir em exercícios futuros conforme indicado a seguir:

Nota	Consolidado						
	31/12/2024			31/12/2023			
	Base total	Base de apuração	Base de diferido não constituído	Base total	Base de apuração	Base de diferido não constituído	
Créditos a compensar com lucros tributáveis futuros							
Prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social	254.856	254.856	-	210.568	210.568	-	
Efeitos de combinação de negócios							
Parcela fiscalmente amortizada do ágio sobre rentabilidade futura	(449.280)	(449.280)	-	(349.293)	(349.293)	-	
Amortização contábil da alocação de mais valia com vida útil definida antes da Lei 11.638/07	5.007	5.007	-	5.007	5.007	-	
Amortização da alocação de mais valia com vida útil definida	106.760	106.760	-	120.987	120.987	-	
Amortização alocação de carteira de clientes, marcas, acordo de não concorrência e ativo fixo	415.334	415.334	-	301.899	301.899	-	
Ajuste a valor justo - dívida de aquisição	56.814	56.814	-	34.191	34.191	-	
Diferenças temporárias							
Constituição de provisão para perda esperada dos serviços faturados e a faturar	12	122.442	111.966	10.476	94.789	82.107	12.682
Constituição de provisão para perda de crédito de retenção contratual	12	2.569	2.569	-	2.569	419	2.150
Provisão para acordo ou execução trabalhista	30(a)	298.384	267.685	30.699	242.421	197.110	45.311
Provisão para acordo ou execução tributária (ii)	30(a)	1.168.768	1.164.097	4.671	526.546	522.310	4.236
Provisão para acordo ou execução cível	30(a)	66.827	54.157	12.670	46.381	29.638	16.743
Ativo indenizatório Graber	30(d)	(6.150)	(6.150)	-	(63.000)	(63.000)	-
Indébito da Selic sobre atualização do IRPJ e CSLL	14	(17.562)	(16.320)	(1.242)	(17.562)	(16.628)	(934)
Provisão para remuneração variável	26	151.366	150.744	622	155.762	150.804	4.958
Instrumentos derivativos - swap a realizar	-	(26.397)	(26.397)	-	8.970	8.970	-
Tributos <i>sub judice</i>	30(b)	534.356	510.191	24.164	493.267	427.511	65.756
Outras diferenças temporárias (i)		(74.601)	(33.410)	(90.284)	60.696	44.462	16.234
Base de apuração	-	2.568.623	-	-	1.707.062	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo (34%)	-	873.332	-	-	580.401	-	-
Total de imposto diferido ativo	-	1.054.059	-	-	726.234	-	-
Total de imposto diferido passivo	-	(180.727)	-	-	(145.833)	-	-
Imposto diferido ativo líquido	-	873.332	-	-	580.401	-	-

- (i) Refere-se a provisão de notas fiscais não entregues, variação de depreciação e provisão de créditos fiscais.
- (ii) Para os saldos de Perse há reconhecimento de IR e CS, que não são diferenças temporárias dedutíveis e, portanto, não são base de cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.

O prejuízo fiscal e a base de cálculo negativa da contribuição social não têm prazos prescricionais, estando sua compensação limitada a 30% das bases de cálculo a serem apuradas em cada exercício-base futuro.

Os impostos diferidos passivos referem-se à amortização fiscal dos ágios de rentabilidade futura relacionados às controladas incorporadas e somente se realizarão contabilmente em caso de alienação do investimento ou baixa por *impairment*.

b. Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos (Consolidado)

	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2024	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Adquiridas M&A	Ajustes adquiridas ano anterior	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2024		
							Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Créditos a compensar com lucros tributáveis futuros									
Prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social	71.593	15.058	-	-	-	-	86.651	86.651	-
Efeitos de combinação de negócios									
Parcela amortizada do ágio sobre rentabilidade futura	(118.759)	(33.996)	-	-	-	-	(152.755)	-	(152.755)
Amortização contábil da alocação de mais valia com vida útil definida antes da Lei 11.638/07	1.702	-	-	-	-	-	1.702	1.702	-
Amortização da alocação de mais valia com vida útil definida	41.136	(4.838)	-	-	-	-	36.298	36.298	-
Amortização alocação de carteira de clientes, marcas, acordo de não concorrência e ativo fixo	102.646	38.568	-	-	-	-	141.214	141.214	-
Ajuste a valor justo - dívida de aquisição	11.625	-	7.692	-	-	-	19.317	19.317	-
Diferenças temporárias									
Provisão para perda esperada dos serviços faturados e a faturar	27.916	85	-	10.067	-	-	38.068	38.068	-
Provisão para perda de crédito de retenção contratual	142	731	-	-	-	-	873	873	-
Provisão para acordo ou execução trabalhista	67.017	9.896	-	14.100	-	-	91.013	91.013	-
Provisão para acordo ou execução tributária	177.585	18.991	-	199.216	-	-	395.792	395.792	-
Provisão para acordo ou execução cível	10.077	(44)	-	8.380	-	-	18.413	18.413	-
Ativo indenizatório Graber	(21.420)	19.329	-	-	-	-	(2.091)	-	(2.091)
Indébito da Selic sobre atualização do IRPJ e CSLL	(5.654)	105	-	-	-	-	(5.549)	-	(5.549)
Provisão para remuneração variável	51.274	(9.352)	-	9.331	-	-	51.253	51.253	-
Instrumentos derivativos - swap a realizar	3.050	(24.049)	12.026	-	-	-	(8.973)	-	(8.973)
Tributos <i>sub judice</i>	145.354	1.797	-	26.314	-	-	173.465	173.465	-
Outras diferenças temporárias (i)	15.117	(14.303)	-	(11.263)	(i)	1.242	(11.360)	-	(11.360)
Imposto líquido ativo (passivo)	580.401	17.978	19.718	256.145	(2.153)	1.242	873.331	1.054.059	(180.728)

(i) Refere-se a provisão de notas fiscais não lançadas e diferença de depreciação de imobilizados

	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2023	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Adquiridas M&A	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2023		
						Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Créditos a compensar com lucros tributáveis futuros								
Prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social	58.285	13.308	-	-	-	71.593	71.593	-
Efeitos de combinação de negócios								
Parcela amortizada do ágio sobre rentabilidade futura	(88.302)	(30.457)	-	-	-	(118.759)	-	(118.759)
Amortização contábil da alocação de mais valia com vida útil definida antes da Lei 11.638/07	1.702	-	-	-	-	1.702	1.702	-
Amortização da alocação de mais valia com vida útil definida	46.001	(4.865)	-	-	-	41.136	41.136	-
Amortização alocação de carteira de clientes, marcas e ativo fixo	77.670	24.976	-	-	-	102.646	102.646	-
Ajuste a valor justo - dívida de aquisição	4.636	-	6.989	-	-	11.625	11.625	-
Diferenças temporárias								
Provisão para perda esperada dos serviços faturados e a faturar	27.958	(930)	-	888	-	27.916	27.916	-
Provisão para perda de crédito de retenção contratual	1.457	(1.315)	-	-	-	142	142	-
Provisão para acordo ou execução trabalhista	66.766	(2.583)	-	2.834	-	67.017	67.017	-
Provisão para acordo ou execução tributária	121.565	51.916	-	4.104	-	177.585	177.585	-
Provisão para acordo ou execução cível	10.223	(146)	-	-	-	10.077	10.077	-
Ativo indenizatório Graber	(19.839)	(1.581)	-	-	-	(21.420)	-	(21.420)
Indébito da Selic sobre atualização do IRPJ e CSLL	(5.544)	(110)	-	-	-	(5.654)	-	(5.654)
Provisão para remuneração variável	40.583	10.362	-	329	-	51.274	51.274	-
Instrumentos derivativos - swap a realizar	3.328	(556)	278	-	-	3.050	3.050	-
Tributos <i>sub judice</i>	151.670	(43.340)	-	37.024	-	145.354	145.354	-
Outras diferenças temporárias	5.961	4.940	-	4.231	(15)	15.117	15.117	-
Imposto líquido ativo (passivo)	504.120	19.619	7.267	49.410	(15)	580.401	726.234	(145.833)

c. Reconciliação do lucro do imposto de renda e da contribuição social com as correspondentes despesas no resultado

A reconciliação entre o imposto de renda e a contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	657.826	642.510	666.434	646.347
Equivalência patrimonial	(658.024)	(641.841)	-	-
Lucro (prejuízo) contábil ajustado sem equivalência	(198)	669	666.434	646.347
IRPJ/CSLL	38	481	288.090	269.379
Lucro (prejuízo) contábil ajustado sem equivalência IRPJ/CSLL	(160)	1.150	954.524	915.726
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	54	(391)	(324.538)	(311.347)
(Adições) / exclusões permanentes (i)	(127)	(94)	20.097	14.867
Doações / PAT / adicional (ii)	13	7	8.815	5.852
Lei do bem	-	-	2.777	4.258
Outros (iii)	22	(3)	4.759	16.991
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(38)	(481)	(288.090)	(269.379)
Tributos correntes	(38)	(70)	(306.068)	(288.998)
Tributos diferidos	-	(411)	17.978	19.619
Taxa efetiva	(23,75%)	41,83%	30,18%	29,42%

- (i) Adições permanentes são compostas de multas de trânsito, contribuições sindicais, brindes e multas de auto de infração. Exclusões permanentes são compostos de estornos, descontos e correções de natureza devedora;
- (ii) Referem-se às deduções incorridas no período e previstas no regulamento do IRPJ.
- (iii) Diferenças temporárias e prejuízo fiscal não constituído de empresas sem perspectiva de rentabilidade futura.

28 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contribuição do Programa de Integração Social (PIS)	1	-	5.123	2.746
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	7	3	14.643	14.109
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)	-	-	17.924	4.786
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	-	-	128.112	98.840
Outros	-	-	3.981	1.208
Total	8	3	169.783	121.689

29 Parcelamento de tributos

Modalidade	Encargos financeiros incidentes mensais	Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023
REFIS IV	SELIC	14.911	20.812
PPI	SELIC	9.703	8.943
Simplificado Previdenciário	SELIC	50.122	28.925
Total		74.736	58.680
Circulante		25.431	21.882
Não circulante		49.305	36.798

O Grupo possui parcelamentos na modalidade REFIS IV, referente à Lei nº 11.941/09, Lei nº 12.973/14 e Lei nº 12.996/14 administrados pela RFB (Receita Federal do Brasil) e PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), bem como PPI municipal na cidade de São Paulo, e em 2017, com base na Lei nº 13.496/17, foram incluídos os parcelamentos simplificados no “NOVO REFIS” denominado de PERT (Programa Especial de Regularização Tributária) e administrado pela RFB e PGFN.

A movimentação dos valores devidos é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Em 1º de janeiro	-	47	58.680	67.870
Encargos financeiros	-	1	5.365	8.892
Pagamentos efetuados de principal	-	(48)	(21.284)	(22.310)
Pagamentos efetuados de juros	-	-	(6.897)	(2.969)
Advindo de adquiridas	-	-	38.872	1.717
Novos parcelamentos	-	-	-	5.480
Em 31 de dezembro	-	-	74.736	58.680

As parcelas do passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Vencimento	31/12/2024
2026	22.022
2027	15.821
2028	8.901
2029 em diante	2.561
Total	49.305

30 Provisão para contingências, tributos *sub judice*, depósitos judiciais e ativo indenizatório

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (a)	1.880.817	998.631
Tributos <i>sub judice</i> (b)	534.356	493.267
Total	2.415.173	1.491.898

a. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo está sujeito a diversos processos judiciais e procedimentos administrativos tributários, trabalhistas e cíveis. Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo mantinha provisão equivalente a R\$ 1.880.817 (R\$ 998.631 em 31 de dezembro de 2023), julgada adequada e suficiente pelos administradores com base em pareceres jurídicos.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas (i)	298.384	242.421
Tributários (ii)	391.337	92.991
Cíveis (iii)	66.827	46.381
Sistema “S” (iv)	588.434	433.555
Perse (vi)	225.144	-
Atualização monetária do Sistema S (iv)	153.883	90.535
Atualização monetária Perse (vi)	33.183	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.757.192	905.883
Alocação de passivos contingentes (v)	123.625	92.748
Total	1.880.817	998.631

- (i) Os principais pleitos das demandas trabalhistas são: diferenças de horas extras, adicional de periculosidade, insalubridade e adicional noturno.
- (ii) As principais demandas de natureza tributária decorrem: (i) não homologação de créditos tributários de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS declarados em PER/DCOMP; (ii) não homologação de créditos de INSS utilizados em PER/DCOMP para compensação de INSS; (iii) questionamento sobre não recolhimento/retenção do ISS; (iv) não incidência de INSS sobre verbas indenizatórias (férias, 1/3 férias gozadas, 15 dias que antecedem o auxílio doença ou acidente, aviso prévio indenizado) e (v) créditos de PIS e COFINS sobre despesas com alimentação, combustível, assistência médica e planos de saúde fornecidas aos empregados, tendo em vista o conceito de insumo vinculado à formação da receita e a essencialidade e relevância dos itens. Os valores relacionados à esta contingência foram depositados em juízo (vide nota 30c i).
- (iii) Os processos de natureza cíveis na sua maioria, não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionados, principalmente, a: (i) discussões contratuais com clientes e (ii) reparação de danos materiais.
- (iv) Para as contribuições compulsórias ao Sistema “S”, o Grupo possui 29 processos judiciais que amparam 42 empresas, das quais 23 empresas estão ativas e 19 empresas foram extintas por incorporação, sendo sucedidas por empresas que detém ou detinham decisões liminares que permitem a limitação da base de cálculo de INSS em 20 vezes o maior salário mínimo vigente, no que tange ao recolhimento para as instituições SENAC, SESC, SESI, SENAI, SEBRAE, INCRA e Salário-Educação. Para determinadas empresas/ações o êxito é parcial e abrange apenas parte dessas contribuições, sendo que nos casos de aproveitamento das decisões, as diferenças foram provisionadas levando em conta o início do aproveitamento em janeiro de 2021. Em 13 de março de 2024, data do julgamento do Tema sob n.º 1.079, a análise dos Ministros do STJ consistiu em “Definir se o limite de 20 (vinte) salários mínimos é aplicável à apuração da base de cálculo das contribuições para fiscais arrecadadas por conta de terceiros”, ocasião em que foi fixada a modulação dos efeitos do acórdão, autorizando os

contribuintes com ação judicial/administrativo com provimento (judicial ou administrativo) favorável, ao direito de aplicarem a limitação da base de cálculo sob 20 salários mínimos, até a data da publicação do acórdão (02/05/2024), mas somente para SENAC, SESC, Sesi e SENAI. Em 11 de setembro de 2024, a 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça rejeitou 09 embargos de declaração interpostos contra o acórdão, em 11 de novembro de 2024, a Fazenda Nacional opôs o recurso de Embargos de Divergência com o objetivo de afastar a modulação. O recurso foi admitido e a data do julgamento ainda não foi divulgada. Frente às novas decisões e curso do Tema 1.079, a administração da Companhia em conjunto com seus assessores jurídicos internos e externos, reavaliaram o tema levando em consideração as particularidades de cada uma das diversas empresas que compõem o Grupo GPS e concluíram que a classificação da perda permanece como provável, reforçada pela robustez dos argumentos de cunho técnico trazidos pela Fazenda Nacional nos autos dos embargos de divergência, justificando a manutenção da provisão. O risco relacionado às empresas GR Serviços de Alimentação Ltda e Clean Mall Serviços Ltda, no montante de R\$ 143.578, é objeto de indenização parcial (vide Nota 30d, ii, (a)).

- (v) Trata-se de alocação realizada nas aquisições de empresas, reconhecidas na empresa adquirente e discriminadas em laudo PPA - *Purchase Price Allocation*, provenientes de processos jurídicos e riscos levantados em relatórios de *due diligence* de esferas cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas com expectativa possível de perda.
- (vi) Em abril de 2022 a controlada GR Serviços de alimentação, aderiu ao programa emergencial de retomada do setor de eventos (PERSE), conforme descrito na lei 14.148/21, passando a aplicar alíquota zero para o Imposto sobre a renda das pessoas jurídicas (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS). Em janeiro de 2023, após a publicação da portaria nº 11.266, o CNAE 5620-1/01 passou a não ser mais previsto, visando restrições ao direito a crédito. A empresa recorreu através de mandados de segurança alegando inconstitucionalidade, impossibilidade de revisão de benefício concedido por prazo determinado e, sob condição onerosa, que foram acolhidos e resultaram em 03 (três) decisões liminares ativas até então. Em 19 de julho de 2024, após novas restrições impostas pela lei 14.859 de 22 de maio de 2024, a empresa ingressou com novo mandado de segurança, obtendo em 01 de agosto de 2024, decisão favorável garantido o direito da GRSA de continuar a usufruir do PERSE, em que pese a nova alteração legislativa, até 17 de março de 2027. Para o benefício praticado a partir de 1º de janeiro de 2023, a diferença para o zeramento da alíquota, vem sendo objeto de provisionamento, sendo o montante de R\$ 189.390 referente à fatos geradores anteriores a 01 de junho de 2024 e R\$ 35.754 referente a aplicação do PERSE a partir de 1º de junho de 2024.

O Grupo, de acordo com as práticas contábeis, efetua a provisão de suas contingências cuja classificação de risco de perda seja provável, conforme análise de seus consultores jurídicos. O principal processo é:

- Ação tributária movida pela Receita Federal do Brasil contra a controlada Graber, por glosa de compensações previdenciárias (INSS) ocorridas em 2015 e 2016. Impugnação julgada improcedente em 2018, recurso voluntário apresentado e aguardando julgamento. O valor estimado de perda em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 42.700 (R\$ 63.000 em 31 de dezembro de 2023). Tal valor é estimado pelos assessores jurídicos com base nos resultados dos processos judiciais atuais e esperados.

A movimentação da provisão para contingências pode ser assim resumida:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Em 1º de janeiro	998.631	751.631
Atualização de contingência em contrapartida a ativo indenizatório	250	4.650
Sistema "S"	40.307	156.201
Atualização monetária do Sistema "S"	42.242	56.730
Provisão Perse	35.754	-
Atualização monetária Perse	10.173	-
Provisão advinda da adquirida Engie	-	690
Provisão advinda da adquirida Compart	-	11.716
Provisão advinda da adquirida Campseg	-	12.503
Provisão advinda da adquirida Trademark	(286)	2.601

Provisão advinda da adquirida TLSV	-	24.967
Provisão advinda da adquirida Lyon	2.284	-
Provisão advinda da adquirida Control	15.708	-
Provisão advinda da adquirida Marfood	4.702	-
Provisão advinda da adquirida Invictus	27	-
Provisão advinda da adquirida GRSA	691.969	-
Outros	(123)	336
Reversão de provisão	(197.409)	(167.986)
Complemento de provisão	205.711	163.589
Subtotal	1.849.940	1.017.628
Baixa de passivos contingentes (i)	(33.205)	(33.008)
Alocação de passivos contingentes (i)	55.739	12.291
Atualização de passivos contingentes (i)	8.343	1.720
Em 31 de dezembro	1.880.817	998.631

(i) O movimento da alocação dos passivos contingentes ocorreu conforme detalhado abaixo:

	31/12/2022	Adições	Baixas	Atualização	31/12/2023	Adições	Baixas	Atualização	31/12/2024
Proguarda	86	-	(86)	-	-	-	-	-	-
Fortaleza	205	-	-	(161)	44	-	(44)	-	-
LC	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Graber	1	-	-	-	1	-	(1)	-	-
Onseg	14	-	-	-	14	-	(14)	-	-
Poliservice	107	-	(94)	15	28	-	(28)	-	-
RZF	167	-	-	-	167	-	(167)	-	-
Magnus	120	-	(120)	-	-	-	-	-	-
Algar	67	-	(61)	1	7	-	(7)	-	-
Quattro	31	-	(13)	-	18	-	(18)	-	-
Jam	521	-	-	-	521	-	(521)	-	-
Servis	157	-	(67)	1	91	-	(8)	-	83
Polonorte	351	-	(351)	-	-	-	-	-	-
Gol	492	-	(456)	9	45	-	-	5	50
BC2	245	-	(171)	(37)	37	-	-	(1)	36
Sunset	144	-	-	20	164	-	-	23	187
Conbras	14.873	-	(6.525)	635	8.983	-	(348)	659	9.294
Luandre	613	-	(601)	3	15	-	(12)	-	3
ISS	20.498	-	(5.843)	1.713	16.368	-	(4.039)	540	12.869
Vivante	14.673	-	(8.104)	(51)	6.518	-	(2.046)	204	4.676
Loghis	371	-	(326)	11	56	-	(1)	8	63
Única	2.120	-	(285)	73	1.908	-	(44)	113	1.977
Rudder	9.247	-	(2.536)	(2.411)	4.300	-	(837)	2.201	5.664
Allis	13.443	-	(1.592)	206	12.057	-	(5.497)	1.165	7.725
Comau	22.386	-	(2.340)	2.249	22.295	-	(10.571)	4.167	15.891
Force	2.587	-	(1.233)	(168)	1.186	-	(738)	(448)	-
Ormec	1.041	-	(55)	146	1.132	-	(193)	245	1.184
Sulzer	673	-	(346)	-	327	-	(126)	1	202
Global	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empregos	6.370	-	-	(603)	5.767	-	(3.006)	279	3.040
Motus	32	-	-	-	32	-	-	3	35
Evertical	110	-	(21)	-	89	-	-	-	89
Engie	-	4.512	(1.782)	69	2.799	-	(2.221)	(371)	207
Campseg	-	6.687	-	-	6.687	-	(275)	-	6.412
TLSV	-	369	-	-	369	-	(114)	34	289
Trademark	-	723	-	-	723	-	(365)	-	358
Control	-	-	-	-	-	14.733	(809)	(335)	13.589
Lyon	-	-	-	-	-	6.847	-	10	6.857
Marfood	-	-	-	-	-	2.901	(1.155)	(159)	1.587
Invictus	-	-	-	-	-	804	-	-	804
GRSA	-	-	-	-	-	30.454	-	-	30.454
Total	111.745	12.291	(33.008)	1.720	92.748	55.739	(33.205)	8.343	123.625

Perdas possíveis não provisionadas no balanço

As ações envolvendo risco de perda classificado pelo Grupo como possível, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída em 31 dezembro de 2024, totalizam R\$ 1.742.201, sendo R\$ 1.117.302 tributários, R\$ 387.350 cíveis e R\$ 237.549 trabalhistas (R\$ 924.804 em 31 de dezembro de 2023, sendo R\$ 391.713

tributários, R\$ 220.411 cíveis e R\$ 312.680 trabalhistas). As naturezas dessas ações são as mesmas descritas no item “(a) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas”.

Os principais processos de perda possível são:

- **Cível:** Trata-se de pedido de instauração de arbitragem em face da Top Service Serviços e Sistemas S.A. e GPS Participações e Empreendimentos S.A., onde os requerentes pleiteiam o pagamento de ajuste de valor adicional em cerca de R\$ 79.455. O procedimento encontra-se em fase de formação, sendo que o último andamento foi a notificação com o protocolo de requerimento de instauração de arbitragem.
- **Tributário:** Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, contra a empresa GR Serviços e Alimentação Ltda., cujo objeto é a glosa de créditos de PIS e COFINS, decorrente da aquisição de produtos não sujeitos ao pagamento da contribuição (tributados à alíquota zero), referente ao ano de 2014 e 2017. Atualmente os processos estão na esfera administrativa e aguarda o julgamento dos recursos voluntários apresentados ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). O valor estimado da perda em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 468.555. Abaixo os principais processos tributários de perda possível advindo da GRSA, para mais detalhes, vide nota explicativa nº 3.2:

Risco/Processo	Valor do Risco
PIS e COFINS – Alíquota zero	468.555
Processos ICMS	131.314
Outras Discussões Tributárias	137.921
Total	737.790

A Companhia possui outros processos tributários de risco possível que não possuem valores individualmente materiais que requeiram maiores divulgações.

b. Tributos *sub judice*

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Tributos municipais	12.438	11.550
Tributos federais (i)	412.969	405.586
Tributos estaduais	173	173
Riscos trabalhistas e previdenciários (ii)	108.776	75.958
Total	534.356	493.267

- Tributos federais sendo em sua totalidade advindos das empresas adquiridas. Tais saldos, representados por obrigações presentes, são constituídos para cobertura de riscos fiscais em determinadas praticas até o momento da aquisição e não provisionadas pela Administração anterior. Essas estão relacionadas, principalmente, a divergências nos débitos e créditos informados em obrigações acessórias perante a aplicação do regime cumulativo e não cumulativo para o PIS e a COFINS e também, inconsistências nos créditos informados em obrigações acessórias frente ao utilizado em compensações eletrônicas (PERD/COMP) para o IRPJ e a CSSL.
- Riscos trabalhistas e previdenciários: tal provisão foi efetuada para cobertura de riscos trabalhistas advindos das empresas adquiridas por não aderência a alguns aspectos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Tais riscos referem-se principalmente à compensação de INSS pagos indevidamente sobre verbas indenizatórias, com discussões ainda não pacificadas no judiciário e ausência de tributação de INSS sobre verbas variáveis.

A movimentação dos tributos *sub judice* pode ser assim resumida:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Em 1º de janeiro	-	1.305	493.267	446.089
Atualização monetária	-	65	40.714	43.433
Provisão riscos fiscais	-	-	-	10
Provisão advinda de adquirida – Engie (a)	-	-	-	42.532
Provisão advinda de adquirida – Compart (a)	-	-	-	68.533
Provisão advinda de adquirida – Maestro (a)	-	-	-	8
Provisão advinda de adquirida – Campseg (a)	-	-	-	27.237
Provisão advinda de adquirida – Trademark (a)	-	-	-	34.564
Provisão advinda de adquirida – TLSV (a)	-	-	-	6.561
Provisão advinda de adquirida – Lyon (a)	-	-	10.072	-
Provisão advinda de adquirida – Control (a)	-	-	18.987	-
Provisão advinda de adquirida – Marfood (a)	-	-	7.639	-
Provisão advinda de adquirida – Invictus (a)	-	-	7.671	-
Provisão advinda de adquirida – GRSA (a)	-	-	79.507	-
Complemento de provisão	-	-	2.864	2.596
Reversão de atualização monetária (b)	-	(162)	(24.549)	(45.193)
Reversão de provisão (b)	-	(1.208)	(101.816)	(133.103)
Em 31 de dezembro	-	-	534.356	493.267

- (a) Para mais detalhes, veja nota explicativa nº 3.
- (b) Refere-se a reversão do principal e atualização monetária dos tributos sub judice, cujo os prazos de prescrição de 5 anos já foram decorridos.

Abaixo os principais riscos de perda possível advindo da GRSA, para mais detalhes, vide nota explicativa nº 3.2:

Risco/Processo	Valor do Risco
PIS e COFINS – Alíquota zero	267.623
ICMS	11.666
Outras Discussões Tributárias	109.937
Total	389.226

c. Depósitos judiciais

Representam ativos restritos do Grupo e estão relacionados às quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas. Os depósitos judiciais mantidos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estão assim representados:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos judiciais trabalhistas	63.592	88.900
Depósitos judiciais civil	17.115	5.785
Depósitos judiciais tributário (i)	357.210	90.818
Total	437.917	185.503

- (i) O principal depósito judicial, no montante de R\$ 246.094, está relacionado à contingência que discute o direito à apropriação de créditos de PIS e COFINS sobre despesas com alimentação, combustível, assistência médica e planos de saúde fornecidas aos empregados pela controlada GR Serviços de Alimentação Ltda. (para mais

detalhes vide nota 30a ii). Os valores foram depositados em juízo durante o período de 01 de agosto de 2004 a 30 de junho de 2024.

A movimentação dos depósitos judiciais pode ser assim resumida:

	Consolidado	
	2024	2023
Em 1º de janeiro	185.503	191.885
Atualização monetária	16.171	13.467
Adições	17.898	44.423
Baixas	(34.554)	(67.331)
Advindo de aquisição de empresas	252.899	3.059
Em 31 de dezembro	437.917	185.503

d. Ativo indenizatório

O Grupo possui retenção de pagamentos como parcela contingente e ativo indenizável conforme posição pactuada e descrita nos contratos de compra e venda.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Grupo Graber (i)	6.150	63.000
Alocação de ativo indenizatório (ii)	391.427	96.076
Total	397.577	159.076

(i) A baixa do ativo indenizatório do Grupo Graber está reportado na nota explicativa 31(a).

(ii) A movimentação da alocação do ativo indenizatório pode ser assim resumida:

Consolidado	31/12/2022	Adições	Baixas	Atualizações	31/12/2023	Adições	Baixas	Atualizações	31/12/2024
Fortaleza	123	-	(15)	(69)	39	-	(17)	48	70
Graber	20.479	-	(144)	-	20.335	-	-	(1.339)	18.996
Onseg	930	-	(930)	-	-	-	-	-	-
Poliservice	535	-	(181)	11	365	-	-	3	368
RZF	1.419	-	(922)	-	497	-	(497)	-	-
Magnus	1.196	-	(1.185)	-	11	-	-	-	11
Proteg	220	-	-	1	221	-	(173)	-	48
Jam	4.547	-	(4.000)	19	566	-	(112)	(156)	298
Servis	6.907	-	(647)	(549)	5.711	-	(5.712)	84	83
Gol	1.709	-	-	(31)	1.678	-	(1.566)	-	112
Sunset	557	-	-	(253)	304	-	(139)	23	188
Luandre	1.845	-	(980)	416	1.281	-	12	39	1.332
Loghis	830	-	-	(79)	751	-	(115)	(3)	633
Rudder	12.961	-	- (ii)	999	13.960	-	-	1.737	15.697
Comau	11.614	-	-	(697)	10.917	-	1	148	11.066
Ormec	4.956	-	(2.183)	-	2.773	-	(1.163)	-	1.610
Motus	32	-	-	-	32	-	-	3	35
Evertical	403	-	-	-	403	-	(1)	1	403
Global	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empregos	6.370	-	-	(624)	5.746	-	(2.466)	189	3.469
Compart	-	24.931	-	-	24.931	-	-	-	24.931
Campseg	-	5.429	-	-	5.429	-	-	-	5.429
Trademark	-	126	-	-	126	-	-	-	126
Control	-	-	-	-	-	11.380	-	-	11.380
Lyon	-	-	-	-	-	6.848	-	-	6.848
Marfood	-	-	-	-	-	2.442	-	-	2.442
Invictus	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GRSA (a)	-	-	-	-	-	263.939	-	21.913	285.852
Total	77.633	30.486	(11.187)	(856)	96.076	284.609	(11.948)	22.690	391.427

- (a) O montante de indenização do Grupo GRSA contempla os riscos relacionados aos seguintes temas abaixo, cujos fatos geradores ocorreram até a data de aquisição:

Risco / Processo	Valor da Contingência	Valor da indenização
Perse (Nota 30 (a) (vi))	258.327	217.091
Sistema “S” (Nota 30 (a) (iv))	143.578	54.588
Total	401.905	271.679

31 Aquisição de controladas

O Grupo por meio das combinações de negócios registra as opções de compras das participações remanescentes das quotas de capitais das investidas, além das parcelas contingentes contratuais.

Cabe destacar que as bases de mensuração são estimativas considerando bases contratuais, balanços históricos e respectiva modelagem prospectiva (por tratarem-se de pagamentos futuros baseados em resultados futuros). Dado o grau de incerteza, eventuais acertos de contas, podem surgir mudanças entre a provisão constituída e sua realização.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a composição desses passivos financeiros estava assim registrada:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Graber (i)	7.138	56.149
JAM	-	529
Luandre	2.905	5.324
Sunset	-	45.182
Comau	-	25.102
Ormec (ii)	47.626	47.626
Evertical (iii)	48.321	49.615
Motus	12.053	31.501
Compart	29.103	47.159
Maestro	-	886
Campseg	-	2.954
Trademark (iv)	162.512	80.932
Control (v)	43.348	-
Lyon (v)	27.459	-
GR (v)	61.345	-
Total	441.810	392.959
Circulante	246.458	151.349
Não circulante	195.352	241.610

- (i) Refere-se ao “preço retido” da contraprestação transferida na aquisição, inicialmente prevista para quitação em 3 parcelas, com vencimento para 20, 40 e 60 meses da data da combinação de negócios, 31 de maio de 2017. Considerando que as partes estão em negociação com relação as deduções de contingências materializadas e/ou indenizações do preço retido, estas parcelas deverão ser liquidadas até 31 de maio de 2025 conforme previsão em Contrato de Compra e Venda (CCV). Tais parcelas são corrigidas pela variação acumulada do CDI e serão ajustadas, subtraindo-se as eventuais perdas materializadas e/ou indenizações correspondentes às ocorrências descritas no CCV, na data da liquidação. Em junho de 2024 ocorreu uma baixa de R\$ 51.177 para compensação de perdas indenizáveis materializadas;
- (ii) Refere-se ao “valor adicional estimado” da contraprestação transferida na aquisição, calculado com base no EBITDA apurado no período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, limitado a 12% da receita líquida desse período. Desse valor, considerando projeções, houve ajuste da variação de Dívida Bruta, Caixa e Equivalentes e do Capital de Giro, verificado entre o Balanço de Fechamento (31 de janeiro de 2022) e o balanço da Sociedade datado de 31 de dezembro de 2022;

- (iii) Refere-se ao valor adicional (*earn-out*), mensurado a valor justo, a ser pago até 150 dias após o encerramento do exercício de 2022, de acordo com cláusulas contratuais estabelecendo os critérios a serem cumpridos pelas partes (com base em múltiplos de EBITDA apurado no período de 1º de janeiro de 2022 à 31 de dezembro de 2022). O Grupo possui ainda opção de compra dos 45% remanescentes do Grupo Evertical, que poderá ser exercida de forma integral e apenas uma vez, durante o prazo de 90 dias contados a partir da entrega do balanço anual de 31 de dezembro de 2024. O preço do exercício, seja opção de compra ou opção de venda, será definido por fórmula indicada em contrato, que considera o múltiplo aplicável (de acordo com o tipo de opção exercida) x EBITDA. Em maio de 2023 foi efetuado o pagamento do valor adicional (*Earn-out*) no montante de R\$ 17.477, calculado com base no EBITDA apurado de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2024, R\$ 48.321 registrado equivale a contraprestação em aberto, referente a adoção do método de aquisição antecipada.
- (iv) Refere-se ao valor adicional (*Earn-out*) a ser pago até 150 dias após o encerramento do exercício de 2024, de acordo com cláusulas contratuais estabelecendo os critérios a serem cumpridos pelas partes (com base em múltiplos de EBITDA apurado no período de 1º de Janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024). O Grupo possui opção de compra dos 30% remanescentes da Trademark Participações S.A., que poderá ser exercida de forma integral e apenas uma vez, durante o prazo de 90 dias contados a partir da entrega do balanço anual de 31 de dezembro de 2025. O preço do exercício, seja opção de compra ou opção de venda, será definido por formula indicada em contrato, que considera o múltiplo aplicável (de acordo com o tipo de opção exercida) x EBITDA.
- (v) Vide nota explicativa nº 3.

a. Movimentação do passivo de aquisição de controladas

	31/12/2023	Registro de aquisição	Atualização opção	Baixa de parcela retida (iii)	Atualização <i>earn-out</i>	Ajustes	Reclassificação de saldos (ii)	Atualização monetária	Variação cambial	Pagamento exercício de opção de compra e parcela adicional de aquisição	Pagamento preço de aquisição	Pagamentos de anos anteriores	31/12/2024
Graber	56.149	-	-	(51.177)	-	-	-	2.166	-	-	-	-	7.138
JAM	529	-	-	-	31	-	(560)	-	-	-	-	-	-
Luandre	5.324	-	-	-	-	(1.351)	-	393	-	(1.461)	-	-	2.905
Sunset	45.182	-	16.038	-	-	(2.498)	-	-	-	(58.722)	-	-	-
Comau	25.102	-	-	-	1.450	-	(26.552)	-	-	-	-	-	-
Ormec	47.626	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47.626
Evertical	49.615	-	(1.294)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48.321
Motus	31.501	-	(6.110)	-	-	(489)	(6.911)	-	-	(5.938)	-	-	12.053
Compart	47.159	-	-	-	(1.797)	(782)	-	9.825	-	(25.302)	-	-	29.103
Maestro	886	-	-	-	-	-	-	42	-	(928)	-	-	-
Campseg	2.954	(1.346)	-	(1.241)	-	-	-	33	-	(400)	-	-	-
Trademark	80.932	6.543	44.795	-	30.242	-	-	-	-	-	-	-	162.512
Control (i)	-	152.375	(39.151)	-	(24.488)	-	-	-	-	-	(44.388)	(1.000)	43.348
Lyon (i)	-	73.986	8.345	-	-	-	-	-	-	-	(51.884)	(2.988)	27.459
Marfood (i)	-	89.633	-	-	-	-	-	-	-	-	(85.633)	(4.000)	-
Invictus (i)	-	2.931	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.656)	(275)	-
GR (i)	-	1.354.601	-	-	-	-	-	-	11.107	-	(1.304.363)	-	61.345
Total	392.959	1.678.723	22.623	(52.418)	5.438	(5.120)	(34.023)	12.459	11.107	(92.751)	(1.488.924)	(8.263)	441.810

- (i) Refere-se ao valor total pago pela aquisição da empresa. Na demonstração dos fluxos de caixa, o valor é apresentado líquido do caixa obtido na aquisição. Para mais detalhes, veja nota explicativa nº 3.
- (ii) Valores referentes a repasses de superveniência foram reclassificados para a rubrica de outras contas a pagar, vide nota explicativa nº 32.
- (iii) Baixa da parcela retida do preço de aquisição mediante compensação com perdas materializadas indenizáveis.

	31/12/2022	Registro de aquisição	Atualização opção	Baixa de <i>earn-out</i>	Atualização <i>earn-out</i>	Ajustes	Atualização monetária	Pagamento exercício de opção de compra e parcela adicional de aquisição	Pagamento preço de aquisição	Pagamentos de anos anteriores	31/12/2023
Servtec	2.976	-	-	(2.976)	-	-	-	-	-	-	-
Proevi	1.301	-	-	(1.314)	-	-	13	-	-	-	-
Grabber	52.823	-	-	-	-	-	3.326	-	-	-	56.149
JAM	1.718	-	-	-	(171)	(558)	(189)	(271)	-	-	529
Luandre	7.071	-	-	-	(509)	(179)	1.274	(2.333)	-	-	5.324
Sunset	43.985	-	1.197	-	-	-	-	-	-	-	45.182
Única	-	-	-	-	12.652	(1.160)	3.029	(14.521)	-	-	-
Comau	33.515	-	-	-	(8.413)	-	-	-	-	-	25.102
Ormec	52.013	-	-	-	(4.387)	-	-	-	-	-	47.626
Evertical	68.626	93	(980)	-	(5.366)	563	4.156	(17.477)	-	-	49.615
Motus	14.181	-	19.002	-	(1.897)	-	215	-	-	-	31.501
Compart (i)	-	86.613	-	-	2.050	-	2.125	-	(41.129)	(2.500)	47.159
Maestro (i)	-	8.487	-	-	-	-	109	-	(7.710)	-	886
TLSV (i)	-	3.500	-	-	-	-	-	-	(3.500)	-	-
Campseg (i)	-	91.268	-	-	204	-	21	-	(88.539)	-	2.954
Trademark (i)	-	193.760	1.337	-	470	-	-	-	(114.635)	-	80.932
Outras contas a pagar	2.876	-	-	(2.915)	-	-	39	-	-	-	-
Total	281.085	383.721	20.556	(7.205)	(5.367)	(1.334)	14.118	(34.602)	(255.513)	(2.500)	392.959

(i) Refere-se ao valor total pago pela aquisição da empresa. Nas demonstrações dos fluxos de caixa, o valor é apresentado líquido do caixa obtido na aquisição.

32 Outras contas a pagar

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Repasse superveniência (i)	30.180	-
Provisão de notas a pagar (ii)	24.558	39.394
Outras contas a pagar	42.014	32.145
Total	96.752	71.539
Circulante	48.817	57.954
Não circulante	47.935	13.585

- (i) Refere-se substancialmente a ativos supervenientes (créditos tributários e recebíveis de clientes), a serem repassados aos vendedores à medida que tais ativos forem convertidos em caixa. Vide nota explicativa 31(a).
- (ii) Refere-se aos gastos cujas notas fiscais não tiveram seu processo de recebimento de entrada finalizado quando do encerramento do trimestre.

33 Patrimônio líquido

A composição do capital social por número de ações pode ser assim demonstrada:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade de ações	Capital	Quantidade de ações	Capital
Início do exercício	672.170.267	1.738.167	669.708.835	1.707.276
Aumento de capital	-	200.000	-	-
Subtotal	672.170.267	1.938.167	669.708.835	1.707.276
Emissão de ações	2.684.464	48.642	2.461.432	30.891
Encerramento do exercício	674.854.731	1.986.809	672.170.267	1.738.167

a. Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é R\$ 1.986.809 (R\$ 1.738.267 em 31 de dezembro de 2023), dividido em 674.854.731 ações ordinárias (672.170.267 ações ordinárias em 31 de dezembro 2023) todas nominativas sem valor nominal e distribuídas da forma que segue:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Total de ações	Participações	Total de ações	Participações
Bloco de controle	277.934.096	41,18%	279.290.445	41,55%
Administradores/PCA	22.737.578	3,37%	10.544.694	1,57%
Diversos	374.183.057	55,45%	382.335.128	56,88%
Total	674.854.731	100%	672.170.267	100%

O capital social totalmente subscrito e integralizado, apresentado líquido dos gastos com emissões de ações no valor de R\$ 58.468. Assim, conforme demonstração das mutações do

patrimônio líquido, o capital social apresentado é R\$ 1.928.341 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.679.699 em 31 de dezembro de 2023).

Mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia, o capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, mediante emissão de ações ordinárias, até o limite de R\$ 2.750.000.

Mediante a aprovação do Plano de Opções de Ações na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 14 de abril de 2022, o Conselho poderá outorgar opções que representem no máximo uma quantidade equivalente a 2,5% do patrimônio líquido da Companhia constante da última demonstração financeira auditada, e dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto da Companhia, de R\$ 2.750.000.

b. Ações ordinárias

Eventos 2023 - Em 29 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou um aumento de capital social dentro do limite de capital autorizado, com a emissão de novas ações, em decorrência da aprovação da proposta do Comitê de Pessoas & Organização com relação ao Programa de Opções de Compra de Ações da Companhia para o ano calendário de 2023 (PROCA-23) e consequente emissão de ações ordinárias no contexto do referido PROCA-23.

O montante total do aumento de capital social da Companhia foi de R\$ 30.891, o qual passou de R\$ 1.707.276 para R\$ 1.738.167 mediante emissão de 2.461.432 ações ordinárias, nominativas escriturais e sem valor nominal da Companhia, representando 0,37% do capital social da Companhia anterior a tal emissão, pelo preço de emissão calculado com base na cotação média dos 5 pregões correspondentes ao período de 8 a 14 de março de 2023, de R\$ 12,55 por opção, e um desconto de 10% a ser pago como prêmio, correspondente ao valor de R\$ 1,26 por opção, com valor total de R\$ 3.101, para a subscrição pelos parceiros selecionados, passando o capital social da Companhia de 669.708.835 para 672.170.267 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas na subscrição das ações ordinárias de emissão da Companhia. O valor efetivamente pago como prêmio foi de R\$ 3.087, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.3.1.

Eventos 2024 - Em 18 de março de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou um aumento de capital social dentro do limite de capital autorizado, com a emissão de novas ações, em decorrência da aprovação da proposta do Comitê de Pessoas & Organização com relação ao Programa de Opções de Compra de Ações da Companhia para o ano calendário de 2024 (PROCA-24) e consequente emissão de ações ordinárias no contexto do referido PROCA-24.

O montante total do aumento de capital social da Companhia foi de R\$ 48.642, o qual passou de R\$ 1.738.167 para R\$ 1.786.809 mediante emissão de 2.684.464 ações ordinárias, nominativas escriturais e sem valor nominal da Companhia, representando 0,40% do capital social da Companhia anterior a tal emissão, pelo preço de emissão calculado com base na cotação média dos 5 pregões correspondentes ao período de 11 a 15 de março de 2024, de R\$ 18,12 por opção, e um desconto de 10% a ser pago como prêmio, para a subscrição pelos parceiros selecionados, passando o capital social da Companhia de 672.170.267 para 674.854.731 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas na subscrição das ações ordinárias de emissão

da Companhia. O valor efetivamente pago como prêmio foi de R\$ 4.859, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.3.1.

Em 11 de abril de 2024 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, aumento de capital de R\$ 200.000, com a capitalização de reserva estatutária, sem a emissão de novas ações.

c. Destinação dos lucros e dividendos propostos

Nos termos do Estatuto Social, do lucro líquido auferido no exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, até que seu montante atinja 20% do capital social, e 25% do saldo remanescente serão destinados à distribuição do dividendo mínimo obrigatório, obedecendo à prioridade de pagamento dos dividendos fixos.

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações da Controladora, é assim demonstrada:

	2024	2023
Resultado do exercício base para destinação	657.826	642.510
Constituição de reserva legal – 5% do lucro líquido	(32.891)	(32.125)
Resultado do exercício (base de cálculo dos dividendos)	624.935	610.385
Dividendo obrigatório - 25% do lucro líquido	156.234	152.596
Dividendos adicionais propostos	63.042	62.498
Total dos dividendos (i)	219.276	215.094

- (i) A Administração propõe distribuição de dividendos parcial do lucro do exercício e o saldo remanescente, após aprovação em Assembleia, será mantido em reserva de lucros.

Em 11 de abril de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária, o pagamento de dividendos provisionados ao final de 2023, R\$ 152.596 correspondente a 25% do Lucro Líquido de 2023 (ajustado após a destinação da reserva legal), e R\$ 62.498 correspondente a 10,24% do Lucro Líquido de 2023 (ajustado após a destinação da reserva legal), como dividendos adicionais, totalizando R\$ 215.094 e R\$ 0,3199 por ação ordinária de emissão da Companhia. Os dividendos foram integralmente pagos aos acionistas em 23 de abril de 2024.

Adicionalmente, conforme nota explicativa nº 16.5, houve distribuição e pagamento de dividendos por determinadas controladas, que possuem participação acionária de terceiros, no valor de R\$ 18.595.

d. Reservas de lucros

Conforme previsto em Estatuto, a reserva estatutária de investimentos tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia e/ou o pagamento de dividendos futuros aos acionistas ou suas antecipações.

e. Transações de capital

Transações de capital correspondem às transações com os sócios que não transitam pelo resultado da Controladora. Reflete os eventos que afetam as controladas e indiretamente a

controladora por meio de transações de capital. A composição da mutação do exercício refere-se aos itens abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos pagos aos não controladores (i)	(16.996)	(1.141)
Ajustes de combinações de negócios	-	235
Total	(16.996)	(906)

- (i) Devido ao método de aquisição antecipada, os dividendos pagos aos acionistas não controladores são tratados como transação de capital.

f. Ajustes de avaliação patrimonial

Ajustes de avaliação patrimonial incluem, principalmente, as variações líquidas do valor justo de contraprestação contingente de contratos de opções de compra e outras contraprestações contingentes, especificadas no contrato de compra e venda na data de aquisição, as quais são atualizadas a cada período de reporte, as movimentações detalhadas estão divulgadas na nota explicativa nº 31 (a). Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos/passivos a que elas se referem.

	31/12/2024	31/12/2023
Valor justo	(38.231)	(15.608)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.999	5.307
Total	(25.232)	(10.301)

A movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial pode ser assim resumida:

	2024	2023
Em 1º de janeiro	(10.301)	3.266
Valor justo	(22.623)	(20.556)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.692	6.989
Em 31 de dezembro	(25.232)	(10.301)

34 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Ativos consolidados		Valor contábil			Valor justo		
31 de dezembro de 2024	Nota	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros a custo amortizado	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados a valor justo							
Aplicações financeiras (i)	10 e 11	2.944.464	-	2.944.464	2.944.464	-	2.944.464
Instrumentos financeiros derivativos (ii)	34 (c)	119.701	-	119.701	119.701	-	119.701
Total		3.064.165	-	3.064.165	3.064.165	-	3.064.165

Ativos consolidados		Valor contábil			Valor justo
31 de dezembro de 2024	Nota	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros a custo amortizado	Total	Total
Ativos financeiros não mensurados a valor justo					
Caixa e bancos (i)	10	-	82.058	82.058	82.058
Contas a receber	12	-	3.673.122	3.673.122	3.673.122
Empréstimos a receber (iii)	16.3	-	33.296	33.296	33.296
Total		-	3.788.476	3.788.476	3.788.476

- (i) Em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras o valor justo é uma aproximação razoável do valor contábil uma vez que todas as aplicações do Grupo possuem liquidez diária e, portanto, o saldo apresentado pelo banco é exatamente o saldo disponível para utilização.
- (ii) Os contratos de swap foram designados à contabilidade de hedge.
- (iii) Em empréstimos a receber o valor justo é uma aproximação razoável do valor contábil uma vez que todos os contratos possuem prazo de recebimento e índice de correção efetuado mensalmente.

Passivos consolidados		Valor contábil			Valor justo		
31 de dezembro de 2024	Nota	Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Passivos financeiros mensurados a valor justo							
Instrumentos financeiros derivativos (i)	34 (c)	(54.648)	-	(54.648)	(54.648)	-	(54.648)
Aquisição de controladas	31	(441.810)		(441.810)	-	(441.810)	(441.810)
Total		(496.458)	-	(496.458)	(54.648)	(441.810)	(496.458)

Passivos consolidados		Valor contábil			Valor justo
31 de dezembro de 2024	Nota	Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total	Total
Passivos financeiros não avaliados a valor justo					
Fornecedores	22	-	(528.693)	(528.693)	(528.693)
Empréstimos	23	-	(1.092.207)	(1.092.207)	(1.120.680)
Debêntures	24	-	(4.115.085)	(4.115.085)	(4.289.665)
Arrendamentos a pagar	25	-	(304.711)	(304.711)	(304.711)
Outras contas a pagar	32	-	(89.021)	(89.021)	(89.021)
Total		-	(6.129.717)	(6.129.717)	(6.332.770)

(i) Os contratos de swap foram designados à contabilidade de *hedge*.

Ativos consolidados		Valor contábil			Valor justo		
31 de dezembro de 2023	Nota	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros a custo amortizado	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados a valor justo							
Aplicações financeiras	10 e 11	2.189.337	-	2.189.337	2.189.337	-	2.189.337
Total		2.189.337	-	2.189.337	2.189.337	-	2.189.337

Ativos consolidados		Valor contábil			Valor justo
31 de dezembro de 2023	Nota	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros a custo amortizado	Total	Total
Ativos financeiros não mensurados a valor justo					
Caixa e bancos (i)	10	-	67.073	67.073	67.073
Contas a receber	12	-	2.559.580	2.559.580	2.559.580
Empréstimos a receber (ii)	16.3	-	26.193	26.193	26.193
Outros créditos a receber	17	-	164.907	164.907	164.907
Total		-	2.817.753	2.817.753	2.817.753

- (i) Em caixa e equivalentes de caixa o valor justo é uma aproximação razoável do valor contábil uma vez que todas as aplicações do Grupo possuem liquidez diária e, portanto, o saldo apresentado pelo banco é o exatamente saldo disponível para utilização.
- (ii) Em empréstimos a receber o valor justo é uma aproximação razoável do valor contábil uma vez que todos os contratos possuem prazo de recebimento e índice de correção efetuado mensalmente.

Passivos consolidados		Valor contábil			Valor justo		
31 de dezembro de 2023	Nota	Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Passivos financeiros mensurados a valor justo							
Instrumentos financeiros derivativos	34 (c)	(15.588)	-	(15.588)	(15.588)	-	(15.588)
Aquisição de controladas	31	(392.959)	-	(392.959)	-	(392.959)	(392.959)
Total		(408.547)	-	(408.547)	(15.588)	(392.959)	(408.547)

Passivos consolidados		Valor contábil			Valor justo
31 de dezembro de 2023	Nota	Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total	Total
Passivos financeiros não avaliados a valor justo					
Fornecedores	22	-	(173.197)	(173.197)	(173.197)
Empréstimos	23	-	(436.742)	(436.742)	(446.137)
Debêntures	24	-	(2.593.749)	(2.593.749)	(2.692.118)
Arrendamentos a pagar	25	-	(302.575)	(302.575)	(302.575)
Outras contas a pagar	32	-	(50.204)	(50.204)	(50.204)
Total		-	(3.556.467)	(3.556.467)	(3.664.231)

Nível 1 - O valor justo dos ativos negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes) é baseado nos preços de mercado cotados na data do balanço patrimonial. Os ativos incluídos no Nível 1 compreendem principalmente os investimentos patrimoniais do IBOVESPA 50 classificados como títulos para negociação ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Nível 2 - O valor justo de ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado usando técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele será incluído no Nível 2.

Nível 3 - Se uma ou mais informações relevantes não forem baseadas em dados adotados pelo mercado, como investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo é incluído no Nível 3.

b. Mensuração do valor justo

(i) Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 e 3 para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, assim como os *inputs* não observáveis significativos utilizados. Os processos de avaliação estão descritos na nota explicativa nº 8.7 demonstrações financeiras Individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023, publicadas em 05 de março de 2024.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Tipo	Técnicas de Avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significantes não observáveis e mensuração do valor justo
Swap	Modelos de <i>swap</i> : o valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de <i>swap</i> , preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelo participante do mercado para esta finalidade ao precificar <i>swaps</i> de taxa de juros. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito do Grupo e da contraparte, calculado com base nos spreads de crédito derivados de <i>credit default swaps</i> ou preços atuais de títulos negociados.	Não aplicável.	Não aplicável.
Passivo de aquisições de Opções de compra	Fluxo de Caixa Descontado: o modelo de avaliação utiliza projeção de até 10 anos, embora o vencimento das opções se dê entre 1 e 4 anos. Os fluxos de caixa são descontados utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco. Adicionalmente a esta metodologia, foi adotado o <i>Scenario Based Model</i> , no qual há uma projeção de cenário base, um cenário otimista e um cenário pessimista, sendo considerado o valor médio das opções desses cenários. O cálculo é anual, com base no mês de junho, e é corrigido trimestralmente pela taxa de desconto utilizada no cálculo.	Crescimento da receita período inicial: (2024: 12,9% a (27,2%), média 3,1%; 2023: 16,7% a 7,8%, média 12,5%). Margem EBITDA projetada: (2024: 18,2% a (4,9%), média 9,2%; 2023: 19,9% a 13,1%, média 7,9%). Taxa de desconto ajustada ao risco: (2024: 11,12% a 11,81%, média 11,47%; 2023: 11,88%, média 11,88%).	O valor justo das opções subiria (cairia) se: A estimativa de crescimento da receita fosse maior (menor) A estimativa de margem EBITDA fosse maior (menor) A taxa de desconto fosse menor (maior)
Passivo de aquisições de controladas - <i>earn-outs</i>	Fluxo de Caixa Descontado: o modelo de avaliação utiliza projeção de até 10 anos, embora o vencimento dos <i>earn-outs</i> se dê entre 1 e 5 anos. Os fluxos de caixa são descontados utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco. Adicionalmente a esta metodologia, foi adotado o <i>Scenario Based Model</i> , no qual há uma projeção de cenário base, um cenário otimista e um cenário pessimista, sendo considerado o valor médio das opções desses cenários. O cálculo é anual, com base no mês de junho, e é corrigido trimestralmente pela taxa de desconto utilizada no cálculo.	Crescimento da receita período inicial: (2024: 12,9% a (27,2%), média 3,1%; 2023: 16,7% a 7,8%, média 12,5%;). Margem EBITDA projetada: (2024: 18,2% a (4,9%), média 9,2%; 2023: 19,9% a 13,1%, média 7,9%;). Taxa de desconto ajustada ao risco (2024: 11,12% a 11,81%, média 11,47%; 2023: 11,88%, média 11,88%;).	O valor justo dos <i>earn-outs</i> subiria (cairia) se: A estimativa de crescimento da receita fosse maior (menor) A estimativa de margem EBITDA fosse maior (menor) A taxa de desconto fosse menor (maior)

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito (veja (c)(ii));
- Risco de liquidez (veja (c)(iii)); e
- Risco de mercado (veja (c)(iv)).

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os empregados tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco do Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

Contas a receber

A exposição o Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Detalhes sobre a concentração de receita estão na nota explicativa nº 12.

O Grupo limita a sua exposição ao risco de crédito do contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de um e três meses para clientes individuais e corporativos, respectivamente.

O Grupo não exige garantias com relação ao contas a receber de clientes e outros recebíveis. O Grupo não tem contas a receber de clientes e ativos de contrato para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor contábil do cliente mais relevante do Grupo (uma mineradora) é de R\$ 159.026. Em 31 de dezembro de 2023 era R\$ 137.562 (uma petroquímica).

Avaliação da perda esperada de crédito de clientes**a. Ativos financeiros contratuais**

O Grupo utiliza a abordagem simplificada do CPC 48 / IFRS 9 para mensuração do valor recuperável do contas a receber de clientes pelas suas características de não conterem

componentes significativos de financiamento, desta forma, o cálculo é baseado numa matriz de riscos para a mensuração da perda de crédito esperada com o contas a receber de clientes.

As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de “rolagem” com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa. As taxas de rolagem são calculadas separadamente para exposições em clientes em diferentes situações tais como aqueles que estão em recuperação judicial, ação judicial ou falência. Levamos em conta o *rating*, para clientes que divulgam tal informação, e percentuais mais conservadores para aqueles que não divulgam o *rating*.

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber de clientes e ativos contratuais para clientes individuais em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

Em 31 de dezembro de 2024	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão Para perda estimada
A vencer	1,35%	2.185.885	(29.509)
Vencido de 1-30 dias	3,19%	110.566	(3.527)
Vencido de 31-60 dias	13,07%	28.455	(3.719)
Vencido de 61-90 dias	20,97%	10.279	(2.156)
Vencido de 91-180 dias	44,10%	29.247	(12.898)
Vencido de 181-360 dias	50,13%	24.008	(12.035)
Mais de 360 dias	55,74%	83.657	(46.629)
Total		2.472.097	(110.473)

Em 31 de dezembro de 2023	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão Para perda estimada
A vencer	1,73%	1.384.809	(23.957)
Vencido de 1-30 dias	2,33%	94.524	(2.202)
Vencido de 31-60 dias	10,66%	28.414	(3.029)
Vencido de 61-90 dias	17,77%	11.319	(2.011)
Vencido de 91-180 dias	45,81%	18.981	(8.695)
Vencido de 181-360 dias	61,43%	12.665	(7.780)
Mais de 360 dias	58,43%	65.543	(38.300)
Total		1.616.255	(85.974)

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos sete anos. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão do Grupo sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

b. Ativos financeiros não contratuais

O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (veja notas explicativas nº 10 e 11). As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado. O “caixa e equivalentes de caixa” e “aplicações financeiras” são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre BB- e AAA, baseado nas agências de rating de crédito Fitch e Moody’s.

O Grupo adota como premissas para determinação da perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiro não contratuais as seguintes:

- Um ativo financeiro não tem risco de crédito quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento” ou que tenha o mesmo grau de risco que a República Federativa do Brasil. O Grupo considera que esta seja baa3 ou superior pela agência de rating de crédito moody’s ou bbb- ou superior pela agência de rating de crédito fitchs;
- Para os ativos financeiro com risco dentro da definição de classificação de risco de crédito globalmente aceita de “grau especulativo”, o Grupo adota uma matriz escalonada de 0,1% a 58,54% a ser aplicada sobre o saldo dos ativos financeiros; e
- Para os ativos financeiros com rating classificado como “risco de default” pelas agências, o Grupo considera 100% como provisão para perda por redução ao valor recuperável.

O *impairment* estimado no caixa e equivalentes de caixa foi calculado com base na perda esperada de 12 meses e reflete os curtos prazos de vencimento das exposições de risco. O Grupo considera que o caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras não possuem risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes.

c. Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de relacionamento do Grupo. Atualmente, os derivativos são apenas com o Banco Citi e Santander.

A seguir são descritos os tipos de contratos vigentes e os respectivos riscos protegidos (*hedge* de fluxo de caixa):

- (i) Contratos de crédito Resolução Bacen nº 4131 com Banco Citibank e Santander:

Swap: ponta ativa e passiva do Grupo que considera “variação cambial USD + taxa USD SOFR 3 meses” *versus* ponta passiva do Grupo que considera “100% do CDI + taxa prefixada ao ano”, com o objetivo de proteger o Grupo de oscilações de câmbio e juros em moeda estrangeira oriundos de uma dívida contratada em dólar.

		Consolidado			
		Valor nominal		Valor justo	
Proteção de dívida	Moeda	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos					
(i) Resolução Bacen nº 4131	R\$	781.950	123.222	904.801	113.771
Subtotal				904.801	113.771
Passivos					
(i) Resolução Bacen nº 4131	R\$	781.950	123.222	839.748	129.359
Subtotal				839.748	129.359
Total				65.053	(15.588)

As operações com *swap* efetuadas pelo Grupo visam à proteção dos empréstimos pactuados em moeda estrangeira quanto ao risco de flutuações cambiais e em taxas de juros internacionais, convertendo a totalidade da operação a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), acrescido de juros entre 1,4% a 1,9% ao ano, seguindo assim critérios de gestão de riscos demonstrados no quadro abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Operações líquidas com swap – Ativo	119.701	-
Operações líquidas com swap – Passivo	(54.648)	(15.588)
Total	65.053	(15.588)
Ativo não circulante	119.701	-
Passivo circulante	(54.648)	(10.764)
Passivo não circulante	-	(4.824)

Os montantes registrados no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2024 apresentam os seguintes cronogramas de liquidações até 2031:

Vencimento	31/12/2024
2026	(48.073)
2027	(24.739)
2028	25.099
2029	71.924
2030	52.066
2031	43.424
Total	119.701

Ressalta-se que o *swap* a valor justo (MtM) não representa a obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação, quando será apurado o resultado, conforme o caso e as condições de mercado nas referidas datas.

Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos

	Consolidado	
	2024	2023
Em 1º de janeiro	(15.588)	(141)
Ganho (perda) reconhecida no resultado	166.536	(22.758)
(Perda) reconhecido no ORA	(35.367)	(819)
Recursos provenientes da liquidação de derivativos	(50.528)	8.130
Em 31 de dezembro	65.053	(15.588)

Designação da contabilidade de hedge

O Grupo optou por designar a partir de 1º de abril de 2021 a contabilidade de *hedge* de acordo com o CPC 48 / IFRS 9. O Grupo documenta a relação de proteção, o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para o *hedge*, identificando o instrumento, o item protegido, a natureza do risco que está sendo protegido e avalia se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge*. Isso exige que o Grupo assegure que as relações de *hedge* estejam alinhadas com seus objetivos e estratégias de gestão de risco que visam proteger o fluxo de caixa e o patrimônio do Grupo contra oscilações de taxas de câmbio e de juros.

O Grupo utiliza contratos de *swap* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa. A ponta ativa do Grupo considera “variação cambial USD + taxa USD SOFR 3 meses (ou taxa prefixada)” e a ponta passiva do Grupo sendo “100% do CDI + taxa prefixada ao ano”, com o objetivo de proteger o Grupo de oscilações de câmbio e juros em moeda estrangeira oriundos de uma dívida contratada em dólar.

A parcela efetiva das variações no valor justo dos instrumentos de *hedge* é acumulada em uma reserva de *hedge* de fluxo de caixa como componente separado dentro do patrimônio líquido (ORA). De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, tais valores são reclassificados para o resultado no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados afetam o resultado como um ajuste de reclassificação.

O Grupo realiza uma avaliação qualitativa de efetividade do *hedge*, que é determinada por meio de avaliações periódicas prospectivas para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*.

O Grupo contrata *swaps* com termos críticos que são idênticos ao item protegido, como taxa de referência, datas de redefinição, datas de pagamento, vencimentos e valor de referência. Como existe correspondência de todos os termos essenciais durante o período, a relação econômica foi 100% eficaz e, portanto, não apresentou parcela inefetiva a ser reconhecida no resultado. A gestão da exposição é realizada pela tesouraria do Grupo.

Garantias

A política da Controladora é fornecer garantias financeiras somente obrigações das suas controladas. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Controladora havia emitido garantias para certos bancos em relação às linhas de crédito concedidas as suas controladas (veja nota explicativa nº 16.6).

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo. O Grupo busca manter o nível de seu ‘Caixa e equivalentes de Caixa’ e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto ‘Fornecedores’) para os próximos 30 dias. O Grupo monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do ‘Contas a receber de clientes e outros recebíveis’ em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à ‘Fornecedores e Salários e encargos’.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras consolidadas. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Consolidado

Em 31 de dezembro de 2024	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa financeiro	Valor contábil
Fornecedores	528.693	-	-	-	528.693	528.693
Outras contas a pagar	71.266	17.755	-	-	89.021	89.021
Empréstimos	203.060	434.788	867.626	-	1.505.474	1.092.207
Debêntures	785.516	2.038.298	2.592.291	-	5.416.105	4.115.085
Arrendamento a pagar	75.523	125.311	101.223	17.652	319.709	294.821
Aquisições de controladas	312.779	195.036	30.628	-	538.443	441.810
Total	1.976.837	2.811.188	3.591.768	17.652	8.397.445	6.561.637

Consolidado

Em 31 de dezembro de 2023	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa financeiro	Valor contábil
Fornecedores	173.197	-	-	-	173.197	173.197
Outras contas a pagar	49.069	1.135	-	-	50.204	50.204
Empréstimos	216.924	271.310	47.867	-	536.101	436.742
Debêntures	580.075	1.200.056	1.367.327	148.439	3.295.897	2.593.749
Arrendamento a pagar	70.062	118.780	100.288	49.156	338.286	302.575
Aquisições de controladas	156.338	152.257	137.485	-	446.080	392.959
Total	1.245.665	1.743.538	1.652.967	197.595	4.839.765	3.949.426

Os fluxos de entradas/(saídas), divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros não derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta.

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 23 e 24, o Grupo tem empréstimos bancários e debêntures que contém cláusula contratual restritiva (*covenant*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que o Grupo pague o empréstimo antes da data indicada na tabela acima. A cláusula contratual restritiva é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Os pagamentos de juros sobre empréstimos a uma taxa de juros pós-fixada e os títulos de dívida incluídos na tabela acima refletem as taxas de juros de mercado a termo na data do balanço e estes montantes podem mudar na medida em que as taxas de juros pós-fixadas mudem.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco.

Risco cambial

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional do Grupo.

O risco cambial decorre da exposição do Grupo a variações ao dólar dos Estados Unidos em função de empréstimos captados em tal moeda (nota explicativa nº 23 (a) (i)). A política de gestão de risco é realizar *hedge* de 100% de sua exposição cambial por meio de instrumento financeiro derivativo adequado, a ser realizado pela tesouraria do Grupo.

Desta forma, os empréstimos celebrados em moeda estrangeira estão integralmente protegidos por *swap* cambial e que equipara estes instrumentos financeiros a outros expostos à variação do CDI.

A Administração julga que qualquer reflexo de variação cambial sobre a exposição do Grupo à variação cambial não geraria efeitos materiais para suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Por isso, não divulgou a análise de sensibilidade decorrente desse assunto.

Veja abaixo a exposição do Grupo ao risco de câmbio e para mais detalhes sobre os instrumentos contratados para cobrir essa exposição, veja nota explicativa nº 34 (c)(i):

31 de dezembro de 2024	Vencimento 1 a 6 meses	6 a 12 meses	Mais de um ano
Risco Cambial			
Contratos de Empréstimos			
Exposição líquida	-	-	878.783
31 de dezembro de 2023	Vencimento 1 a 6 meses	6 a 12 meses	Mais de um ano
Risco Cambial			
Contratos de Empréstimos			
Exposição líquida	24.572	24.572	61.431

(v) Risco de taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentariam as despesas financeiras relativas a passivos captados no mercado. As taxas de juros sobre empréstimos estão mencionadas na nota explicativa nº 23. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas nas notas explicativas nº 10 e 11. O Grupo não pactua contratos de derivativos para fazer *hedge* contra o risco de taxa de juros que envolvam CDI, todavia, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Exposição à taxa CDI	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Certificados de depósito bancário	2.944.464	2.189.337
Passivo		
Empréstimos para capital de giro	(210.558)	(318.890)
Operações com <i>swap</i>	(886.487)	(112.194)
Notas comerciais	-	(5.658)
Debêntures	<u>(4.115.085)</u>	<u>(2.593.749)</u>
Exposição líquida	<u>(2.267.666)</u>	<u>(841.154)</u>

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos contratados pelo Grupo, bem como de suas aplicações financeiras. Existem também os contratos de mútuos que são atrelados ao CDI no montante de R\$ 33.296 (nota explicativa 14.3, R\$ 26.193 em 31 de dezembro de 2023), os quais não evidenciamos a análise de sensibilidade por entender que o efeito não é relevante.

Operação	Montantes	Risco	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Capital de giro sujeito à variação do CDI	(210.558)	Alta do CDI	(24.741)	(25.793)	(26.846)
Operações com <i>swap</i> sujeitas à variação do CDI	(886.487)	Alta do CDI	(104.162)	(108.595)	(113.027)
Debêntures sujeitas à variação do CDI	(4.115.085)	Alta do CDI	<u>(483.522)</u>	<u>(504.098)</u>	<u>(524.673)</u>
Subtotal			<u>(612.425)</u>	<u>(638.486)</u>	<u>(664.546)</u>
Aplicações sujeitas à variação do CDI	2.944.464	Baixa do CDI	345.975	360.697	375.419
Subtotal			<u>345.975</u>	<u>360.697</u>	<u>375.419</u>
Exposição líquida	(2.267.666)		<u>(266.450)</u>	<u>(277.789)</u>	<u>(289.127)</u>

Indexador	Queda de 100 bps	Queda de 50 bps	Cenário provável	Aumento de 50 bps	Aumento de 100 bps
CDI	10,75%	11,25%	11,75%	12,25%	12,75%

- (ii) Juros calculados com base no Relatório Focus do Banco Central do Brasil, de 27 de dezembro de 2024 (com base na mediana agregada das expectativas para a taxa referencial - Selic - para o final de 2024).
- (iii) Juros calculados considerando aumento de 50 bps na variação do CDI - com base nos últimos ajustes do Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil (cuja moda da que está na base recorrente corresponde a 50 bps).
- (iv) Juros calculados considerando aumento de 100 bps na variação do CDI - com base nos últimos ajustes do Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil (que consideraria dois ajustes consecutivos de base de 50 bps - conforme item (ii), acima).

35 Receita líquida dos serviços prestados e mercadorias vendidas

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, o Grupo gera receita operacional principalmente pela prestação de serviços de segurança patrimonial, higienização e limpeza, logística *indoor*, segurança eletrônica, implantação, operação e manutenção predial, hotelaria marítima. Adicionalmente são geradas receitas em menor volume oriundas de serviços de cozinha, venda de refeições, manutenção de rodovias, mão de obra temporária, promoção de vendas, manutenção de redes de telefonia e construção de rede de distribuição de energia e manutenção de rede energizada.

a. Fluxo de receitas e desagregação

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta		
Receita bruta de serviços	13.717.861	11.198.559
Receita bruta de vendas	2.184.230	309.727
Subtotal	15.902.091	11.508.286
Impostos sobre a receita		
ISS	(526.761)	(430.068)
COFINS (i)	(415.625)	(351.996)
PIS (i)	(89.001)	(75.775)
ICMS	(96.335)	(19.293)
Subtotal	(1.127.722)	(877.132)
Receita líquida (ii)	14.774.369	10.631.154

- (i) Os valores de PIS e COFINS são apresentados em valores líquidos dos créditos de insumos do regime não cumulativo.
- (ii) A receita líquida é apurada integralmente, com todos os encargos sem limitação na base de cálculo, uma vez que a provisão do Perse afeta a obrigação a pagar com tributos.

b. Receitas líquidas por tipo de serviço e vendas

	Consolidado					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Receita de serviços	Receita de vendas	Total	Receita de serviços	Receita de vendas	Total
<i>Facilities</i>	4.598.625	6.291	4.604.916	3.880.159	2.155	3.882.314
Manutenção e serviços industriais	3.470.954	48.572	3.519.526	2.586.219	39.967	2.626.185
Segurança	3.248.092	-	3.248.092	2.942.770	-	2.942.770
Alimentação	317.938	2.125.764	2.443.702	151.342	258.977	410.319
Logística indoor	954.183	3.602	957.785	760.690	8.628	769.318
Outros	348	-	348	247	-	247
Receita líquida	12.590.140	2.184.229	14.774.369	10.321.427	309.727	10.631.154

c. Receitas líquidas por operações

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de operações orgânicas	6.875.282	5.383.276
Receita líquida de operações inorgânicas (i)	7.899.087	5.247.878
Receita líquida	14.774.369	10.631.154

- (i) As receitas das operações inorgânicas correspondem a todos os acordos com clientes celebrados em conjunto com as empresas adquiridas, sem prazo definido. Nesse sentido, os novos contratos assinados após a data de aquisição são considerados “orgânicos”. A abertura da receita líquida de operações inorgânicas por safras, que incluem os contratos com clientes celebrados em conjunto com as empresas adquiridas, sem prazo definido:

Receita líquida - Operações inorgânicas (Safras)	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Antes de 2023	3.956.085	4.815.879
2023	1.087.439	431.999
2024	2.855.563	-
Receita líquida	7.899.087	5.247.878

d. Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente, como segue:

Tipo de produto/serviço	A natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita
Serviços em geral*	Os contratos são assinados geralmente com base no número acordado de horas por mês de determinados serviços prestados por determinadas equipes. Os contratos são geralmente de 12 a 36 meses, contendo opção de renovação automática. O pagamento deve ser efetuado mensalmente. As medições dos serviços prestados são efetuadas e suas receitas reconhecidas no final do mês, no momento em que o serviço foi prestado. As faturas são emitidas e pagas de acordo com o prazo estipulado em contrato com os clientes, adicionalmente temos negociações diversas como reajuste contratual, serviços extras, aditivos, que são faturados após a liberação do cliente e podem ultrapassar 30 dias. Serviços adicionais são considerados em contrato.	Os serviços sob um único contrato serão alocados com base em seus preços de venda individuais em cada período. A receita é reconhecida durante o tempo em que o serviço é prestado. O estágio de conclusão determina o montante da receita a ser reconhecida e é avaliado com base na medição do trabalho realizado. Se o serviço sob um contrato específico é prestado em diferentes períodos de reporte então a consideração é alocada com base no estágio da medição. Para consideração variável, o serviço prestado até a data de reporte é monitorado, medido e faturado ao cliente.
Vendas	Representadas em sua maioria pela preparação e vendas de refeições, os contratos são assinados geralmente com base no número de refeições fornecidas por mês. Os contratos são geralmente de 12 meses e podem ou não ser renovados. O pagamento deve ser efetuado mensalmente. As medições das refeições fornecidas são efetuadas e suas receitas reconhecidas no final do mês. As faturas são emitidas posteriormente e pagas normalmente no máximo em 30 dias. Um volume menor da receita decorre da venda ao varejo, através de restaurantes próprios e franqueados, localizados em terminais rodoviários.	As receitas de vendas são reconhecidas no momento da compra pelo cliente, quando a mercadoria está entregue, aceita pelo cliente, e os riscos e benefícios relacionados à mercadoria foram transferidos. Em sua parte substancial, tratam-se de contratos de venda de refeições, em refeitórios, nos quais efetuam-se as medições por volume de refeições vendidas ao mês. Além disso, existem vendas pontuais de materiais específicos como, por exemplo, itens de segurança eletrônica e manutenção e vendas de alimentos no varejo..

(*) Os serviços em geral referem-se a: (i) segurança patrimonial; (ii) higienização e serviços de limpeza (*facilities*); (iii) logística indoor; (iv) serviços de segurança eletrônica, implantação, operação e manutenção predial; (v) serviço de hotelaria marítima (em plataformas petrolíferas); (vi) serviços de cozinha e venda de refeições (quando eles não abrangem a venda de refeições); e (vii) construção de rede de distribuição de energia e manutenção de rede energizada.

36 Custos dos serviços prestados, despesas gerais e administrativas, outras receitas e despesas operacionais

O Grupo optou por apresentar a abertura dos gastos, em seu consolidado, por natureza:

a. Gastos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custos com pessoal (vi)	-	-	(8.240.488)	(6.545.864)
Benefícios a empregados (i)	-	-	(1.716.162)	(1.239.808)
Provisão para bônus	-	-	(150.728)	(161.656)
Prêmio do plano de opção de compra de ações (iii)	-	-	(4.859)	(3.087)
Custo das mercadorias vendidas	-	-	(1.055.205)	(165.509)
Manutenções e serviços de terceiros	(377)	(282)	(625.332)	(366.628)
Aluguéis (ii)	-	-	(460.742)	(298.048)
Materiais e insumos	-	-	(366.133)	(320.348)
Reversão para contingências trabalhistas	-	-	5.080	7.905
(Provisão) para contingências não trabalhistas	-	-	(13.382)	(3.508)
Pagamentos ações não trabalhistas	-	-	(12.734)	(5.651)
Pagamentos ações trabalhistas	-	-	(290.751)	(152.248)
Provisão riscos fiscais	-	-	-	(10)
Impostos e taxas	-	(2)	(91.525)	(65.484)
Perdas com clientes	-	-	(57.790)	(41.893)
Reversão (Provisão) para perda esperada dos serviços faturados (iv)	-	-	1.829	(5.990)
Reversão de provisão para perda esperada dos serviços a faturar (iv)	-	-	5	9.372
Reversão de tributo <i>sub judice</i>	-	1.208	101.816	133.103
Constituição de débitos tributários	-	-	(639)	(2.680)
Depreciação e amortização de imobilizado, intangível e direito de uso em arrendamentos	-	-	(217.874)	(111.608)
Amortização - carteira de clientes, marcas, acordo de não-concorrência e mais valia de ativo fixo	-	-	(177.119)	(127.121)
Atualização e baixas de ativos indenizatórios e passivos contingentes (v)	-	-	(21.493)	19.245
Atualização <i>earn-out</i>	-	-	(5.438)	5.367
Baixa <i>earn-out</i>	-	-	52.418	7.205
Despesas com aquisição de controladas	-	-	(28.275)	(20.010)
Conciliação de saldos a receber	-	(200)	-	(971)
Despesas com telefonia e viagem	-	-	(72.530)	(36.150)
Despesas com seguros	-	-	(19.932)	(11.239)
Despesas de consumo	-	-	(33.610)	(16.893)
Compra vantajosa	-	-	-	13.150
Conciliação de saldos de adquiridas	-	-	6.667	(3.823)
Venda de ativos operacionais	-	-	11.289	7.950
Restituição de créditos fiscais	-	-	480	26
Doações	-	-	109	-
Baixa repasse de superveniência	-	-	1.654	-
Recebimento de ativo superveniente	-	-	3.000	-
Outros	(231)	(316)	(17.239)	9.982
Total	(608)	408	(13.495.633)	(9.492.922)
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	-	-	(12.538.016)	(8.793.786)
Despesas gerais e administrativas	(608)	(558)	(1.091.047)	(833.770)
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	-	-	1.834	3.382
Outras receitas operacionais (vii)	-	1.208	204.493	187.709
Outras despesas operacionais	-	(242)	(72.897)	(56.457)
Total	(608)	408	(13.495.633)	(9.492.922)

- (i) São considerados benefícios a empregados valores relacionados a: vale-alimentação, vale-refeição, vale-transporte e assistência médica e odontológica.
- (ii) Veja nota explicativa nº 39.
- (iii) Veja nota explicativa nº 33 (b).
- (iv) Veja nota explicativa nº 12.
- (v) Refere-se substancialmente à atualizações e baixas de passivos contingentes identificados no momento da aquisição de controladas, com prognóstico de realização possível, sendo as reavaliações efetuadas de acordo com o novo posicionamento dos assessores legais do Grupo e de acordo com a prescrição dos riscos tributários. A principal baixa de contingência e riscos tributários foi das adquiridas Comau e Global Empregos, decorrente de decisão favorável à manifestação de inconformidade, cujo objeto era a reforma de despacho decisório que denegou pedido de restituição de créditos, apresentado pelas adquiridas.
- (vi) Os custos com pessoal são apurados integralmente, com todos os encargos sem limitação na base de cálculo, uma vez que a provisão do Sistema “S” afeta a obrigação a pagar com salários e encargos.
- (vii) Do total de outras receitas, os principais montantes referem-se a reversão de tributo sub judice de R\$ 101.816 (R\$ 133.103 em 2023), baixa earn-out de R\$ 52.418 (R\$ 7.205 em 2023) e recebimento de ativo superveniente de R\$ 3.000 (não ocorrido em 2023).

37 Resultado financeiro

Receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Rendimentos de aplicações financeiras	-	-	271.289	318.248
Atualização monetária de ativos	470	675	66.862	50.073
Resultado com swap – (i)	-	-	22.556	-
Resultado com swap – MTM (i)	-	-	143.980	-
Variação cambial (i)	-	-	38.147	22.525
Reversão de juros sobre tributos sub judice	-	162	24.549	45.193
Juros recebidos	-	-	7.025	10.788
Outras receitas financeiras	-	3	1.497	1.155
Total	470	840	575.905	447.982

Despesas financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Juros sobre empréstimos	-	-	(79.884)	(65.388)
Juros sobre debêntures	-	-	(417.199)	(377.247)
Despesas bancárias	-	-	(3.817)	(3.646)
Resultado MTM (i)	-	-	-	(22.758)
Variação cambial (i)	-	-	(220.723)	(12.650)
Variação cambial de dívida de aquisição	-	-	(11.107)	-
Juros sobre tributos sub judice	-	(65)	(40.714)	(43.433)
Juros sobre Sistema “S”	-	-	(42.242)	(56.730)
Juros sobre Perse	-	-	(10.173)	-
Juros sobre dívidas de aquisições	-	-	(12.459)	(14.118)
Juros sobre arrendamentos a pagar	-	-	(17.800)	(6.325)
Juros sobre parcelamentos	-	(1)	(5.365)	(8.892)
Tributos sobre operações financeiras	-	-	(15.426)	(19.584)
Descontos concedidos	-	-	(3.761)	(17.334)
Apropriação de custo incorrido com emissão de empréstimos e debêntures	-	-	(8.613)	(5.009)
Outras despesas financeiras	(22)	(32)	(10.834)	(17.374)
Total	(22)	(98)	(900.117)	(670.488)

- (i) O Grupo possui operações de empréstimo em moeda estrangeira denominado em US\$ (Dólar), mas com *swap* em montante condizente com o fluxo de caixa futuro estimado, eliminando a variação de moeda estrangeira e convertendo a totalidade da operação a 100% da remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), acrescido de juros de 1,96% a 2,47% ao ano, obedecendo aos critérios de gestão de riscos. As operações com derivativos são designadas para a contabilidade de *hedge* e toda a volatilidade é demonstrada em Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido (nota explicativa nº 34 (c)).

38 Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação básico é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

A seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

(i) Lucro básico e diluído por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício:

Data base	Lucro líquido atribuído aos detentores das ações ordinárias	Média ponderada de ações	Lucro por ação
31/12/2024	657.826	674.282.632	0,98
31/12/2023	642.510	671.664.493	0,96

39 Arrendamentos operacionais

a. Arrendamentos como arrendatário

O Grupo arrenda uma série de veículos e máquinas para operação, alocadas em contrato, sob arrendamentos operacionais. Esses contratos de arrendamentos operacionais não transferem riscos e recompensas ao usuário dos ativos e foram excluídos da aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS 16. Os pagamentos de arrendamentos são reajustados anualmente para refletir os valores de mercado. Para certos arrendamentos operacionais, o Grupo é impedido de entrar em qualquer contrato de subarrendamento.

O aluguel pago ao arrendador é ajustado de acordo com os preços de mercado, em intervalos regulares, e o Grupo não participa no valor residual dos bens arrendados. Consequentemente, foi determinado que basicamente todos os riscos e benefícios dos ativos são do arrendador.

(i) Pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2024, os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos não canceláveis são como segue:

	<u>Consolidado</u>
	31/12/2024
Menos de um ano	391.904
Entre um e cinco anos	649.803
Total	<u>1.041.707</u>

40 Transações que não afetam o caixa

A seguir, relacionamos as transações do exercício que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido sobre <i>hedge</i>	23.342	541	23.342	541
Ajuste ao valor justo de <i>call options</i> de aquisições (i)	22.623	20.556	22.623	20.556
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	156.234	152.596	156.234	152.596
Constituição de dividendos adicionais propostos	-	62.498	-	62.498
Dividendos desproporcionais nas controladas - transação de capital na Controladora	18.595	2.015	-	-
Passivo financeiro por aquisição de controlada	-	-	162.958	130.594
Aumento de capital sem emissão de novas ações	200.000	-	200.000	-
Atualização de contingência em contrapartida a ativo indenizatório	-	-	250	4.650

(i) Veja notas explicativas nº 31 (a) e 33 (f).

41 Eventos subsequentes

a) Aquisição de controlada

Em 20 de fevereiro de 2025 foi celebrado contrato de compra e venda de 100% das quotas da sociedade RHMED Consultores Associados S.A., pela controlada Top Service Serviços e Sistemas S.A. Na mesma data, ocorreu o pagamento a título de sinal no montante de R\$ 1.300. A RHMED oferece serviços de saúde ocupacional, segurança do trabalho e atenção primária à saúde, com forte atuação nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A conclusão da aquisição está condicionada ao cumprimento de obrigações e condições precedentes usuais nesse tipo de operação, incluindo sua submissão à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Declaração dos diretores

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, os Diretores Estatutários da Companhia declaram que (a) revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GPS Participações e Empreendimentos S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e (b) revisaram, discutiram e concordaram com a opinião apresentada no relatório de auditoria da KPMG Auditores Independentes Ltda., emitido em 27 de fevereiro de 2025, sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

* * *

Luis Carlos Martinez Romero
Presidente

Guilherme Nascimento Robortella
Diretor Financeiro

Anderson Nunes da Silva
Controller - CRC: 1SP232030/O-9

**RELATÓRIO ANUAL
COMITÊ DE AUDITORIA**

Exercício Social 2024



São Paulo, fevereiro de 2025

Comitê de Auditoria

Carlos Asciutti
Daniel Loria
Pedro Sales

Geisimar Melo

Para: José Caetano Lacerda
*Presidente do Conselho de
Administração*

Luis Martinez
Presidente

Marcelo Hampshire
Vice-Presidente

Cc: Maria Elsa Bernhoeft
*Diretora de Relações com
Investidores*

Anderson Silva
Diretor de Controladoria

Guilherme Robortella
Diretor Financeiro

De: Comitê de Auditoria

Data: Fevereiro de 2025

CONTEXTUALIZAÇÃO

Em 26 de abril de 2021, a GPS Empreendimentos e Participações S.A. (“Grupo GPS” ou “Companhia”) realizou sua oferta pública inicial de ações mediante listagem no Novo Mercado da B3 e, desde então, segue ajustando continuamente seus processos e controles aos níveis de exigência do mercado de valores mobiliários.

Como parte do processo de evolução da governança corporativa do Grupo GPS, alinhamento às melhores práticas internacionais e atendimento à regulação do Novo Mercado, em 19 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a instalação do Comitê de Auditoria (“Comitê” ou “CoAud”).

Conforme regulamentação do Artigo 22 do Regulamento do Novo Mercado, foi instalado o Comitê de Auditoria do Grupo GPS, como órgão não-estatutário, o qual deve:

- I - Ser órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento;
- II - Possuir regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, que preveja detalhadamente suas funções, bem como seus procedimentos operacionais; e
- III - Possuir coordenador, cujas atividades devem estar definidas no regimento interno.

O Comitê de Auditoria redigiu e obedece a seu Regulamento Interno de forma consistente com o Regulamento do Novo Mercado. Como a Companhia não possui valores mobiliários negociados no exterior, não são aplicáveis ao Comitê legislação e regulamentação estrangeira.

COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em concordância com o Artigo 22, inciso V, do Regulamento do Novo Mercado e com o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, o Comitê deve ser composto por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo que:

- a) ao menos 1 (um) membro deve ser conselheiro independente da companhia, conforme definição constante do Regulamento do Novo Mercado e do Regimento Interno do CoAud;
- b) ao menos 1 (um) membro deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela CVM que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes; e,
- c) o mesmo membro do comitê de auditoria poderá acumular as duas características previstas nas alíneas a) e b) acima.

A seleção dos membros externos foi conduzida pelo Conselho de Administração e resultou na atual composição do CoAud.

NOME	FUNÇÃO	INDEPENDENTE	MEMBRO DESDE	PARTICIPAÇÃO *
CARLOS ASCIUTTI	Membro Externo, Coordenador do Comitê Especialista em Contabilidade Societária.	SIM	Agosto de 2022	100%
DANIEL LORIA	Membro Externo	SIM	Fevereiro de 2021	100%
PEDRO SALES	Membro Externo	SIM	Abril de 2023	100%

* Período de Janeiro a Dezembro de 2024.

ATRIBUIÇÕES DO COMITÊ

O Comitê de Auditoria do Grupo GPS é um órgão de assessoramento do Conselho de Administração, tendo como objetivos supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos, e as atividades dos auditores internos e independentes.

As funções e responsabilidades do Comitê são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis e definidas no seu Regimento Interno.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos Auditores Independentes, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento. A preocupação com a transparência é, e deve ser, uma pauta contínua em sua agenda, e não se medirão esforços para manter os processos de negócios da Companhia atualizados, contingenciados e disponíveis de forma harmônica.

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO EM 2023

No planejamento e execução dos seus trabalhos, o CoAud se propôs a conhecer os processos *core* do Grupo GPS e a cumprir os pontos mais relevantes para a Companhia dentre suas competências previstas no Regimento Interno. A seguir é apresentado um resumo dos pontos abordados e respectivas ações executadas:

I – Supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros

A Administração da Companhia é responsável pela condução e análise dos dados financeiros. De maneira tempestiva, com cronograma estruturado de atividades e análises são elaborados, mensalmente, o acompanhamento dos fechamentos mensais e, trimestralmente, a análise depurada de dados relevantes em conjunto com a elaboração dos Relatórios Trimestrais e Anuais.

A KPMG é a empresa de auditoria independente responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil; durante todo o período coberto por este relatório, o Comitê trabalhou regularmente com a KPMG, notadamente por meio de:

- ➔ Análise das informações trimestrais relativas aos períodos encerrados em dezembro de 2023, março, junho e setembro de 2024 e das respectivas demonstrações financeiras e suas notas explicativas, em colaboração tanto com os diretores de controladoria, financeiro e de relações com investidores da Companhia, quanto com os sócios sêniores da KPMG;
- ➔ Participações nas discussões sobre temas técnicos com os diretores de controladoria, financeiro e de relações com investidores da Companhia e com a equipe da KPMG, para compreender o processo de análise e as bases para as conclusões técnicas recomendadas pelos auditores.

II – Assegurar aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias

Acompanhamento das reuniões junto a Administração relativo ao Sistema S e seus desdobramentos aos negócios do Grupo GPS.

O Comitê tem a atribuição de acompanhar todas as correspondências e interações da Companhia com os órgãos reguladores do mercado de capitais (em particular, a CVM). Em 2024, não houve comunicações com órgãos reguladores que precisaram ser analisadas pelo Comitê.

III – Avaliar os controles internos e a adequação dos processos relativos à gestão de riscos

Mapeamento e discussão sobre os riscos críticos da Companhia, bem como sobre os controles necessários para mitigá-los;

Realização de reuniões periódicas com a Administração (Controles Internos e Riscos) e com as Auditorias Interna e Externa, para supervisionar os processos de auditoria relacionados ao exame dos controles internos;

Acompanhamento, junto com os auditores externos e com as equipes internas de gestão de controles internos e riscos, das vulnerabilidades e deficiências apontadas, bem como da evolução das ações para suas remediações.

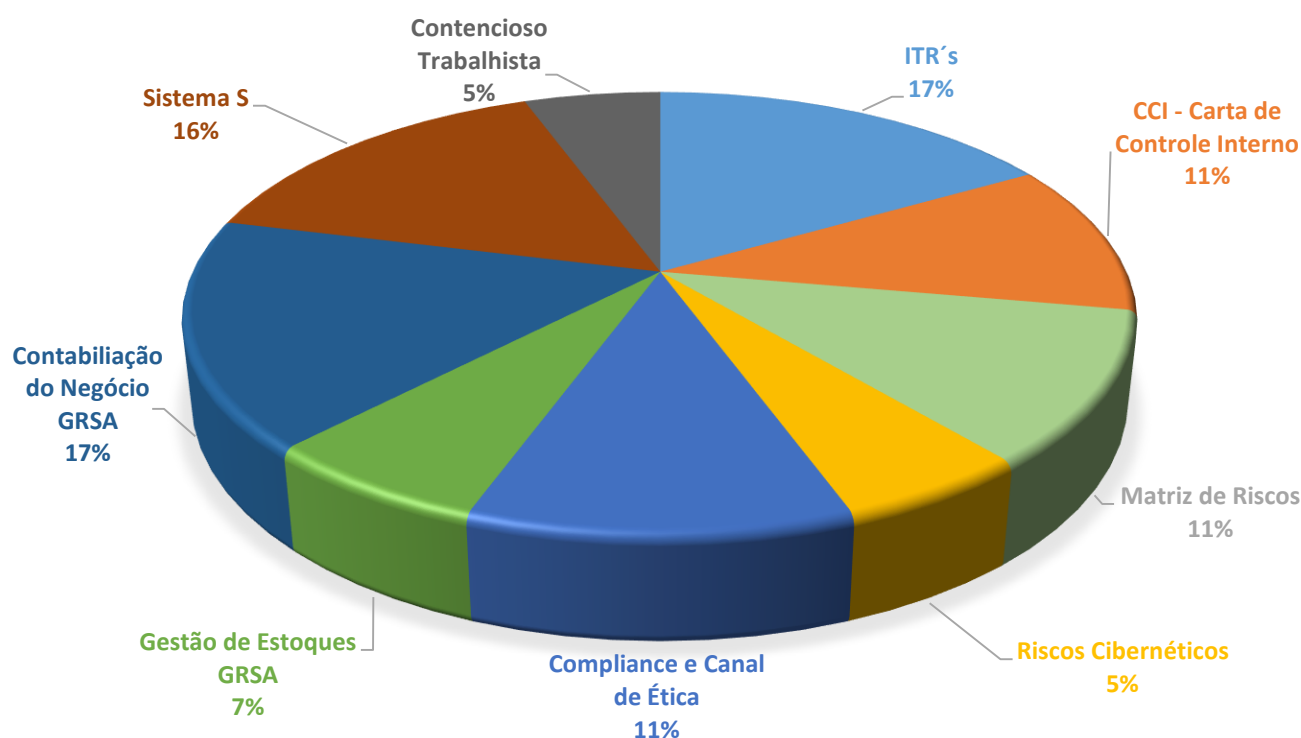
IV – Supervisionar as atividades dos auditores internos e independentes

Acompanhamento das atividades realizadas pelos auditores independentes, quer por meio da realização de reuniões periódicas, quer pela revisão dos relatórios emitidos;
Discussão e monitoramento dos Planos de Trabalho da Auditoria Interna de 2024;

PRINCIPAIS TEMAS DO COMITÊ DE AUDITORIA EM 2024

O Comitê de Auditoria possui Plano de Trabalho definido anualmente. Temas de maior relevância e recorrência podem ocorrer em determinados períodos do ano (como, por exemplo, por ocasião de fechamentos contábeis e de divulgações obrigatórias à CVM e ao mercado de valores mobiliários), inclusive para atendimento a solicitações específicas advindas do Conselho de Administração.

O gráfico a seguir demonstra, em termos percentuais do tempo relativamente dedicado a cada um, os principais temas discutidos nas reuniões do exercício de 2024:

**ACOMPANHAMENTO DOS PONTOS DA CCI - KPMG**

O Comitê de Auditoria realizou o monitoramento de 24 pontos de Controle Interno conforme apontados pela Carta de Controles Internos ("CCI") da KPMG, relativamente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

O Comitê de Auditoria acompanhou a evolução dos planos de ação formalizados com cada Gestor em relação a cada um dos pontos, dos quais resultou a seguinte situação em 31 de dezembro de 2024:



ACOMPANHAMENTO DOS PONTOS DA CCI – KPMG (cont.)

Durante as reuniões constantes promovidas pelo Comitê de Auditoria junto aos responsáveis técnicos pelas ações propostas, com auxílio da Área de Auditoria Interna, foram monitorados o *status* das ações e a eficácia destas para sanar as fragilidades levantadas pela Auditoria Externa (KPMG) na CCI.

A Auditoria Interna implementou controles automatizados em conjunto com os gestores responsáveis pelas áreas a fim de mitigar os riscos denotados na Carta de Controles Internos – CCI KPMG. Ao longo do ano foram monitoradas 24 ações.

Face a implementação de controles e acompanhamento contínuo da Auditoria Interna, **obtivemos os processos sem nenhuma Deficiências Significativas (SD's)**. Neste contexto, a KPMG obteve o conforto necessário e referente a Carta de Controle de 2024 (CCI) mantém-se sem nenhum ponto com Deficiência Significativa.

As demais ações são alvo de acompanhamento formal e mensal pela Auditoria Interna e reporte ao Comitê de Auditoria.

ACÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA E AUDITORIA INTERNA

Adicionalmente, ressaltamos abaixo pontos relevantes da atuação do Comitê relativos ao aprimoramento da estrutura de governança, do ambiente de controles e da avaliação contínua de riscos:

1) – Suporte ao Departamento de Auditoria Interna e monitoramento do Regimento Interno do Comitê de Auditoria:



1) – Em conjunto com a Auditoria Interna, foi efetuado um longo acompanhamento (janeiro a dezembro de 2024) sobre os pontos da Carta de Controles Internos apontados segundo o Relatório de Auditoria da KPMG. Como resultado, foi obtida uma perenidade dos controles implementados através da qual a KPMG obteve o devido conforto e deficiências significativas não constam na CCI de 2024.

2) – Dada a especial relevância de determinados processos *core* – alvo da avaliação do CoAud – bem como dos apontados na Carta de Controles Internos, o Comitê de Auditoria solicitou reuniões específicas com os diretores, gestores e coordenadores dos seguintes processos a fim de conhecer, avaliar e recomendar adoção e/ou melhorias de controles quando pertinentes:

ACÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA E AUDITORIA INTERNA (Cont.)**3) a- MATRIZ DE RISCOS**

A Auditoria Interna apresentou a estrutura da Matriz de Riscos do Grupo contemplando os riscos do negócio GRSA. A formatação da Matriz contemplou os 25 maiores riscos do negócio devidamente segregados na perspectiva estratégica, regulatória/tática e operacional.

Os riscos foram formalizados dado a sua causa, consequência, probabilidade e impacto.

A Matriz é decomposta, ainda, sobre a 1ª. (primeira) e 2ª (segunda) linhas de defesa (*Modelo das 3 linhas de defesa – IIA Instituto dos Auditores Internos*) objetivando nominar os responsáveis pelos riscos bem como pelos controles para mitigar os potenciais riscos associados.

3) b- CANAL DE ÉTICA DO GRUPO GPS

O Comitê de Auditoria acompanha frequentemente os indicadores do Canal de Ética do Grupo. Neste contexto, obtém através do responsável pelo Canal de Ética uma visão macro sobre a estrutura, natureza das denúncias, tratativas, indicadores e treinamentos.

Foi apresentado a estrutura processual da condução das investigações baseado na metodologia adotada, segurança e privacidade aos entrevistados e formalização do Relatório de Investigação o qual suporta a governança adotada na tratativa dos relatos do Grupo.

Dentre a estrutura da Plataforma do Canal de Denúncias, que é gerida por um parceiro terceiro, garantindo total imparcialidade da captação dos relatos, as funcionalidades desta ferramenta foram apresentadas aos Conselheiros através dos indicadores sobre o número de ocorrências, natureza das mesmas e criticidade dos relatos.

Informado ainda sobre o Comitê de Ética que visa avaliar as denúncias sobre uma perspectiva imparcial e todo o fluxo na condução das investigações de temas que podem ferir o Código de Ética e Conduta do Grupo.

O Coaud mencionou sobre a relevância ainda de elementos tais como: Treinamentos sobre o Código de Ética e Conduta, Canal de Denúncias e Políticas de Consequências e bem como, na robustez desse pilar importante para o Programa de Compliance para o Grupo GPS.

3) c- INTEGRAÇÃO GRSA

A Auditoria Interna realizou uma avaliação sobre os processos de Compliance e Privacidade de dados junto a GRSA a fim de assegurar controles e mitigar potenciais riscos associados.

Esta avaliação propiciou a correta migração do Canal de Denúncias da GRSA para o Canal de Ética do Grupo GPS. Treinamentos foram ministrados a todos os níveis organizacionais a fim de disseminar as informações de contato com a plataforma da GPS bem como, o Código de Ética e Conduta do Grupo.

Não obstante, uma avaliação sobre as principais certificações (ISO) que suportam o modelo de negócios de alimentação foi devidamente realizada.

Consoante a privacidade de dados, um entendimento dos dados transacionados nas plataformas dos sistemas foi avaliada e os controles devidamente inspecionados.

Treinamentos e formações específicas foram ministradas ao time de auditoria interna local sobre a metodologia do Grupo GPS acerca de riscos, controles e melhores práticas.

ACÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA E AUDITORIA INTERNA (Cont.)**3) d- CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS**

Conforme Plano Anual de Trabalho do Comitê de Auditoria, recebemos o gestor da Área Trabalhista do Grupo a fim de que pudesse comentar sobre os processos, indicadores, dificuldades e riscos.

Neste sentido, foi abordado sobre a metodologia utilizada pelo Grupo para a gestão dos processos trabalhistas, controles e atuação conjunta com as Regionais do Grupo GPS.

Ilustrou através de indicadores oriundos do sistema gerencial, a criticidade dos processos e rastreabilidade das ações tomadas.

Mencionou ainda sobre a interlocução com os movimentos sindicais mais atuantes, decisões sobre sucumbência e gestão das evidências que possam corroborar positivamente junto aos processos.

Por fim, mencionou a preocupação e atuação sobre a documentação oriunda das empresas integradas no Grupo e trabalho constante com o objetivo de ter uma maior acurácia nos dados e suporte documental.

3) e- PENTEST – Teste de intrusão (Cybersegurança)

Em monitoramento aos riscos tecnológicos e de cybersegurança no Grupo, o CoAud acompanhou junto a Área de Tecnologia da Informação o processo de “reteste” da avaliação de vulnerabilidades no ambiente de tecnologia do Grupo GPS.

Em comum acordo com os presentes, O CoAud recomendou que a Auditoria Interna avalie em conjunto com a Área de Tecnologia a execução de um novo teste para 2025 a fim de que possamos maximizar cada vez mais nosso nível de maturidade de controles de tecnologia.

3) f- CONTINGÊNCIAS GRSA

Com o advento da aquisição da GRSA (negócio alimentação), o CoAud avaliou os riscos consoantes as contingências e solicitou maiores esclarecimentos aos responsáveis jurídicos da GPS e GRSA.

As análises foram efetuadas sobre 2 perspectivas, sobre os processos de responsabilidade da Compass para os casos de perda consumada (PIS/COFINS-ALÍQUOTA ZERO, PERSE, SISTEMA S, ICMS/PA, ICMS/SP) e processos de responsabilidade da GRSA/GPS (Aproveitamento fiscal dedução do Agio, PIS/COFINS créditos sobre benefícios à funcionários), dentro outros.

As dúvidas e preocupações foram devidamente endereçadas e alvos de monitoramento contínuo.

ACÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA E AUDITORIA INTERNA (Cont.)**3) g- PRINCIPAIS ASPECTOS DA CONTABILIZAÇÃO DO NEGÓCIO GRSA**

Dada a importância da aquisição da GRSA, o CoAud solicitou ao Controller do Grupo uma apresentação sobre as principais etapas a serem efetuadas a fim de resguardar e mitigar potenciais riscos nesse processo de integração.

Dessa maneira, o Controller apresentou os principais aspectos de contabilização do negócio GRSA (perspectiva de ágio, indenização, PPA e efeitos fiscais potenciais).

Os Conselheiros demonstraram conforto sobre o material, análise e monitoramento contínuo sobre os pontos acima mencionados.

3) h- RECEITAS A FATURAR – Valores <200K

Com o intuito de cobertura dos riscos associados a geração de Receita do Grupo, a Auditoria Interna em alinhamento com a Diretoria Financeira e a KPMG, realizou um trabalho específico para os valores provisionados abaixo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

Como resultado dessa averiguação, a Auditoria Interna em conjunto com a Diretoria Financeira, estruturam um controle formal e amostral sobre estes montantes a fim de propiciar a devida rastreabilidade das evidências e suporte documental.

3) i- INDICADORES DE GESTÃO DE SSMA

Conforme mensurado na Matriz de Riscos do Grupo, o Comitê solicitou uma análise sobre a gestão dos indicadores de Saúde e Segurança do Trabalho a fim de avaliar potenciais riscos associados a este processo.

De forma dinâmica e estruturada, foram apresentados todos os indicadores e monitoramento contínuo junto as Regionais, Área de Saúde e Segurança do Trabalho e Diretoria Executiva.

Os indicadores estão em uma plataforma de fácil acesso propiciando alta disponibilidade e adoção de ações rápidas e efetivas.

3) j- ESTRUTURA DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Comitê de Auditoria convidou o time de Tecnologia para abordar aspectos de infraestrutura, segurança e gestão das ferramentas tecnológicas do Grupo.

Neste contexto, foram apresentadas as estratégias e monitoramento contínuo face a potenciais incidentes de segurança da informação.

Ainda mencionado sobre a Arquitetura “On Premise”, Arquitetura de Replicação e Contingências (muito importante para a gestão de back-ups) e topologia do DataCenter.

3) k- ESTOQUES GRSA

A Auditoria Interna realizou uma avaliação amostral dos estoques da GRSA a fim de atestar a homogeneidade entre estoque teórico e estoque físico através da adoção de um inventário físico.

Nestas circunstâncias, divergências pontuais foram encontradas e controles mitigatórios foram devidamente recomendados e são alvos de monitoramento junto a Direção.

3) L- VISÃO DETALHADA SOBRE O APROVEITAMENTO DE DECISÕES EM PROCESSOS TRIBUTÁRIOS CLASSIFICADOS COM ÊXITO/PERDA “POSSÍVEL” .

Convidados pelo Comitê de Auditoria, os Srs. Gerente Jurídico Tributário e Diretor Jurídico, abordaram de forma sucinta uma visão detalhada sobre os processos tributários classificados como “possíveis” vislumbrando por ordem de grandeza e criticidade uma análise de riscos sobre estes, face aos últimos andamentos processuais.

Em comum acordo convencionou-se a solicitação de emissão de pareceres junto aos parceiros jurídicos externos a fim de obter outras avaliações sobre o tema.

Paralelamente, a Administração em conjunto com a KPMG analisou em detalhes os riscos e decisão de reversão ou não da provisão.

Por fim, a KPMG acatou os pareceres jurídicos internos e externos e a provisão foi mantida.

3) m- AUTO AVALIAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA, AVALIAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA E AUDITORIA EXTERNA.

Com o propósito de otimizar o nível de maturidade do próprio Comitê, bem como avaliar os processos e entregáveis da Auditoria Interna e Externa, estruturamos um processo de avaliação com o objetivo de instigar uma melhoria contínua

Neste contexto, coletamos informações para analisar e medir o desempenho, o conhecimento, as habilidades e a eficácia das ações e recomendações do CoAud, Auditoria Interna e Auditoria Externa.

Como resultado, as avaliações foram muito positivas e alguns pontos de otimização foram devidamente formalizados em um plano de ação a ser monitorado durante o ano de 2025.

ANÁLISES ESPECÍFICAS

No decorrer dos trabalhos, o Comitê de Auditoria foi acionado com o intuito de emitir recomendações específicas sobre os temas abaixo:



- Avaliação sobre o Programa de Compliance do Grupo GPS;



- Acompanhamento das ações relativas a Carta de Controles Internos da KPMG



- Em conjunto com a Auditoria Interna, execução e avaliação trimestral dos acessos aos Sistemas da GPS (SoD) com recomendações de ajustes e desenhos de controles;



- Análises sobre o Canal de Denúncias do Grupo.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA**I – Avaliação dos relatórios e das demonstrações financeiras da GPS**

- ✓ Não foram relatados ou identificados casos de discrepâncias ou não conformidade relacionados às demonstrações financeiras ou à aplicação dos princípios de contabilidade geralmente aceitos no Brasil;
- ✓ Foram apresentadas e adotadas diversas sugestões de melhorias técnicas, notadamente na clareza, objetividade e nível de transparência das informações contidas nos diversos relatórios;
- ✓ Entre as sugestões adotadas, destacaram-se aquelas relativas a um maior detalhamento nas notas explicativas em relação a contingências, provisões, contencioso e à gestão de riscos financeiros e de capital.

II – Análise do trabalho dos auditores independentes

- ✓ Não foram constatados quaisquer impedimentos no acesso às informações ou quaisquer outras dificuldades impostas ao trabalho dos auditores independentes;
- ✓ O Comitê não identificou nenhum evento ou situação que pudesse afetar a independência ou a objetividade dos auditores independentes;
- ✓ O Comitê considera as informações prestadas pela KPMG como satisfatórias e suficientes;
- ✓ Foram apresentadas sugestões para maior detalhamento na carta de recomendações dos auditores independentes, especialmente na Carta de Controles Internos, por exemplo descrevendo escopo e resultado dos testes de auditoria realizados.

III – Avaliação de normas e políticas

- ✓ O Comitê, em conjunto com a Auditoria Interna, estruturou no Portal GPS a organização das principais políticas, procedimentos e instruções de trabalho vigentes na Companhia, para fácil acesso e disponibilidade aos colaboradores.

IV – Supervisão do gerenciamento de riscos e controles internos

- ✓ Atuação cotidiana do Departamento de Auditoria Interna sobre os controles implementados a fim de garantir a eficácia e eficiência dos controles *vis-a-vis* os riscos apontados anteriormente.

Atuação essa que resultou em uma Carta de Controles internos sem nenhuma deficiência significativa devido a controles implementados e riscos devidamente mitigados.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA PARA 2025**Supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros**

Intensificar melhoria da clareza e objetividades das informações prestadas nas notas explicativas.

Análise do trabalho dos Auditores Independentes

Acompanhar e avaliar o trabalho dos auditores independentes em relação às práticas e estimativas contábeis críticas e aos controles internos chave da GPS.

Supervisão do gerenciamento de riscos e controles internos

Monitorar o cumprimento do Plano de Trabalho da Auditoria Interna e a evolução do mesmo. Focar nos processos e controles dos processos relativos a Direitos a Faturar, Combinação de Negócios e Tecnologia da Informação e acompanhamento da Matriz de Riscos.

GRUPO **GPS****I. PROGAMA DE TRABALHO – CoAUD - 2025****CONSOLIDAÇÃO ANUAL DOS TRABALHOS DE 2024****FOLLOW UP CARTA DE CONTROLES INTERNOS KPMG - CCI****MATRIZ DE RISCOS – CONTROLES INTERNOS****INDICADORES CANAL DE ÉTICA - TRIMESTRAL****PILARES DO PROGRAMA DE COMPLIANCE****RECEITAS: CONTROLES E INDICADORES****TEMAS TRIBUTÁRIOS****ESTOQUES**

PLANO ANUAL DA AUDITORIA INTERNA PARA 2025**PLANO ANUAL – AUDITORIA INTERNA - 2025** GRUPO **GPS**

CONCLUSÃO

A estruturação do modelo de negócios do Grupo GPS, desde a concepção, *design* e operacionalização diária dos processos, está baseada em pilares que moldam a governança e ditam o tom do relacionamento com o mais precioso ativo, nossos Clientes.

Neste contexto, o Comitê de Auditoria, bem como a Auditoria Interna, vem acompanhando de perto e contribuindo ativamente e agregando valor com a evolução pautada pela estruturação da governança, adoção de melhores controles e aperfeiçoamento dos processos *core* do Grupo GPS.

Acompanhamento este que mantém os processos do Grupo GPS sem nenhuma SD's (Deficiências Significativas) melhorando significativamente a maturidade nível de controle interno do Grupo GPS.

A preocupação com a transparência é uma pauta contínua em nossa agenda e não medimos esforços para garantir que os processos sigam de forma harmônica, contingenciados e disponíveis.

Exemplo disso são as discussões e evoluções cotidianas sobre os principais riscos do Grupo, bem como o Canal de Denúncias objetivando atuação na causa raiz das não conformidades e mitigação dos riscos conforme Matriz de Riscos.

O Comitê de Auditoria termina agradecendo ao Conselho de Administração pela confiança, reiterando o compromisso de trabalhar arduamente para aprimorar continuamente os temas objeto do escopo de atuação no exercício social de 2025 e colocando-se à inteira disposição do Conselho de Administração para endereçar qualquer dúvida porventura existente.

Atenciosamente,

Carlos Asciutti

Daniel Loria

Pedro Sales

Geisimar Melo